

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
(IUPERJ)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

LUANA RESENDE VIEIRA

O CAPITALISMO DIANTE DA PANDEMIA:
Crise econômica, crise social e o sofrimento emocional

Rio de Janeiro
2023

LUANA RESENDE VIEIRA

O CAPITALISMO DIANTE DA PANDEMIA

Crise econômica, crise social e o sofrimento emocional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira

Rio de Janeiro

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

V657c **Vieira, Luana Resende**

O capitalismo diante da pandemia: crise econômica, crise social e o sofrimento emocional. / Luana Resende Vieira. -- Rio de Janeiro, 2023.

118 f. : il.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Candido Mendes, 2023.

Orientação de: Fernando Antonio Da Costa Vieira

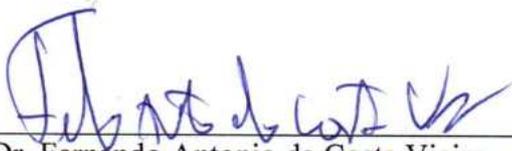
1. Capitalismo 2. Pandemia Saúde pública. I. Universidade Candido Mendes II. Título.

CDU 330.142.23:616-036.21

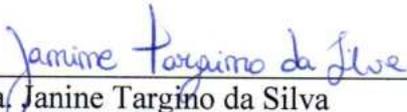
LUANA RESENDE VIEIRA

"O CAPITALISMO DIANTE DA PANDEMIA: Crise econômica, crise social e o sofrimento emocional."

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.



Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Profa. Dra. Janine Targino da Silva
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Prof. Dr. Afrânio de Oliveira Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO
2024

RESUMO

Esta dissertação debruça-se sobre as complexas transformações no mundo do trabalho contemporâneo, examinando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a precarização do trabalho e a emergência da uberização, especialmente durante a pandemia de Covid-19. O primeiro capítulo proporciona uma base teórico-metodológica, explorando conceitos do materialismo histórico para compreender as inovações tecnológicas e informacionais que capturam o cotidiano do trabalhador. O segundo capítulo aborda a precarização do trabalho, destacando sua conexão com a saúde física e mental dos trabalhadores, especialmente nas classes populares. O terceiro capítulo foca na uberização do trabalho, analisando como a pandemia intensificou as contradições desse fenômeno, com enfoque nas experiências de motoristas e entregadores de aplicativos. As considerações finais apontam para a necessidade de repensar políticas e práticas no âmbito do trabalho, priorizando a estabilidade, segurança e saúde no trabalho. A pesquisa não se encerra como uma conclusão definitiva, mas como um convite à reflexão e ação transformadora diante das contradições do trabalho contemporâneo.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Uberização; Pandemia de Covid-19; Saúde do trabalhador; Entregadores de aplicativo.

ABSTRACT

This dissertation delves into the intricate transformations in contemporary labor, examining the inherent contradictions of the capitalist mode of production, labor precariousness, and the rise of Uberization, particularly during the Covid-19 pandemic. The first chapter provides a theoretical and methodological foundation, exploring concepts from historical materialism to comprehend technological and informational innovations that permeate the worker's daily life. The second chapter addresses labor precariousness, emphasizing its connection to the physical and mental health of workers, especially in lower socioeconomic classes. The third chapter focuses on the Uberization of labor, analyzing how the pandemic intensified the contradictions of this phenomenon, with a focus on the experiences of drivers and delivery personnel. The concluding remarks highlight the need to rethink labor policies and practices, prioritizing stability, security, and health in the workplace, while acknowledging and mitigating the psychological impacts of labor instability. The research does not conclude as a definitive endpoint but as an invitation for ongoing reflection and transformative action in the face of contemporary labor contradictions.

Key-words: Contemporary labor, Labor precariousness, Uberization, Covid-19 pandemic, Worker health, Delivery app workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. METAMORFOSES DO TRABALHO E DA SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO.....	11
1.1. Trabalho e subjetividade.....	11
1.2. Ideologia e hegemonia.....	14
1.2. Estágios do capitalismo e metamorfoses do trabalho.....	20
1.3. Reestruturação produtiva e hegemonia neoliberal.....	28
1.4. A hegemonia neoliberal no Brasil.....	32
2. PRECARIZAÇÃO, CANSAÇO E NERVOSISMO: ASPECTOS GERAIS DO ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA.....	52
2.1. Precarizados.....	53
2.2. Cansados.....	59
2.3. Nervosos.....	72
3. ALÉM DA CORRIDA E DA ENTREGA: PANORAMA E REFLEXÕES SOBRE A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	80
3.1. Uberização do trabalho: o trabalho na era digital.....	81
3.2. Pandemia de COVID-19: uma análise abrangente.....	89
3.3. Trabalhadores Essenciais na Pandemia: reconhecimento, desafios e impactos psicossociais.....	95
3.4. Entre o crescimento econômico e a precarização: a realidade dos entregadores.....	99
3.5. Protestos Fora da Rota: Os Desafios e Reivindicações dos Entregadores.....	105
3.6. A PL do Trabalho: marco regulatório para motoristas e entregadores de aplicativos.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
Referências.....	113

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista, ao longo de seu processo histórico, tem moldado os mundos do trabalho e as formas de consciência da classe não-proprietária, ou seja, da classe-que-vive-do-trabalho. Este estudo visa a compreensão dos fenômenos e processos fundamentais desencadeados por essa dinâmica, especialmente no estágio mais recente do capitalismo, em um panorama marcado pelo advento de inovações tecnológicas e informacionais, no qual o cotidiano do trabalhador é capturado e contaminado em níveis inéditos.

Para lançar luz sobre essa realidade, o primeiro capítulo traça um sobrevoo teórico-metodológico no campo do materialismo histórico, explorando conceitos como trabalho, acumulação primitiva e financeirização do capital. Esse percurso teórico proporcionará a base necessária para a compreensão das transformações contemporâneas e, em particular, para analisar as contradições enfrentadas pelos trabalhadores durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.

O segundo capítulo se dedica a examinar a centralidade do trabalho na construção da identidade e na manutenção da saúde individual e social. Enquanto o trabalho pode ser um vetor positivo para o desenvolvimento, a flexibilização do mercado laboral trouxe consigo a intensidade de precarização, impactando a estabilidade, a segurança e o conteúdo social do trabalho.

As classes populares, em especial, sofrem com péssimas condições de trabalho e a falta de recursos para mitigar os impactos. Por isso, se busca fundamentar o fenômeno da precarização do trabalho e sua interseção com a saúde mental dos trabalhadores no contexto contemporâneo do capitalismo. Além disso, estabelece um vínculo essencial para a compreensão das contradições enfrentadas pelos trabalhadores durante a pandemia de Covid-19, perspectiva que será ampliada no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo se propõe a explorar os processos que envolvem a uberização do trabalho, com destaque para motoristas e entregadores de aplicativos. A pandemia global de COVID-19 emergiu como um catalisador que intensificou as contradições inerentes a esse fenômeno, expondo desafios e conflitos na configuração capital-trabalho no Brasil e no mundo.

A análise direciona-se para compreender como essa transformação afetou diretamente a vida cotidiana e as condições de trabalho desses profissionais, em um contexto desafiador como o da pandemia. Ao examinar as experiências dos motoristas e entregadores de aplicativos, este capítulo visa lançar luz sobre as tensões e conflitos que emergiram durante esse período, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também as implicações sociais, de saúde e segurança no trabalho.

A presente dissertação emerge da necessidade premente de compreender e contextualizar as transformações no mundo do trabalho, especialmente sob as condições desafiadoras da pandemia de Covid-19. As questões mobilizadoras que orientam esta pesquisa estão intrinsecamente ligadas à compreensão das contradições e desafios enfrentados pelos trabalhadores contemporâneos, marcados pela precarização, flexibilização e uberização do trabalho.

Primeiramente, busca-se compreender como as inovações tecnológicas e informacionais no processo de produção e reprodução da vida influenciam o cotidiano do trabalhador, contaminando suas experiências em níveis até então desconhecidos. A análise dos conceitos fundamentais do materialismo histórico, como acumulação primitiva e financeirização do capital, fornece a base conceitual para entender as dinâmicas atuais do modo de produção capitalista.

Em seguida, a pesquisa se volta para a relação intrínseca entre trabalho, identidade e saúde, explorando como a precarização do trabalho impacta não apenas a estabilidade econômica, mas também a saúde física e mental dos trabalhadores. A análise das classes populares, frequentemente mais afetadas por más condições laborais, oferece percepções sobre as contradições sociais e as disparidades de recursos que caracterizam o mundo do trabalho contemporâneo.

Ao adentrar na uberização do trabalho, o estudo busca entender como a pandemia de COVID-19 atua como o catalisador, expondo e intensificando as contradições inerentes a esse fenômeno. A análise se aprofunda nas experiências específicas de motoristas e entregadores de aplicativos, buscando não apenas compreender os aspectos econômicos, mas também as implicações sociais, de saúde e segurança no trabalho.

Os objetivos desta pesquisa são multifacetados, abrangendo tanto uma compreensão teórica mais profunda, quanto uma análise aplicada das realidades

contemporâneas do mundo do trabalho. Destacam-se: Compreender os impactos do capitalismo atual no mundo do trabalho; analisar as contradições na precarização do trabalho e saúde dos trabalhadores; explorar as dinâmicas da uberização do trabalho em tempos de pandemia.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada no método histórico-materialista. A análise conceitual se baseará em textos clássicos do materialismo histórico, enquanto a investigação empírica contará com a análise de dados qualitativos. A escolha deste tema se fundamenta na urgência de compreender as complexas dinâmicas que caracterizam o mundo do trabalho contemporâneo, sobretudo diante dos desafios exacerbados pela pandemia de Covid-19.

1. METAMORFOSES DO TRABALHO E DA SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO



Imagem 1 – Charge por Thaves | Fonte: Jornal do Brasil, 1997.

Neste capítulo, busca-se a compreensão de alguns dos principais fenômenos e processos do modo de produção capitalista que impactaram diretamente os “mundos do trabalho” e as formas de consciência da classe não-proprietária, ou seja, da classe-que-vive-do-trabalho. Para tal, desempenhou-se um breve sobrevoo teórico-metodológico no campo do materialismo histórico acerca de conceitos elementares, como o trabalho, e processos, como a acumulação primitiva e a financeirização do capital, para chegar no estágio mais recente do capitalismo. Um estágio marcado pelo advento das inovações tecnológicas e informacionais no processo de produção e reprodução da vida, contaminando e capturando o cotidiano do trabalhador em níveis inéditos.

1.1. Trabalho e subjetividade

Em Marx, a subjetividade humana deve ser compreendida através das condições materiais de sua existência, ou seja, das relações sociais de produção. Leituras apressadas de sua obra, mesmo entre marxistas, a reduzem a um determinismo econômico, mas sua proposição teórica envolve uma relação dialética entre subjetivo e objetivo, entre sociedade e indivíduo. Assim sendo, Marx tem no desenvolvimento do conceito de trabalho seu elemento chave.

O trabalho é uma atividade fundamentalmente humana, pois os demais animais não desempenham trabalho. Eles interagem de maneira instintiva e mecânica com a natureza para suprir suas necessidades, sem um pressuposto subjetivo ou teleológico.

Enquanto isso, os humanos interagem com a natureza através do trabalho, uma atividade livre e consciente, previamente projetada na subjetividade humana com um objetivo regido pela sua vontade. Ele então explica:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (Marx, 2013, p. 327)

Através do trabalho, o homem se exterioriza e se objetiva sobre a natureza, mas esse não é um movimento unilateral. Isso porque, na medida que o homem age sobre a natureza, ela se transforma, impondo ao sujeito uma nova subjetivação para que ele possa agir novamente sobre a “nova” natureza, transformada. Logo, “ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Ibidem). Por isso, o trabalho é a prática primordial para o processo de humanização e auto constituição humana, já que:

(...) é sempre efetivado sobre a base do desenvolvimento prévio, consciente, criando novas condições de existência para os homens. A atividade consciente implica na satisfação de necessidades sempre renovadas e, portanto, na permanente transformação da individualidade humana. Assim se dá o processo de humanização do homem. (Teixeira, 1993, p. 82)

O homem é um ser natural, ou seja, faz parte da natureza. No entanto, o mundo humano deve ser entendido de maneira diferente do natural, pois não é fundamentalmente pautado pelas leis naturais, mas pela sociabilidade. Sendo os humanos seres sociais, não seres atomizados, nem “ilhas”, estão em permanente contato, logo, toda e qualquer exteriorização humana manifesta e carrega os elementos dessa coletividade.

Cada indivíduo, em busca de suprir suas necessidades, se objetiva sobre a natureza, que, ao receber o conjunto das objetivações, se transforma para, em seguida, depositá-las sobre a subjetividade coletiva. O extrato coletivo das objetivações é internalizado em cada sujeito através desse ciclo permanente. Sendo assim, a produção da consciência se mostra fruto de um processo de socialização ligado ao trabalho, demonstrando que ao se exteriorizar em sua particularidade, o indivíduo está marcado pela universalidade.

É marcado, também, pela historicidade dessas relações, pois, segundo Marx, “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos

vivos” (2011, p. 25). Com isso, o autor quer dizer que cada geração transmite e deixa um legado para a seguinte, ou seja, uma natureza transformada, um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Sob as circunstâncias herdadas do passado, os homens de hoje se subjetivam e desenvolvem sua própria história.

A totalidade das relações de produção que correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas materiais é justamente o que Marx denomina de estrutura econômica, ou, no marxismo, de base econômica. De outro lado, às formas de consciência correspondentes, denomina superestrutura.

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas de consciência determinadas socialmente. O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo de vida social, político e espiritual. (Marx, 2013, p. 1135)

A estrutura econômica não deve ser concebida como categorial geral e abstrata, a-histórica, mas em suas formas históricas determinadas. Essa categoria corresponde à produção dos meios de vida que, por sua vez, pressupõe elementos objetivos e subjetivos. A subjetividade é, portanto, um componente ativo e inseparável dos processos de formação da vida, mesmo que condicionada pela base econômica, essa superestrutura (social, política e espiritual) não é um reflexo mecânico dela.

A produção e reprodução da vida cria um objeto para o sujeito e um sujeito para o objeto, pois determina sua necessidade (material) e seu modo de consumi-lo (espiritual). Tal elaboração de Marx fica mais explícita a partir da celebre frase:

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente (Marx, 2011, p. 66-67).

Célebre estudioso do materialismo cultural, Raymond Williams encampa o questionamento da noção de determinação como a fixação de um conteúdo, previsto, prefigurado e controlado pela base, em busca de uma compreensão mais próxima de um estabelecimento de limites e um exercício de pressões. Afirma que a base deve ser pensada como

[...] atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico (Williams, 2004, p. 214).

De outro lado, entende que também é preciso conceber a superestrutura relacionada a “um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente” (Ibidem). Sendo

assim, base e superestrutura seriam “estruturas homólogas”, mesmo sem semelhanças diretas ou facilmente perceptíveis, que agem uma sobre a outra, sem reflexo ou reprodução.

O método empirista da economia política se propunha a partir do real, da objetividade, mas apenas no nível aparente, sobre seus elementos mais superficiais e imediatos. Do outro lado, havia o método especulativo-hegeliano, que submetia o real, a objetividade, como produto do pensamento, uma esfera independente, abstrata e fechada em si mesma. Por sua vez, como visto, Marx entendeu que a prioridade ontológica da objetividade não nega o momento que o real, a partir dele mesmo, é reconstruído pela subjetividade, como pensamento concreto pensado.

Para ele, novamente, o sujeito só se constitui como ser universal e livre à medida que é sujeito de uma atividade livre e consciente, mas não é o que ocorre no capitalismo. Pois, se o que fundamenta o ser genérico do sujeito é o trabalho, nas condições da sociedade capitalista o trabalho se torna estranhado, um instrumento de opressão de desumanização. Marx passa a investigar, então, como uma atividade que expandia a potencialidade dos homens passa a representar justamente uma força contrária em direção à sua animalização.

1.2. Ideologia e hegemonia

O capitalismo é um modo de produção e reprodução da vida baseado na dominação de uma classe social sobre outra, no caso, da burguesia sobre o proletariado. A burguesia é quem detém a propriedade privada dos meios de produção e reprodução da vida, assim como também é dona dos objetos produzidos pelo trabalho: as mercadorias. Por sua vez, o proletariado é apenas detentor de sua força de trabalho, que usa para produzir as mercadorias para a burguesia mediante o pagamento do salário: uma remuneração suficiente (ou menos) para que o trabalhador possa subsistir.

No capitalismo, então, o produto do trabalho não se destina a satisfazer as necessidades do trabalhador, mas as necessidades do capital. Segundo Marx:

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização. (Marx, 2015, p. 304-305)

O produto deixa de ser, então, seu próprio ser objetivado para ser apenas um objeto estranho frente a ele, independente – mais do que isso, opõe-se a ele, o domina e escraviza. Quanto mais objetos produz, menos objetos pode possuir, e cada vez mais produtos da objetivação estranhada passam a assombrá-lo. Por conseguinte, quanto mais se entrega ao seu trabalho, mais ele lhe oprime. Sendo assim, o seu próprio trabalho se torna um objeto estranhado.

A exteriorização do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também de que ele existe fora dele, independente e alienado a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado. (Marx, 2015, p. 306)

O trabalho, a atividade livre e consciente que lhe confirma a generalidade na espécie humana, agora lhe é negado, foi reconfigurado como atividade para pura subsistência, lhe aproximando mais da animalização do que da humanização. Diante dessa nova atividade estranhada, vazia, exaustiva e repetitiva, o sujeito não se afirma em seu trabalho. Ao contrário, segundo Marx, “ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*physis*) e arruína o seu espírito” (Ibidem, p. 308).

O trabalhador fica restrito a uma existência biológica, mecânica, ligada às urgências mais elementares de sobrevivência e reprodução física. Está reduzido à sua força de trabalho, uma mercadoria que pode ser comprada e descartada – e é através dessa lente que passa a enxergar seus semelhantes. Os sujeitos passam a se relacionar como mercadorias, coisificados, enquanto se relacionam com as mercadorias como se elas pessoas fossem.

Não reconhece sua própria atividade nem o produto de seu trabalho, desconhece as condições pelas quais sua existência se produz e reproduz. Não se vê no mundo real, mas como alguém alheio a ele e ao seu trabalho, e não se reconhece mais enquanto ser social.

Na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero, torna-lhe a vida genérica meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada. (Marx, 2015 p. 311)

Ou seja, o trabalho alienado desagrega o homem do produto do seu trabalho, o desagrega do seu próprio trabalho, do seu ser genérico e dos outros seres humanos. Mas, então, porque e como os trabalhadores não percebem essa apreensão invertida das relações de produção, e porque conservam e naturalizam tal realidade exploratória, sem revolta? Para Marx, a chave explicativa está no conceito de Ideologia.

Sob o reinado da propriedade privada, o capitalismo alcança o ápice da divisão social do trabalho, na qual a função social de poucos é pensar e consumir, e a de muitos é trabalhar sem poder consumir os frutos de seu próprio trabalho. Marilena Chauí explica que tal posição social não se trata de uma escolha, mas de uma condição socialmente imposta.

(...) à medida que uma forma determinada de divisão social do trabalho se estabiliza, se fixa e repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e, evidentemente, pela forma da propriedade. (Chauí, 2000, p. 539)

O conjunto das relações sociais é consequência das ações humanas, como visto, mas nessas condições aparecem como se existissem por si mesmas, naturalizadas. Então, a partir dessa separação e naturalização do trabalho material e espiritual, nasce a Ideologia propriamente dita.

As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens. (Chauí, 2004, p. 26)

Na sociedade burguesa, aqueles cuja função é “explicar o mundo” estão afastados dos processos de produção, modelando seus pensamentos através desse afastamento. Dessa maneira, não são capazes de (ou interessados em) desvelar as contradições reais presentes nas relações de produção, fazendo parecer “que a contradição real é aquela entre as ideias e o mundo” (Ibidem). Por exemplo, a ideia de meritocracia não se realizar objetivamente seria por culpa do mundo não obedecer às coordenadas perfeitamente idealizadas pelos pensadores.

As ideias desses pensadores (ou intelectuais) são generalizadas sobre as demais classes, favorecendo unicamente a dominação espiritual da burguesia – que é também sua principal patrocinadora. Isso porque transmitem uma visão distorcida da realidade capitalista, defendendo sua a-historicidade, sua ausência de contradições e conflitos, sua validade universal. Diante disso, Marx defende que:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (Marx, 2007, p. 47)

Sendo assim, a maneira como a classe dominante representa a si mesma, sua relação com a Natureza e com os outros homens, se converte no pensamento de todos os membros daquela sociedade, com todas suas classes sociais. Como está no controle das instituições sociais – família, igreja, escola, partidos políticos, tribunais, meios de comunicação e cultura, entre outros – tem facilidade para, através delas, expandir e enraizar sua visão de mundo. Junto ao Estado, a Ideologia opera para também garantir a dominação política.

Chauí explica que é através do Estado que “a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas” (2004, p. 35). O instrumento fundamental do Estado é o Direito, que consiste no estabelecimento de leis voltadas para regular socialmente os dominados, para encapar legalmente o exercício da violência e fazer com que não apareça dessa forma, mas como ação do “Estado de Direito”.

A Ideologia escamoteia a dominação, fazendo o legal aparecer como impessoal, anônimo e legítimo para os homens.

Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela *ideia* do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela ideia de interesse geral encarnado pelo Estado. E substitui a realidade do Direito pela *ideia do Direito* – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou ideias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos. (Chauí, 2004, p. 35)

Sinteticamente, a Ideologia é um instrumento de dominação originado pela existência da divisão e da luta entre as classes. Para que as classes subalternas não percebam a exploração e a dominação violenta a qual estão submetidas, a Ideologia dissimula e oculta a existência da divisão entre classes e da dominação de uma pela outra. Assim, a Ideologia esconde sua própria origem.

A ideologia faz com que as ideias apareçam como independentes dos indivíduos, interesses e condições sociais que as produzem. Isso faz com que a classe dominada possa perceber que há uma classe dominante que só preza pelos próprios interesses, mas

sem questionar as ideias e valores dominantes, ou seja, as “regras do jogo”. A esse fenômeno que articula dominação dos meios de produção, poder do Estado e dominação ideológica por uma classe sobre as outras, o célebre comunista sardo Antonio Gramsci dá o nome de Hegemonia:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como “domínio” e como “direção moral e intelectual”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários os quais tende a “liquidar” ou a submeter mesmo com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados (Gramsci, 2002, p. 62-63).

Em Gramsci, as funções de direção moral e intelectual são próprias da sociedade civil – esfera de organização do consenso político e cultural por meio dos aparelhos privados de hegemonia (abordados adiante) –, enquanto as de dominação seriam próprias da sociedade política – instituições do Estado em sua acepção restrita.

O conjunto de instituições da sociedade civil e da sociedade política integram seu conceito de Estado que, segundo ele, nas sociedades de capitalismo avançado, possui uma dimensão mais orgânica e ampliada. Por isso, Carlos Nelson Coutinho (1989) frisa que “embora insista na diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci não perde de vista seu momento unitário” (p. 130).

De acordo com o pensador italiano, os aparelhos privados de hegemonia estão representados pelos partidos políticos, igrejas, escolas, universidades, sindicatos, jornais, revistas, etc. Tratam-se das ferramentas objetivas de organização das visões de mundo, da consciência social, de formas de ser, da sociabilidade e da cultura adequadas aos interesses burgueses, ou seja, hegemônicos. Gramsci sobre o papel desempenhado pelos jornais para a manutenção da hegemonia:

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (Gramsci, 1999, p. 95)

A sociedade civil age em estreita conexão com a sociedade política. Através de seus núcleos privados, os aparelhos de hegemonia formam e elegem/indicam representantes de seus interesses para atuar no Estado. Sendo assim, garantem que ele atenderá aos seus interesses através das leis e do monopólio da violência. No capitalismo contemporâneo, a sociedade civil é uma estrutura robusta, sendo o Estado

apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situa “uma robusta cadeia de fortalezas” (Gramsci, 1999, p. 262).

No entanto, olhando para a história, o Gramsci enxerga momentos que coerção e consenso entram em desalinho, gerando uma crise de hegemonia.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (Gramsci, 1999, p. 273)

Tal desalinho ou afastamento por parte das classes dirigentes pode ter sido gerado por ela mesma, no fracasso de algum empreendimento, ou por um movimento revolucionário. Nesse caso, a classe revolucionária que almeja o poder deve se tornar dirigente, o que significa conquistar uma base social para um projeto de sociedade – o comunismo –, antes mesmo de se fazer Estado.

Para tal, primeiramente, essa classe deve sair da condição de “classe em si” na direção de se tornar uma “classe para si”, ou seja, adquirir consciência de classe. Para E. P. Thompson (2004), a classe em si representa uma massa imprecisa de pessoas que compartilham um amplo conjunto de interesses, experiências sociais, tradições e valores.

Essa massa a qual o historiador inglês se refere compartilha o mesmo enquadramento dentro da estrutura produtiva, mas ainda precisaria se perceber e se comportar como classe, ou seja, adquirir consciência de classe. Assim, passar a definir a si própria, em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas – fundamentalmente, a burguesia – em termos classistas. Outra forma do autor definir a manifestação da consciência de classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (p. 10).

Considerando a importância central que Marx dá à influência da cultura e das tradições legadas pelas gerações passadas sobre as do presente, a classe consciente e em movimento deve pensar na transformação das condições materiais em consonância com a transformação da condição espiritual. Para tal, é crucial conceber uma visão de mundo que esfregue a ideologia burguesa à contrapelo, modelada por seus próprios intelectuais, preparados para dirigir as massas em direção a uma nova hegemonia.

A unilateralidade burguesa, caracterizada pela divisão em classes sociais, especialização, competitividade e valores individualistas, é contrastada por Marx com a busca pela omnilateralidade. O homem omnilateral é definido não pelo que possui, mas pela sua abertura e disponibilidade para conhecer e se envolver com diversas realidades. Essa busca envolve superar a alienação, a propriedade privada e as limitações impostas pelo sociometabolismo do capital (Manacorda, 1991).

Marx também relaciona o conceito de omnilateralidade ao de politecnia, destacando que ambos são relevantes para a formação humana em diferentes estágios históricos. Enquanto a politecnia é apresentada como uma proposta aplicável nas relações burguesas, a omnilateralidade só se realiza no “reino da liberdade”, após a superação das determinações históricas da sociedade capitalista.

A politecnia é vista como uma resposta à opressão dos trabalhadores no presente, buscando elevar sua formação técnica e política. Ambos os conceitos, apesar de distintos, se complementam no processo de formação do sujeito social revolucionário até a consolidação do Ser social emancipado. Ainda, destaca a importância da práxis revolucionária na formação politécnica e omnilateral, reconhecendo que a omnilateralidade só se realiza plenamente nas relações não-estranhadas, após a superação da alienação.

Durante todo o bloco histórico conquistado pela burguesia, as lutas contra-hegemônicas dos trabalhadores lograram conquistas. As maiores, conseguiram romper com sua dominação para experimentar novas formas de organização social pautadas pela soberania dos trabalhadores. Outras, foram importantes para estabelecer barreiras sobre as diferentes estratégias de avanço do capital sobre o trabalho, como as lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salário e direitos trabalhistas.

A seguir, pretende-se explorar um pouco mais a fundo os elementos constituintes desse bloco histórico, sua evolução e as diferentes estratégias de exploração das forças produtivas através da sobreposição de modelos produtivos. Assim, fica possível perceber como o desenvolvimento do capitalismo, progressivamente, intensifica a degradação física e mental dos trabalhadores em desfavor de sua conscientização de classe e organização de lutas.

1.5. Estágios do capitalismo e metamorfoses do trabalho

O modo de produção capitalista como bloco histórico se firma a partir de um processo que progressivamente dissocia o trabalhador dos meios de produção, lhes empurrando ao salariato, chamado por Marx como um processo de acumulação primitiva de capital. Um processo que germina do interior da estrutura feudal europeia em degradação.

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente sir James Stuart, “por toda parte lotavam inutilmente casas e castelos”. (MARX, 2013, p. 965)

Na Inglaterra, o aumento da manufatura da lã impulsionou a sanha violenta dos expropriadores, que utilizavam o Estado como ferramenta para legitimar toda ordem de abusos contra os camponeses e seus clãs.

A Revolução Gloriosa conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. (Ibidem, p. 970)

É nesse contexto que se organiza a nascente produção capitalista da sociedade, expropriando e fazendo surgir as primeiras classes assalariadas, ainda diminutas. Marx relata que os recém-expropriados ainda eram açoitados, mutilados, escravizados e castigados de diversas maneiras pela jurisprudência inglesa para o controle social. Essa brutalidade é tratada por Marx como um fator fundamental para a acumulação primitiva.

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. (Ibidem, p. 984)

A ruína da indústria doméstica rural pela chamada revolução agrícola fez surgir a indústria moderna e o capitalista industrial. A dissolução da vassalagem fez ruir o sistema feudal no campo e o corporativo na cidade, dando lugar às manufaturas que se aproveitaram da estrutura urbana e profissional pré-existente. Concomitante, o advento da navegação trouxe grandes transformações, novas ferramentas e mecanismos para um impulso no desenvolvimento de acumulação de capital.

Segundo Marx, em *O Capital* (2013), as descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior

das minas, o início da conquista e pilhagens das Índias Orientais e a transformação da África num “vasto campo de caçada lucrativa” são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (p. 979).

Durante a fase comercial, de acumulação primitiva, cuja duração se estendeu até meados do século XVIII, o comércio manufatureiro liderou a economia das nações europeias em ascensão. Assim, de um lado, apropriaram-se das riquezas coloniais enquanto, de outro, impuseram a religião e a ideologia da superioridade racial sob os métodos mais bárbaros. Esse é o berço para o surgimento da indústria moderna, carro-chefe da etapa denominada por Marx e Engels como capitalismo concorrencial.

A passagem para o capitalismo concorrencial está intimamente ligada ao advento da primeira revolução industrial, cujas transformações tecnológicas e sociais permitiram a maquinização dos processos produtivos. Esse fenômeno impôs o aprofundamento da divisão do trabalho, transformando os operários em apêndices das máquinas. Todo seu trabalho anterior passa a se objetivar na máquina-ferramenta. Segundo Melo:

De forma genérica, o que acontece na maquinaria e na indústria moderna é que as máquinas "roubam" a já parcelada virtuosidade do manejo das ferramentas que se dava na manufatura, resultando em uma expropriação radical da formação do trabalhador pelo capital. A virtuosidade do trabalhador é repassada para a máquina, eliminando-se o inconveniente da insubordinação dos trabalhadores e a dependência do capital em relação às habilidades deles. (Melo, 2009, p. 163)

A primeira revolução industrial, protagonizada pela Inglaterra, provocou um processo intenso de urbanização e criou uma economia mundial ao expandir o comércio internacional entre os países europeus e deles com as colônias. Apoiada na força da sua indústria têxtil e no livre-cambismo, a Inglaterra absorvia as matérias-primas e mantimentos do mundo e enxurrava o globo com cada vez mais manufaturados.

A caracterização como concorrencial ainda se justificava. Netto e Braz (2010) explicam que o Estado garantia a propriedade privada e a livre-concorrência, enquanto as dimensões reduzidas das empresas demandavam poucos capitais investidos. Logo, pequenos e médios capitais logravam investimentos lucrativos num cenário de concorrência generalizada. Contudo, “à medida que se desenvolvia o capitalismo mais se fazia sentir os efeitos da concentração e da centralização” (p. 173).

Durante a segunda metade do século XIX, ocorre a segunda revolução industrial, quando se generaliza o modo de produção capitalista pelo globo e um novo bloco histórico passa a vigorar globalmente. Foi o momento da indústria pesada inglesa, do uso de carvão mineral e ferro, a era das ferrovias. Posteriormente, França, Alemanha, Estados Unidos e, ainda depois, Itália, Rússia e Japão também se industrializam. Contudo, as gigantescas massas de capital investidas na indústria pesada de ferrovias encararam a superprodução e, assim, formaram a primeira grande crise global do sistema capitalista, representada pela “Grande Depressão” de 1873¹.

A partir de então, os Estados industrializados passam a atuar cada vez mais juntos das e em apoio às suas empresas no mercado mundial, levantando barreiras alfandegárias e buscando agressivamente novos territórios para expropriação. A partir de 1880, as políticas de protecionismo e de expropriação internacional tornam-se cada vez mais frequentes, deixando pra trás o que se poderia considerar de sistema livre e multilateral do mercado internacional. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, “a ‘Grande Depressão’ iniciou uma nova era e pôde, assim, fornecer propriamente uma data de conclusão para a antiga” (1996, p. 24)

Relacionada a esse processo, uma nova forma de organização empresarial torna-se dominante: os oligopólios. Grandes empresas de sociedade anônimas, ou seja, por ações na bolsa de valores, se erguem como fruto do avanço tecnológico e do processo de concentração e centralização do capital, abocanhando cada vez mais pequenas e médias empresas com escalas menores de capital e produção. Esse processo, no final do século XIX, foi intensificado impulsionando a formação do capitalismo monopolista e do imperialismo.

Novamente, segundo Eric Hobsbawm (1977), foi durante esse período que o sindicalismo se fortaleceu, reivindicando melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho. Suas lutas, segundo ele, teriam resultado em maior cobertura na legislação fabril, na redução da jornada de trabalho para dez horas, na proibição do trabalho infantil e na participação parlamentar dos trabalhadores através da eleição de seus partidos políticos representativos. Além disso, avançaram lutas proletárias por toda a Europa sob a organização da Internacional Comunista (Ibidem).

¹ Também conhecida como “Pânico de 1873”, emergiu nos EUA, desencadeada pela falência de uma empresa financeira da Filadélfia, e afetou profundamente o mundo até 1877.

A superação do capitalismo concorrencial foi, então, marcada por sublevações revolucionárias e pelo impacto de crises econômicas, na transição do século XIX para o século XX. Por exemplo, a Comuna de Paris (1871), que tomou violentamente as ruas da capital francesa com o objetivo de implementar ali uma república socialista, e a Revolução Russa (1917), que derrubou a monarquia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, que tinha Vladimir Lenin em seu Comitê Central.

Lenin é um dos marxistas mais célebres e um dos maiores pensadores acerca da fase monopolista do capitalismo ou, segundo ele, seu estágio superior: o imperialismo. O intelectual e revolucionário russo compreende a nova fase do capitalismo a partir da articulação entre cinco principais elementos, são eles: os monopólios, o capital financeiro, as oligarquias financeiras, a exportação de capitais e a partilha do mundo entre monopólios e os estados nacionais hegemônicos.

Um pequeno número de gigantescas e robustas empresas passa a concentrar e centralizar a organização do capital sobre o trabalho – cada vez mais maquinizado – e a comandar a economia mundial. Diante disso, Lenin afirmava que “o monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (2011, p. 175).

O processo de acumulação e expansão dos capitais centrado nos monopólios demandava vultuosos volumes de dinheiro. Os bancos, então, aproveitaram para saltar de simples capital usurário à mais novos coorganizadores do processo produtivo junto às corporações via participação acionária. Essa união orgânica e permanente entre vários capitais em um só é o que Lênin define como capital financeiro. Contudo, ele acreditava que “o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco” (2011, p. 152).

Os bancos passam a fomentar as sociedades anônimas (S.A.), comprando grande parcela de suas ações para negociarem com preços exacerbadamente maiores no mercado. Assim, adquirem lucros absurdos a partir de um capital fictício, sem bases reais correspondentes. Além disso, passam a especular e ter controle sobre variadas formas do capital, como aponta Lenin:

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades e que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação,

pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e de distribuição dos cargos diretivos. (Lenin, 2011, p. 172)

A conformação de oligarquias financeiras expressa o poder dos bancos na era dos monopólios. Tais monopólios estão sediados nos países centrais do capitalismo, seu berço, mas passam a exportar seus capitais para “contribuir” no desenvolvimento de países periféricos. Contudo, a longo prazo, os termos desses negócios são vantajosos para as empresas e nações emprestadoras, que buscam valorizar seu próprio capital. Lenin exemplifica:

É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. A França tem recorrido frequentemente a este processo no decurso das duas últimas décadas (1890-1910). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. (Lenin, 2011, p. 185)

Em contrapartida, direta e indiretamente, os grandes capitais monopolistas submetem as estruturas econômicas, políticas e culturais desses países para corresponder aos seus interesses sobre a produção material de riqueza. A apropriação dos recursos materiais e sociais dessas regiões passa a ser vital para seu metabolismo e o das nações-base que, lutando contra a tendência à queda da taxa de lucro, disputam a ferro e fogo as expropriações.

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. (Lenin, 2011, p. 198)

Conforme o capitalismo financeiro avança, a insuficiência de recursos naturais e humanos assanha a disputa dos Estados nacionais hegemônicos pela subordinação de Estados-nação periféricos, como na América Latina, e anexação de territórios, sobretudo nos continentes africano e asiático. Os desdobramentos de tais disputas desembocarão na Primeira Grande Guerra.

A partir da segunda metade do XIX, vigorou um método de organização do trabalho nas empresas desenvolvido por Frederick W. Taylor. Este, propunha a ideia de um gerenciamento científico do trabalho como necessário perante o crescimento dos problemas e de sua complexidade nas empresas em expansão. Para tal, objetivava a criação de normas e padrões de produção que extraíssem o melhor resultado da equação

entre movimento por tempo. De apoio, a ideia que “o máximo de prosperidade somente pode existir como o máximo de produção” (Taylor, 1987).

Para que se produzisse o máximo em tempo mínimo, Taylor compreendia que deveria haver uma intensificação da divisão do trabalho. Para ele, estava claro que “na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho” (p. 35). Dessa maneira, retirava-se qualquer domínio e autonomia que o trabalhador ainda pudesse ter sobre a condução do seu trabalho, que passaria a ser cada vez mais simples, repetitivo e intensificado pelo controle de cronômetros.

Após a Grande Guerra, o imperialismo se reconfigura. As potências vencedoras e perdedoras selam um pacto que reorganiza seus papéis sob a direção geopolítica e econômica dos Estados Unidos. Através da fundação de organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), os yankees dirigem ideologicamente e materialmente a ala das potências aliadas e dominam a dos países periféricos.

As oligarquias financeiras norte-americanas se fortaleceram e expandiram sobre o globo, imprimindo níveis profundos de dependência e subordinação sobre as nações de capitalismo dependente. Com a extração dos recursos naturais e de parcela da massa de mais-valia² desses países, integrou seus capitais na reconstrução física e financeira dos países europeus³. Além disso, usou e abusou da violência bélica-nuclear, das inovações técnico-científicas, que aumentavam a massa de mercadorias e de extração de mais-valia, do protecionismo e da reorganização jurídico-legal para que os oligopólios atuassem em função do capital nacional estatal.

Durante o pós-guerra, o método dominante de organização do trabalho foi o fordismo, elaborado pelo burguês proprietário da Ford Motor Co., Henry Ford. Explica Cattani (1997), que o fordismo visou intensificar a fragmentação e a simplificação do

² Consiste na diferença entre a remuneração do trabalhador e o valor total gerado pelo seu trabalho. Marx (2013) explica que o lucro real do burguês não reside na troca de mercadorias, mas na apropriação da mais-valia. Por isso, está sempre buscando novas formas absolutas (ex.: aumento da jornada de trabalho) ou relativas (ex.: sofisticação dos processos técnicos) de aumentar essa diferença em seu favor.

³ Um bom exemplo reside no fato de que a exportação do petróleo venezuelano para os países centrais triplicou entre 1940 e 1950. Ver: GRISANTI, Luis Xavier. *Venezuela's Oil: Crucial in World War II*. AAPG Explorer, 2015. Disponível em: <https://explorer.aapg.org/story/articleid/23615/venezuelas-oil-crucial-in-world-war-ii>. Acesso em: 28/02/2023.

trabalho observada no toyotismo, através de ciclos mais curtos, do maior encurtamento do tempo e da desqualificação dos trabalhadores. A introdução da esteira rolante é simbólica para essa organização, pois “o processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças” (p. 88-89).

A implementação do fordismo, no entanto, transbordava a organização racional do trabalho e da produção, projetando sobre os trabalhadores um novo modo de vida. Isso porque, para Ford, não bastava apenas o controle da força de trabalho, mas sobretudo a adesão consciente dos trabalhadores. Para tal, desempenhou uma política de salários mais altos para que o trabalhador se tornasse um ativo consumidor, mas de serviços e produtos abarcados pelo guarda-chuva ético lapidado pela classe proprietária. Acerca disso, David Harvey explica que, para Ford:

(...) produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. [...]. (Harvey, 2008, p. 121)

E, citando Gramsci:

O americanismo e o fordismo, observou ele em seus Cadernos do Cárcere, equivaliam ao "maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem". Os novos métodos de trabalho "são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida". (Harvey, 2008, p. 121)

Pelo lado da burguesia, a funcionalidade ideológica da elevação dos salários servia como ínfima compensação à intensificação extenuante do novo padrão produtivo, gerando um sentimento de satisfação e gratidão nos trabalhadores, que reduziam suas atividades de greves e lutas. De outro lado, a funcionalidade material operava no sentido de aumentar a atividade de consumo desse trabalhador – principalmente no que se referia ao mercado imobiliário, automobilístico e alimentício (enlatados) –, garantindo o crescimento da indústria de massa.

O Estado teve papel fundamental para a viabilização do “evangelho fordista”, que correspondia a um conjunto de comportamentos e valores concebidos para o trabalhador com o objetivo de facilitar esse projeto. Por isso, a propagação ideológica da combinação de conservadorismo com consumismo tornou-se política de Estado.

Gramsci (1999a) nomeia esse novo modo de vida como americanismo, considerando seu berço, e esse novo tipo de trabalhador como operário-massa.

A partir dos anos 60, os ganhos de produtividade diminuem, corroendo as bases de sustentação fordista. Os trabalhadores seguiram cobrando a manutenção dos salários elevados e retomaram as lutas contra o trabalho extenuante. A própria sociedade manifestou o esgotamento desse modo de vida, sobretudo entre os jovens, que, agora, questionam “o modo americano de viver, questionam as formas de uso social do seu saber, de suas qualificações e da rigidez dos padrões racionais que dominavam não somente o trabalho, mas também o não-trabalho” (Druck, 1999, p. 69).

Empreendeu-se, nesse tópico, a tentativa de selecionar alguns pontos fundamentais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista até o advento do neoliberalismo, e para os caminhos analíticos que a presente pesquisa pretende seguir. Nesse sentido, compreender as origens e principais características de cada estágio desse modo de produção é importante para contrapor, confirmar e complementar muitos pontos da estrutura teórica edificada por Karl Marx no século XIX.

Ao longo desse período, o que se percebe é uma constante, e cada vez mais intensa, sanha expansionista do capital, que se concentra, centraliza, oligopoliza a partir do centro e corre para expropriar violentamente e sugar as riquezas naturais e sociais dos demais cantos do globo. Ao mesmo tempo, concretiza sua hegemonia através de transformações cada vez mais profundas nos modos de produção e reprodução da vida, que reverberam ideologicamente em todas as sociedades que fincam suas garras.

A cada nova etapa, as estratégias de aumento da produtividade para a acumulação de capitais se transformavam e intensificavam seus impactos sobre o físico e o mental dos trabalhadores. O aumento da maquinização, da intensificação e da divisão do trabalho impactaram diretamente a saúde física e a consciência do trabalhador, que se alienou cada vez mais do processo produtivo a partir da revolução industrial e se deparou com novas barreiras físicas e ideológicas para direcionar e articular suas lutas ao longo das décadas.

1.3. Reestruturação produtiva e hegemonia neoliberal

Em maio de 1968, na França, mas com repercussão em outros países centrais, protestos estudantis contra o sistema de ensino francês desencadeia uma grande ebulição política e social contra outras esferas da sociedade intoxicadas pela ideologia organizacional e disciplinar imposta pelo fordismo. Segundo Druck, se opunham ao modo americano de viver, questionavam as formas de uso social do seu saber, de suas qualificações e da rigidez dos padrões racionais que dominavam não somente o trabalho, mas também o não-trabalho (1999, p. 69).

Acerca dos aspectos econômicos, a economia em larga escala passa a sofrer com uma taxa decrescente de consumo. Em parte, tal fato se relacionava com a germinação de uma demanda mais heterogênea em relação aos bens duráveis, personalizada, cuja dinâmica fordista, contínua e uniforme, não estava preparada para atender. Além disso, a crise do petróleo, em 1973, contribuiu para que o processo inflacionário corresse ainda mais as bases de apoio do fordismo (Bühr, 1999). Sua derrocada será marcada, nesse período, pela implementação de uma reestruturação produtiva pautada em soluções para o capital.

Balançava a hegemonia econômica norte-americana diante da crise do fordismo. Sendo assim, a solução prática para a queda de produtividade e acumulação foi incorporar características de um modelo japonês que despontava nesse país, o Toyotismo. Originário do interior das fábricas da Toyota, e rapidamente sendo adotado em todo o país, foi a válvula de expansão japonesa no mercado.

Druck (1999) aponta quatro dimensões principais do Toyotismo. A primeira envolve um sistema de emprego informal, mas vitalício, bonificado por tempo de trabalho, de salário individualizado. A segunda, um sistema de organização e gerenciamento do trabalho pautado na produção da quantidade exata para a demanda, no menor tempo: o *just-in-time*. É complementado pelo sistema *Kanban*, que comanda a reposição imediata de peças e estoques através de placas ou códigos. Por fim, a busca pela qualidade máxima envolvendo trabalho em equipe com trabalhadores polivalentes no processo produtivo.

A terceira dimensão envolve um outro olhar para o sistema de representação sindical, que são integrados à política de cada empresa na gestão do trabalho e, por isso, os cargos assumidos nelas confundem-se com os do sindicato. A quarta dimensão dita sobre um sistema muito hierarquizado de relação entre as empresas, convivendo com

uma rede de subcontratações precárias e instáveis das menores e médias pelas grandes, que é fundamental para a viabilização do modelo.

No ocidente, principalmente nos EUA, muitas dessas características serão combinadas com as do fordismo, gerando um novo modelo de produção e acumulação capitalista conhecido como flexível. Ainda segundo Bihl (1999), haveriam três principais dimensões de incorporação do modelo japonês pelo capitalismo ocidental: a fábrica fluida, a fábrica difusa e a fábrica flexível.

Na difusa, abandona-se o conceito de concentração produtiva do fordismo em favor de unidades produtivas periféricas separadas, mas que funcionam em rede, coordenadas por uma unidade central. Esse projeto conta com um processo agressivo de terceirizações e subcontratações que aprofundam ainda mais o abismo social entre uma diminuta parcela, qualificada e com altos salários, e uma maioria esmagadora submetida à condições precárias de emprego e miseráveis de vida.

Na fluida, bota-se em prática os conceitos de *just-in-time* e de *Kanban* com o objetivo de extrair máxima intensidade e produtividade do trabalho. Trata-se da realização de um contínuo produtivo ideal, sem tempo morto, que o modelo fordista não conseguia alcançar plenamente. Por sua vez, na dimensão flexível, que orienta a flexibilização da força de trabalho, que deve contar com trabalhadores polivalentes e cada vez mais fragmentados, além da flexibilização dos empecilhos jurídicos que protegem os contratos de trabalho.

O novo processo de acumulação flexível gera e passa a depender, portanto, de fenômenos como a terceirização, a subcontratação e cada vez mais novas formas de precarização do trabalho. Surge a figura do operário social, instável, multidimensional, que nunca teve tanta dificuldade de se posicionar como classe para lutar como força social unificada contra o modo de produção capitalista. Isso, contudo, não significa que as lutas não aconteçam e que novas experiências de identificação e conscientização de classe não estejam sendo gestadas no seio dessa nova classe trabalhadora.

A doutrina teórica econômico-política que balizou a incorporação de um novo modelo produtivo nos EUA e, em seguida, no mundo capitalista foi o neoliberalismo. Este, foi elaborado logo após a Segunda Guerra Mundial nas regiões centrais do capitalismo – Europa e Estados Unidos. Consistiu, primeiramente, numa reação teórica à organização social desses países baseada no *Welfare State*, que buscava promover o

bem-estar econômico e social após a guerra através de políticas de assistência e proteção à classe trabalhadora.

Friedrich Hayek (1899-1992), fundador da doutrina, e seus companheiros, a Sociedade de Mont-Pèlerin, criticavam este consenso oficial alegando que qualquer limitação por parte do Estado sobre os mecanismos de mercado seriam um ataque à liberdade econômica e política. Castrando, portanto, a liberdade do indivíduo, estariam ameaçadas a livre concorrência e a meritocracia – motores do desenvolvimento e da prosperidade geral. Para eles, na realidade, a desigualdade social seria um valor positivo, necessário, imprescindível para o avanço das sociedades ocidentais.

Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários, mas também para os que não o são. (Hayek, 1944, p. 126)

O neoliberalismo manteve-se “escondido” até a grande crise do *Welfare State*, em 1973, quando visto que o mundo do capitalismo avançado entrou em longa e violenta recessão, combinando profundas quedas de crescimento com altas taxas de inflação. Segundo Perry Anderson, tudo mudou, e “a partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno” (1995, p. 02).

Segundo os neoliberais, dois fatores principais explicariam este colapso: 1) a força nefasta do movimento operário e seus sindicatos que, por isso, pressionavam o Estado por 2) aumentar cada vez mais os salários e gastos sociais. Essa combinação impediria as empresas de alcançarem os níveis necessários de lucro e teria gerado também a crise inflacionária, culminando no caos. A saída apontada, portanto, seria simples:

(...) manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (Anderson, 1995, p. 03)

Demorou cerca de uma década para os países capitalistas centrais elegerem representantes neoliberais, mas na década de 1980 tal doutrina desfrutou seu triunfo e hegemonia. Em 1979, Margareth Thatcher vence na Inglaterra. No ano seguinte, Reagan assume a presidência nos EUA. Em 1982, na Alemanha, Kohl é eleito, Schluter na Dinamarca e, em seguida, quase todos os países do Norte da Europa Ocidental.

Apresentando-se em diferentes formatos (Na Inglaterra, um neoliberalismo mais puro, nos EUA mais militarista, ao Norte mais cauteloso, etc.), o objetivo comum de todos estes governos era alcançar o equilíbrio administrativo através do enxugamento (em maior ou menor nível) do Estado e da pulverização dos sindicatos e movimentos operários. Como pano de fundo discursivo e ideológico, um raivoso anticomunismo, como demonstrado em certa ocasião parlamentar pela “Dama de Ferro” do neoliberalismo, Margaret Thatcher, ao ser questionada por um político socialista em relação ao aumento da desigualdade no país em seu governo:

Sr. Hughes, todos os níveis de renda estão melhores do que estavam em 1979, mas o que o nobre cavalheiro está dizendo é que preferiria que os pobres estivessem mais pobres desde que os ricos estivessem mais ricos. Dessa forma, nunca irá criar riqueza para os serviços sociais, como nós temos. Que política é a sua! Sim, ele preferiria ver os pobres mais pobres, desde que os ricos fossem menos ricos: isso é a política socialista!⁴

Na América Latina (e no mundo), tem-se o Chile como primeiro laboratório neoliberal – em aparente contradição com uma ditadura de extrema-direita, encabeçada por Augusto Pinochet. No resto do continente, o neoliberalismo foi se propagando em ondas durante a década de 1980 e 1990. No Sul da Europa, o Eurocomunismo despontou como tentativa de contraposição, contudo, não demorou a perder as penas para as pressões internas neoliberais.

Portanto, é observado que, ao tornar-se hegemônico nos países capitalistas, o neoliberalismo virou a língua-comum entre eles. Ou seja, mesmo que se contrapondo retoricamente, todos estes países adotaram em maior ou menor medida políticas neoliberais até que as mesmas se mostrassem ineficazes na retomada das taxas de acumulação de capital (mas eficientes no desmonte do Estado e das lutas sociais).

1.4. A hegemonia neoliberal no Brasil

Conforme apresentado, o neoliberalismo é uma ideologia socioeconômica que foi desenvolvida pelos economistas Friedrich Hayek e Milton Friedman a partir da década de 1940. A partir dos anos 1980, em resposta à crise do *Welfare State*, essa ideologia se tornou dominante nos países com economias avançadas e, nos anos 1990, após o colapso do socialismo real, também se disseminou em países Do leste europeu e nas repúblicas da antiga URSS e latino-americanos. Nestes, de caráter periférico, como

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NjriO1PvETw&ab_channel=ComunicadoBr. Acesso em: 01/03/2023.

o Brasil, sua implementação foi influenciada por diversas condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como requisito para receber assistência financeira.

De acordo com Armando Boito Jr. (1996), a partir de então, uma nova forma de hegemonia burguesa baseada no neoliberalismo se estabelece no Brasil. Além dos resultados eleitorais, a burguesia conseguiu solidificar sua nova plataforma ideologicamente, influenciando o senso comum, logo, também as classes populares. Objetivos cruciais incluíam a abertura ao capital imperialista, a privatização e a desregulamentação das relações de trabalho. Além disso, a eliminação do “custo Brasil” se tornou uma prioridade, envolvendo a privatização de serviços públicos essenciais, redução das políticas sociais e cortes nos impostos e no número de funcionários públicos.

Durante os anos 1990, segundo Maciel (2011), essa adoção de uma política econômica neoliberal foi uma resposta aos desafios enfrentados na chamada "década perdida", incluindo a persistente inflação e as tensões políticas decorrentes da promulgação da Constituição de 1988. A decisão oficial de seguir os princípios do Mont Pèlerin foi tomada como uma saída rápida pelos grupos dominantes, que temiam o fortalecimento dos movimentos sociais marginalizados em meio à crise da hegemonia burguesa e à recente e frágil instauração da democracia institucional.

[...] a polarização entre Collor e Lula no 2º turno das eleições presidenciais indica que, apesar de todo o movimento transformista operado pelo Estado e pelo bloco no poder em relação ao movimento social das classes subalternas, a crise de hegemonia burguesa atingiu tal magnitude que um projeto político radicalmente reformista e de conteúdo anti-autocrático, o projeto democrático-popular do PT, foicolocado na disputa eleitoral com reais chances de vitória. (Maciel, 2011, p. 101)

Frente ao surgimento dos candidatos de esquerda em ascensão nas pesquisas, o setor empresarial deposita todas as suas esperanças no “outsider” Collor. Assim que assume o cargo, ele anuncia o Plano Collor, um programa econômico convencional que visava conter a inflação descontrolada. O Plano adotou uma série de medidas administrativas restritivas nessa direção, porém é relevante mencionar a agressiva política de privatizações das empresas estatais e a apreensão dos ativos presentes em contas bancárias e investimentos, as quais afetaram diretamente a pequena burguesia e a classe média.

As privatizações se concentraram nos setores de siderurgia e petroquímica/fertilizantes, totalizando a venda de 18 empresas estatais por trocados de dólares. Além disso, foi iniciado um intenso processo de redução (chamado de "enxugamento" por economistas liberais) do quadro de funcionários do governo federal, resultando em aproximadamente 92 mil servidores ativos cortados ao longo de quase 3 anos (Almeida, 2010). Esses elementos combinados resultaram em um aumento significativo de desempregados que acabaram se voltando para a informalidade, subemprego, criminalidade ou mendicância, especialmente nas capitais.

Além disso, como expuseram Chioro e Scaff (1999), Collor de Mello introduziu um novo contexto econômico e político que influenciou o curso da política de saúde durante esse período. Com ele, o embate entre dois projetos antagônicos se destacou: o projeto hegemônico, que seguia uma abordagem neoliberal, representado pela proposta conservadora de remodelação do sistema médico privado; e o projeto contra-hegemônico, representado pela reforma sanitária e a efetiva implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar da aparente aceitação e sucesso da reforma sanitária, o projeto neoliberal conseguiu se consolidar de maneira competente, baseado no modelo médico privado conservador que já dominava nos anos 80. Esse projeto neoliberal deu origem a um sistema privado poderoso, com pouca regulamentação estatal, conhecido como Atenção Médica Supletiva (SAMS). Esse sistema se fortaleceu através do financiamento privado e cresceu às custas da perda de qualidade do setor público.

Ainda segundo os autores, tal sistema fora sustentado por uma política deliberada de desmantelamento do setor público, que passou a focar apenas nas populações extremamente pobres e marginalizadas. Enquanto isso, uma parte sofisticada e eficiente do setor público, como o Instituto do Coração (INCOR), por exemplo, oferecia suporte a esse sistema privado. Além do mais, o financiamento injusto desse sistema se dava por meio de pagamentos "com ou sem recibo" e pela dedução no imposto de renda dos gastos com saúde no setor privado.

Mesmo assim, os veículos de comunicação abraçavam fervorosamente a crítica às políticas e instituições públicas, assegurando que o descontentamento geral da população fosse direcionado a elas. Segundo Vírginia Fontes (2010), ao responsabilizar a ineficiência generalizada do Estado brasileiro por todos os problemas, tornava-se possível destacar uma nova abordagem - a gestão privada, competitiva e lucrativa de

políticas públicas voltadas para a maioria da população. Além disso, alegava-se que os funcionários públicos eram incompetentes e pouco eficazes devido à sua falta de envolvimento no mercado de trabalho competitivo (p. 273).

Especificamente em relação ao funcionalismo público, mas também a todo o setor de trabalho, a narrativa econômica apontava para a culpa dos trabalhadores e propagava a sua obsolescência devido a uma suposta “incompetência” diante da tecnologia. Durante a construção desse cenário, os sindicatos mais combativos assumiam uma postura cada vez mais defensiva, enquanto os sindicatos que buscavam “resultados”, como a Força Sindical, optavam por colaborar com os interesses patronais para minar a organização dos trabalhadores por dentro.

Após o fracasso de seu programa econômico, juntamente com um grande escândalo de corrupção, Collor tem seu mandato cassado. Seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994), herda a crise inflacionária e os problemas fundamentais do governo anterior. Por outro lado, FHC (1994-2002), conhecido como o “Príncipe da Sociologia”, trouxe a racionalidade burguesa que faltava a Collor. Intensas expropriações primárias e secundárias, privatizações e a repressão contra sindicatos e movimentos sociais são alguns dos principais pontos que os unem.

Os oito anos de FHC no poder foram marcados pela estabilização monetária e pelo desmonte acelerado do setor produtivo nacional. Através de um grande número de privatizações e uma desindustrialização forte, o país se tornou um “casino financeiro internacional” (Antunes, 2005, p. 22). O desemprego aumentou significativamente e os direitos trabalhistas, que já eram insuficientes, foram alvo de ataques brutais e desregulamentações por meio de várias medidas e decretos, que também visaram desmantelar a previdência.

Conforme dados apresentados pelo IPEA⁵, as taxas combinadas de pobreza e extrema pobreza se mantiveram acima de 40% durante o governo Collor, mas apresentaram uma redução para cerca de 34% entre 1993 e 2003. Em janeiro de 2002, a Revista VEJA destacou em sua capa o seguinte tema: “Miséria, o grande desafio do Brasil: a trágica situação de extrema pobreza de 23 milhões de brasileiros não pode mais

⁵ HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 1990. IPEA, Texto para discussão nº 803, 2001.

ser ignorada"⁶. Esses números indicam a quantidade de pessoas que não tinham acesso a uma alimentação adequada de pelo menos 2.000 calorias diárias, de acordo com os critérios utilizados.

Além disso, Chioro e Scaff (1999) demonstram que o processo de consolidação do projeto neoliberal para a saúde tem continuidade e acentua-se com o governo FHC. Aproveitando-se da crítica à “falência do SUS”, provocada fundamentalmente pela falta de recursos financeiros e pelo descompromisso do governo com a saúde, interessado na consolidação do projeto neoliberal, asfixiava-se cada vez o financiamento do SUS. Foi, portanto, uma deliberada ação governamental pela destruição do SUS.

Reapareceram as epidemias de sarampo, cólera e dengue. Doenças que estavam sob controle cresceram assustadoramente, como no caso da tuberculose, malária e hanseníase. Enquanto isso, o Ministro Bresser, da Administração e Reforma do Estado, em conluio com vários governadores, avançava na proposta neoliberal, propondo a privatização de hospitais e serviços públicos através da criação das Organizações Sociais Autônomas ou das chamadas “parcerias”, submetendo a saúde à lógica de mercado. A profundava-se o processo de desmonte do setor público, enfraquecendo e desrespeitando o controle social, através dos baixos e congelados salários (mais de 1.000 dias sem reajuste), demissões em massa, fechamento de leitos, desabastecimento, etc.

Os autores ainda demonstram que, do ponto de vista ideológico, argumentavam para a opinião pública que a crise é determinada pelo corporativismo e ineficiência do Estado e que, portanto, a saída se dará através da progressiva privatização, ficando o Estado responsável, quando muito, pelas ações básicas de saúde e as medidas de saúde pública. O restante deverá ser assumido, pela proposta do governo, pelo setor privado e controlado não mais pela sociedade, mas sim pelas regras de mercado.

A derrocada do governo FHC no Brasil foi marcada por agravamentos econômicos e sociais. A crise do apagão, a privatização de empresas estatais e a reforma da Previdência contribuíram para o descontentamento popular. As políticas neoliberais foram percebidas como prejudiciais aos interesses da população, agravando a desconfiança. Alegações de corrupção relacionadas às privatizações e protestos contra

⁶ LOPES, Marcos Rogério. Em 1990, miseráveis invadiam as grandes cidades do país: moradores de rua aumentavam em velocidade vertiginosa nas grandes cidades 27 anos atrás. VEJA, 30 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/em-1990-miseraveis-invadiam-as-grandes-cidades-do-pais/>>. Acesso em: 28/07/2023.

medidas impopulares intensificaram a oposição. Esse cenário propiciou a ascensão de lideranças políticas alternativas, que já vinham no páreo aumentando seu prestígio.

Em 2002, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu superar José Serra (PSDB) nas eleições e, finalmente, após três tentativas anteriores fracassadas, tornou-se presidente da República. Durante sua campanha, a divulgação da "Carta aos brasileiros" desempenhou um papel fundamental na garantia de sua vitória, afastando a imagem de radicalismo que o acompanhava desde os tempos de suas lutas operárias na década de 80. Na carta, Lula se comprometeu a manter a política econômica do governo anterior em relação aos setores empresariais e financeiros, mostrando-se um candidato moderado e responsável, de "paz e amor" com a ordem.

De acordo com André Singer (2012), o novo líder do executivo adotou uma política econômica conservadora, mas combinada com medidas voltadas para o desenvolvimento social - um tipo de reformismo considerado fraco por ele. Essa estratégia foi facilitada pelas condições favoráveis da economia mundial, que trouxeram um novo ciclo de expansão do capital e um aumento significativo nos preços das commodities. Os lucros obtidos com as exportações eram suficientemente altos para sustentar as medidas de proteção social e combate à pobreza sem comprometer os ganhos dos capitalistas.

Entre 2003 e 2010, Lula lançou o Bolsa Família, um programa de assistência social e transferência de renda que beneficiou milhões de famílias em todo o país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, foram adotadas medidas para estimular a expansão do crédito no país, como a redução da taxa básica de juros, incentivos fiscais, aumento da oferta de crédito consignado e criação de programas de crédito subsidiado, como o Pronaf e o "Minha casa, minha vida". Adicionalmente, foram concedidos aumentos sucessivos ao salário mínimo, resultando em um aumento real de 76% ao final de seu mandato.

Conforme analisado por Singer, o projeto de combate à pobreza foi estabelecido com base em quatro pilares principais: a transferência de renda para os mais necessitados, a expansão do crédito e o aumento do salário mínimo, que, em conjunto, resultaram em maior geração de empregos formais. Além disso, é válido mencionar outros programas específicos, como o programa Luz para Todos nas áreas rurais, a regularização de terras quilombolas, a construção de cisternas no semiárido e a expansão e democratização do ensino superior por meio do Prouni e do Reuni. Essas

políticas tiveram um impacto profundo nas condições materiais de vida da população mais pobre, cujos efeitos ainda são sentidos até os dias atuais.

Em relação às políticas de saúde para os trabalhadores, Menicucci (2011) defende que a administração de Lula demonstrou maior inovação ao lidar com os fatores externos que afetam a saúde, em comparação com as mudanças internas na abordagem da política de saúde. Mesmo no âmbito setorial, houve introdução de novidades que podem não ser imediatamente evidentes ao analisar os elementos mais aparentes da política de saúde. De maneira ampla, no contexto específico da parte interna do setor de saúde, a governança sob o mandato de Lula foi caracterizada por uma combinação de continuidade e transformação. Segundo ela:

Foram adotadas medidas de caráter incremental no longo e complexo processo contínuo de implementação do SUS e que aparentemente não trazem nada ou muito pouco de inovações. Mas uma análise mais apurada aponta algumas inovações, seja no campo da organização da assistência, da gestão e da forma de alocação de recursos. Chamo a atenção ainda para o problema persistente do subfinanciamento do SUS. (Menicucci, 2011, p. 524)

Em alinhamento com as promessas de campanha, diversas ideias inovadoras foram postas em prática, tais como a introdução da Política de Saúde Bucal através do Programa Brasil Sorridente. Este programa é reconhecido como a primeira iniciativa abrangente no âmbito da saúde bucal no país, com o objetivo de ampliar o acesso aos cuidados odontológicos de maneira mais abrangente e em estágios mais avançados.

Além disso, houve a estabelecimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para fornecer assistência pré-hospitalar em conformidade com a Política de Atenção às Urgências e Emergências. Também merece destaque o Programa Farmácia Popular, que envolvia uma rede de farmácias privadas autorizadas a vender produtos com descontos de até 90% em relação aos preços de mercado, graças a subsídios do governo.

No contexto das ações incrementais, embora de significativa importância para o avanço da abrangência e qualidade da assistência, o autor destaca a expansão dos esforços na atenção básica por meio do Programa Saúde da Família (PSF). Observou-se também um incremento nos recursos alocados para o Piso de Atenção Básica. Além disso, houve a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), impulsionando a Reforma Psiquiátrica e visando a redução da hospitalização por meio do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no âmbito do SUS.

Uma tentativa de mudança no modelo de atendimento de saúde também foi observada, por meio de projetos que enfatizam o acolhimento e a humanização. Além disso, também foram desempenhadas muitas ações para a saúde do trabalhador, buscando implantar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), além das ações relativas à saúde da população negra, dos quilombolas, dos indígenas e dos assentados.

Durante a “Era PT”, ainda ocorreu o Pacto Pela Saúde. No âmbito da administração do SUS, o Pacto pela Saúde, apesar de seguir uma abordagem de evolução gradual, introduz transformações de natureza qualitativa substancial. Esse Pacto representa uma série de reestruturações institucionais acordadas entre os três níveis de governo, com a meta de instigar inovações nos métodos e ferramentas de gestão.

As diretrizes que orientam as políticas de saúde passam a se concentrar nas interconexões entre os fatores sociais que influenciam a saúde e a estratégia de saúde em si. Assim, a busca por aprimorar as condições e a qualidade de vida não se restringe apenas à construção do SUS, mas também engloba o fortalecimento da capacidade de intervir nas raízes sociais das enfermidades.

Outra questão foi a vinculação de saúde com desenvolvimento, transcendendo a discussão das políticas de saúde para além da atenção à saúde e inserindo a saúde como um dos pilares do crescimento industrial. Sendo assim, no espírito geral dessa agenda social, “as ações para a saúde se inseriram na política de desenvolvimento voltada para aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento e a equidade social” (Idem, p. 527).

Nesse escopo, figuravam a erradicação da fome e da pobreza; o enfrentamento do racismo e das disparidades raciais; a ampliação dos progressos no setor de saúde e serviços sociais; o aumento da abrangência das políticas de previdência social; o estímulo ao progresso do país; a execução de uma estratégia para o desenvolvimento das áreas urbanas; e o constante aperfeiçoamento da excelência da educação. Ou seja:

(...) o foco maior foi nas políticas de inclusão social, nas suas diversas dimensões, que sugere uma busca da garantia do direito à saúde pela via de outras políticas públicas, que não apenas a garantia do acesso a ações e serviços de saúde, tal como preconizado na Constituição de 1988. (Menicucci, 2011, p. 528)

Durante os oito anos de governo de Lula, houve uma redução significativa no percentual de pessoas vivendo em situação de pobreza no país, chegando a uma diminuição de cerca de 50%. Em 2010, o PIB registrou um crescimento de 7,5%, ao passo que a taxa de desemprego atingiu níveis próximos ao pleno emprego, mesmo diante dos efeitos da crise financeira internacional que afetou a economia mundial. O grupo social mais beneficiado pelas políticas implementadas foi o subproletariado.

De acordo com Andre Singer (2012), o subproletariado é composto por indivíduos que não conseguem vender sua força de trabalho por um valor mínimo capaz de assegurar uma vida digna nas condições normais. Geralmente, essas pessoas ocupam empregos de baixa qualificação, trabalham longas jornadas em condições precárias e estão desprotegidas pelas leis trabalhistas. Por essa razão, possuem poucas condições para participar ativamente na luta de classes.

A formação do subproletariado brasileiro tem suas raízes na época da escravidão e, desde então, está concentrado principalmente na região nordeste do país. Ao final do governo de Lula, em 2010, o programa Bolsa Família beneficiava cerca de 50 milhões de brasileiros, sendo que mais da metade deles residia nessa região. Por meio desse programa e de outras iniciativas, o subproletariado brasileiro, que também se concentra em grande parte nas periferias e favelas do sudeste, experimentou um aumento na renda e uma melhoria em suas condições de vida e consumo.

Os impactos dessas políticas no subproletariado foram fundamentais para sustentar o apoio político a essa nova configuração política, que Singer denominou de “lulismo”.

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. (Singer, 2012, p. 15-16)

Dessa forma, ao deixar o cargo, Lula alcança uma taxa de aprovação de 87% e assegura a vitória de sua sucessora, a ex-guerrilheira e economista Dilma Rousseff. Durante seu primeiro mandato (2011-2014), a primeira presidente da história do Brasil aproveitou o amplo apoio recebido para dar continuidade às políticas sociais implementadas por Lula e introduzir novas medidas. Entre as principais iniciativas,

houve o aprimoramento e a expansão dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, além da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Mais Médicos, voltado para a ampliação do acesso aos serviços de saúde.

No entanto, como aponta Singer (2018), Dilma enfrentou desafios como a desaceleração econômica decorrente da crise global e a aceleração da inflação. Além disso, sua base de apoio sofreu abalos, comprometendo a coalizão de forças que sustentava o lulismo, e houve pressões políticas em decorrência dos protestos de junho e das denúncias de corrupção na Petrobras. Embora tenha conquistado um segundo mandato (2015-2016), seu governo já enfrentava dificuldades. O PIB entrou em declínio, enquanto o desemprego e a inflação aumentaram, resultando em uma grave crise econômica.

Essa crise, por sua vez, desdobrou-se em uma crise política que culminou no impeachment e destituição de Dilma da presidência. Em 2016, a presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu um golpe parlamentar. As acusações apresentadas contra ela não configuravam um crime de responsabilidade, que é um dos requisitos necessários para o impeachment de um presidente no Brasil. Isto porque, as pedaladas fiscais e decretos orçamentários, que foram as bases do processo, não eram práticas ilegais que justificassem sua destituição.⁷

Para ocupar seu posto, naturalmente, assumiu seu vice-presidente, Michel Temer. Temer e seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), desempenharam um papel importante na tramitação do processo de impeachment no Congresso Nacional. O PMDB era um dos partidos da base de apoio do governo Dilma, mas como as tensões e a insatisfação com o governo cresciam, dentro e fora do Congresso, houve um movimento de parte do partido para se distanciar da presidenta e eventualmente apoiar o processo de impeachment.

A estratégia implementada pelo recém-estabelecido governo recebeu o nome de “Uma ponte para o futuro” e introduziu um conjunto de reformas normativas, em contraste direto com a agenda de propostas do governo anterior, que foi eleito democraticamente e no qual Michel Temer estava envolvido. Costa Jr. e Oliveira (2021)

⁷ Após ser inocentada, Dilma pode ter a devolução simbólica de seu mandato. RBA, Brasil de Fato, 27 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/27/apos-ser-inocentada-dilma-pode-ter-a-devolucao-simbolica-de-seu-mandato>>. Acesso em: 11/07/2023.

defendem que essa visão de futuro e sua expressão principal, a Emenda Constitucional nº 95, representam um plano de aceleração social, o qual resultou na dessincronização do cronograma estabelecido pela Constituição e, conseqüentemente, na desintegração social.

No documento, foi destacada a necessidade de reestruturar o sistema fiscal nacional, mediante a diminuição dos gastos públicos, o aumento das iniciativas de privatização e terceirização, além da redução dos encargos tributários e trabalhistas para as empresas relacionadas ao setor comercial, industrial e do agronegócio, entre outras abordagens de natureza nitidamente neoliberal. Estava demarcada o retorno oficial da doutrina neoliberal no Brasil – que nunca foi embora totalmente.

A perspectiva subjacente a esse cenário sugere que a modernização do Brasil deveria ser imposta como uma exigência econômica para o progresso e a expansão, ancorada na valorização intrínseca do capital, que impulsionaria a aceleração nas sociedades contemporâneas. Elementos como a busca por maior competitividade e ampliação de mercados passam a ser adotados de maneira independente dos processos regulamentares que visam o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza, delineados pela Constituição de 1988.

Ainda segundo os autores, a argumentação contida na proposta apresentada antecipava uma lógica de progresso para o Brasil que se assemelha à noção de aceleração: um avanço como um movimento de expansão inevitável que se justifica por si só e cujo propósito é predominantemente (ou mesmo exclusivamente) de natureza econômica. No mesmo programa, nota-se que essa demanda por aceleração foi articulada por meio de um discurso fatalista que reforçava a estagnação e o insucesso das estruturas político-jurídicas, construindo um cenário catastrófico para o Brasil.

A partir da narrativa que enfatizava o aspecto negativo das experiências do Estado Brasileiro no controle da “crise fiscal”, a trajetória sugerida é a de um caminho único, considerado indispensável e urgente. A ponte que deveria ser construída em direção ao futuro carregaria uma dimensão de inevitabilidade diante de uma história que era apresentada como tendo sido contada de maneira completa, intocável e dotada de um sentido essencial, absoluto e definitivo. Isso se observa no seguinte trecho:

Todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país. A inércia e a imobilidade política têm impedido que elas se concretizem. A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente,

paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. (PMDB, 2015, p. 2)

Se impõe a rapidez do mercado, da concorrência e da austeridade por sobre a processualidade, duração e compromissos de longo prazo da Constituição. A Emenda de congelamento dos gastos públicos destacou-se como um exemplo notável dessa aceleração.

Ao impor um congelamento de gastos públicos por 20 anos sob o pretexto de cumprir dívidas e obrigações com instituições bancárias e privadas, ela estabeleceu uma agenda neoliberal que deveria ser rigorosamente seguida. Isso foi feito à custa da exclusão de abordagens contingentes e planos normativos inclusivos e diversos. Essa abordagem enfraquecia o próprio propósito da esfera pública democrática e também obstaculizava as oportunidades presentes e futuras para a concretização e o progresso dos direitos fundamentais.

Segundo Costa Jr. e Oliveira (2021), instituía-se um Estado de Exceção Econômica. Isso resultava na subvalorização da dimensão temporal da Constituição (e das políticas públicas necessárias para sua realização), que é entendida como um processo complexo, tenso e contraditório, e que vai além do imediatismo. Para os autores, essa abordagem desconsiderava a ideia de construção constante e de aprendizado social ao longo do tempo. E, com o fim do governo Temer, não parou a aceleração, pelo contrário, se intensificou com a chegada à presidência do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro.

Bolsonaro alcançou esse posto como resultado de uma crise política que teve seu início desencadeado pelas manifestações de 2013⁸. Essa situação foi exacerbada pela Operação Lava Jato⁹, que trouxe consigo contornos mais complexos. Agravou-se ainda mais ao ganhar traços conservadores por meio das manifestações pró-impeachment, que coincidiram com uma intensificação do sentimento antipetista. O ápice desse processo ocorreu com o golpe parlamentar que culminou na destituição de Dilma Rousseff, no ano de 2016.

⁸ Sinteticamente, as Jornadas de Junho de 2013 foram um movimento popular espontâneo e multifacetado que emergiu em resposta ao aumento das tarifas de transporte público em São Paulo, logo se estendendo por todo o Brasil. Rapidamente, foi sequestrado pela narrativa da direita e adubou a fundação e o surgimento dos principais grupos ligados à nova direita brasileira.

⁹ A Operação Lava Jato foi uma investigação de corrupção de grande escala no Brasil que desvendou esquemas de desvio de dinheiro envolvendo políticos, empresários e empresas estatais, resultando em prisões, processos judiciais e impacto significativo na política e na economia do país.

Contrariando as expectativas das elites políticas, após o impeachment, a crise não se dissipou. Em vez disso, permaneceu evidente na forma de índices baixos de popularidade e uma série de escândalos de corrupção. Isso, por sua vez, impactou negativamente a legitimidade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O colapso da representatividade dos partidos tradicionais abriu espaço para o surgimento de forças políticas que estavam situadas fora do espectro democrático que caracterizou a Nova República. Como resultado, vimos a eleição de Bolsonaro, um líder de extrema-direita.

Desde que assumiu o governo, sua administração tomou medidas para minar ou distorcer os canais de participação da sociedade civil, tais como conselhos e mecanismos de engajamento. Além disso, o governo aprofundou a implementação de políticas de austeridade e reformas, as quais, em vez de reduzir, agravaram a desigualdade social. Ao mesmo tempo, ocorreram ataques dirigidos a grupos como sindicatos e minorias, incluindo comunidades indígenas e quilombolas.

Segundo Andrade et al. (2021), o caráter autoritário dessa nova ofensiva neoliberal capitaneada pelo bolsonarismo se fez ver:

(...) desde 2013 na repressão violenta e na infiltração de militares em manifestações, na espionagem virtual, na tentativa de criminalizar militantes de movimentos sociais, na estigmatização de grupos esquerdistas e progressistas como “inimigos internos”, no lawfare da Operação Lava Jato, no controle do Executivo federal sobre setores do judiciário, das polícias e de órgãos de fiscalização, nas ameaças de um novo AI-5 em caso de manifestações de rua, na intimidação militar feita ao Supremo Tribunal Federal (STF), na montagem de dossiês contra movimentos antifascistas ou contra críticos do governo, no vazamento em massa de dados sigilosos dos cidadãos, no aumento da letalidade policial, no projeto de ampliação do excludente de ilicitude, na militarização da administração pública, na reconstrução da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), no assédio institucional a funcionários públicos, na tentativa de ampliação da lei antiterrorismo de modo a incluir movimentos populares e na perseguição judicial a adversários políticos, com uso da Lei de Segurança Nacional (Andrade et al., 2021, p. 8)

Ao lado das projeções econômicas irrealistas propostas pela equipe liderada por Henrique Meirelles e pelo “superministro”¹⁰ Paulo Guedes, foi estabelecida e fortalecida no país uma extensa rede de disseminação de informações falsas e sensacionalistas, bem como teorias conspiratórias. Financiada por empresários alinhados, essa rede desempenhou um papel crucial na intensificação do antipetismo, na

¹⁰ Antes de ser Ministro da Economia, Paulo Guedes foi um estudante de economia na Universidade de Chicago e fundou a empresa de gestão de investimentos BR Investimentos.

destituição do governo de Dilma Rousseff, na eleição de Jair Bolsonaro e nas investidas virtuais contra instituições, opositores políticos e jornalistas (Idem, p. 9-10).

Os think tanks neoliberais de âmbito internacional também aumentaram seus esforços de propaganda no Brasil após 2014, visando canalizar a insatisfação proveniente da crise em direção à esquerda e em apoio à economia de livre mercado. Tais instituições financiaram a produção de conteúdo online direcionado ao público jovem, além de auxiliarem na formação de grupos políticos e lideranças que desempenharam um papel determinante nas manifestações a favor do impeachment (Lee, 2017).

A difusão de uma retórica agressiva e antagônica por parte dos grupos ligados à nova direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), aliou-se aos princípios propagados por Olavo de Carvalho¹¹, resultando em uma “retórica do ódio” que antecipou o surgimento da extrema-direita (Idem). Além disso, o Exército estabeleceu um centro de guerra eletrônica que ofereceu apoio ao governo de Bolsonaro, promovendo uma extensa lista de links para páginas ligadas à rede bolsonarista em seu próprio site¹².

Dentro do governo, além das ações de propaganda conduzidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), foi criado um “gabinete do ódio” no Palácio do Planalto¹³, encarregado de liderar uma campanha virtual de informações. A desinformação partiu diretamente do presidente, de seus ministros e de seus filhos, tanto em suas declarações oficiais quanto em suas plataformas de mídia social.

A pandemia e a questão ambiental foram áreas privilegiadas para essas disputas, visto que o governo contrariou as orientações dos órgãos oficiais e os resultados das pesquisas científicas, a fim de favorecer interesses econômicos de curto prazo e promover alterações na legislação de regulamentação. O Ministro do Meio Ambiente de

¹¹ Olavo de Carvalho foi um astrólogo e escritor brasileiro conhecido por suas opiniões ultraconservadoras, influência na esfera política e papel na disseminação de ideias de extrema-direita através de suas aulas, livros e redes sociais. Carvalho tornou-se o “guru filosófico” da nova direita brasileira.

¹² Rudnitzki, Ethel & Scofield, Laura. *Página do Exército e sites governamentais ajudam desempenho de portais bolsonaristas no Google*. A Pública, publicado em 16 de novembro de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/11/pagina-do-exercito-e-sites-governamentais-ajudam-desempenho-de-portais-bolsonaristas-no-google/>. Acesso em: 30/07/2023.

¹³ Lago, Rudolfo. Documento do STF explica como funciona “gabinete do ódio”. Congresso Em Foco, publicado em 29 de agosto de 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em 30/07/2023.

Bolsonaro, Ricardo Meirelles, por exemplo, defendeu “passar a boiada” e mudar regras enquanto atenção da mídia estava voltada para a Covid-19. Ao ser questionado sobre, respondeu:

Sempre defendi desburocratizar e simplificar normas, em todas as áreas, com bom senso e tudo dentro da lei. O emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil.¹⁴

Andrade et al. (2021) compreendem o governo bolsonarista no âmbito da chamada fase autocrática do neoliberalismo, que abandona a valorização da diversidade como ocorria na sua fase anterior, a progressista. Em vez disso, a nova revigora a divisão biopolítica que sustenta a existência de uma única população – no sentido populista do termo – associada aos princípios conservadores e de livre mercado, em oposição aos adversários internos que são vistos como ameaças à ordem. Isso leva a convocação dos militares para assumirem o papel de guardiões do modo de vida tradicional.

A variante autoritária rejeita as abordagens inclusivas que asseguram, um mínimo senso de igualdade e justiça, próximo ao ideal liberal, denunciando tal conceito como uma fraude da competição. Agora, o foco do neoliberalismo é predominantemente direcionado ao polo oposto, caracterizado pela competição, que ressalta a desigualdade como seu resultado prático. Isso permite a aceitação do poder, hierarquia e controle em nome da liberdade. Além disso, o neoliberalismo autocrático atribui às minorias papéis estereotipados e subalternos, colocando particular ênfase nas mulheres ao designá-las para as responsabilidades domésticas ligadas ao cuidado e sustento das famílias.

Ascensão da extrema-direita no Brasil pareceu a muitos como o resultado de um evento histórico casual ou de uma histeria coletiva estimulada pela avalanche de notícias falsas. No entanto, é crucial reconhecer que a compreensão da fase autoritária do neoliberalismo no Brasil envolve a relação entre o Estado e as franjas da sociedade. Em vez de interpretar o triunfo da extrema-direita como uma espécie de desvio histórico, perceber que uma alternativa política que prometia uma intensificação da repressão estatal, apresentava um plano econômico profundamente liberal e adotava

¹⁴ Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. G1, publicado em 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> . Acesso em: 30/07/2023.

uma postura abertamente contrária aos direitos humanos e às conquistas das minorias conseguiu angariar apoio da maioria dos eleitores.

O bolsonarismo age como se o esforço de reconstrução da democracia brasileira nos últimos trinta anos precisasse ser passado a limpo, em nome de uma opção ousada o suficiente para fazer o que era supostamente preciso: desestruturar as instituições democráticas em nome de uma catarse purgatória – “ir contra tudo isso que está aí”, como não cansa de repetir o mandatário. A potência da revolta foi apropriada pela direita e mobilizada em defesa do mercado. Dessa forma, a direita se apossa, de forma criativa, do discurso da crítica social, esvaziando a narrativa emancipatória da esquerda, que se vê obrigada a fazer a defesa do status quo democrático. (Andrade et al., 2021, p. 20)

De fato, os princípios políticos, econômicos e éticos do bolsonarismo encontraram uma ressonância simbólica entre uma parte dos extratos socioeconômicos mais baixos, permanecendo com um núcleo duro expressivo mesmo com os índices de desemprego, precarização e crise social em ascensão¹⁵.

Durante seu governo, ocorreu um substancial aumento da disparidade social em 2019 (IBGE, 2020). A pesquisa, realizada através do módulo “Rendimento de Todas as Fontes” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ilustra que no ano de 2019, a renda média mensal real proveniente do trabalho para o segmento mais privilegiado da população, representando 1%, atingiu a quantia de R\$ 28.659,00. Em notável contraste, a metade da população com menor rendimento recebeu apenas R\$ 850,00. Em outras palavras, essa parcela recebeu mais de 33 vezes menos em comparação com os rendimentos do 1% mais rico.

A taxa de desemprego alcançou o ponto mais alto em sua história no ano de 2021, registrando 14,9% de acordo com dados do IBGE (2023). Além disso, a incerteza em relação à disponibilidade de alimentos e a presença da fome no Brasil retornaram aos níveis observados no início dos anos 2000. Em 2018, cerca de 10,3 milhões de indivíduos enfrentavam grave insegurança alimentar, que é caracterizada como fome. Essa cifra aumentou para 19,1 milhões em 2020 e posteriormente para 33,1 milhões até o ano de 2022, conforme informações da Rede Penssan (2022).

Ao término de seu mandato, já havia uma abundância de evidências e relatos sólidos indicando que Jair Bolsonaro levou o Brasil a um estado de empobrecimento. Uma análise abrangente da situação econômica do país não deixou margem para

¹⁵ SALOMÃO, Alex. Brasil fica mais pobre durante governo Bolsonaro. Folha de São Paulo, publicado em 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/brasil-fica-mais-pobre-durante-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 30/07/2023.

dúvidas de que, apesar da presença da pandemia, as opções de diminuir os investimentos públicos, manter a austeridade fiscal e permitir a inflação descontrolada foram as principais causas da crise social atual.

O reflexo de um país empobrecido foi nitidamente visível na substancial queda do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, uma medida que divide a riqueza produzida pela economia pelo número de habitantes. Comparativamente a 2018, esse valor declinou de US\$ 9.151,40 (ou R\$ 49 mil) para US\$ 7.500 (ou R\$ 41 mil). Quando comparado ao PIB per capita de 2011, a diferença chegou a cerca de R\$ 31 mil a menos por indivíduo¹⁶.

Traduzindo esses números para a realidade dos cidadãos brasileiros, que enfrentavam uma realidade de inflação de dois dígitos sem um correspondente aumento salarial, a renda média da população também espelhou o processo de empobrecimento. O rendimento médio do trabalhador declinou de R\$ 2.823 no início de 2019 para R\$ 2.613 no trimestre entre março e maio do ano em curso (IBGE, 2023). Para piorar, além da diminuição dos ganhos, há também o impacto da carestia sobre os orçamentos, o que significa que os rendimentos reduzidos agora adquirem cada vez menos poder de compra.

Enquanto isso, o programa Bolsa Família enfrentou sua maior queda histórica, passando de 14 milhões para 13 milhões de famílias. A fila de espera, conforme levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, contabilizou mais 2,7 milhões de famílias. A tentativa de cunho eleitoral de introduzir o programa Auxílio Brasil como substituto do Bolsa Família não conseguiu solucionar o problema – milhões ainda aguardavam na fila por inclusão no programa, enquanto imagens de famílias revirando lixo ilustravam as páginas dos jornais¹⁷.

No setor da saúde, as distintas medidas governamentais foram alvo de críticas e reorganizações. O Programa Mais Médicos (PMM), encerrado em 2019, é um exemplo notável. Sua desmontagem teve início antes mesmo da posse de Bolsonaro. Ao questionar a formação dos médicos cubanos e, sob ameaça, impor condições arbitrárias

¹⁶ Brasil fica mais pobre com Bolsonaro. Contee, publicado em 19 de julho de 2022. Disponível em <<https://contee.org.br/brasil-fica-mais-pobre-com-bolsonaro/#:~:text=Jair%20Bolsonaro%20empobreceu%20o%20Brasil,respons%C3%A1veis%20pela%20atual%20crise%20social>> Acesso em 02/08/2023.

¹⁷ Moradores dormem na 'fila de ossinhos' para garantir cesta básica em Cuiabá. G1-MT, publicado em 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/21/pessoas-dormem-na-rua-para-garantir-cesta-basica-na-fila-dos-ossos-em-cuiaba.ghtml> . Acesso em 02/08/2023.

para a continuidade do trabalho desses profissionais no Brasil, Bolsonaro provocou a saída do governo de Cuba do programa e ordenou o retorno imediato dos médicos cubanos (Dias et al., 2021).

As consequências prejudiciais para regiões historicamente carentes de assistência médica, conhecidas como áreas rurais remotas, foram percebidas imediatamente: houve um aumento nas mortes evitáveis de crianças. Vale destacar que o PMM chegou a contar com mais de 18 mil médicos, assegurando cuidados a 63 milhões de pessoas. Em 19% dos municípios do Brasil, como apontou Nascimento (2022), o PMM era a única fonte de atenção primária.

A abordagem da Política Nacional Sobre Drogas foi completamente afastada dos princípios técnicos e éticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Em vez de enfatizar liberdade, foco territorial e redução de danos, a nova política favoreceu o controle, confinamento e tratamento compulsório como diretrizes para lidar com a dependência (Cruz et al., 2020). Modelos globalmente reconhecidos, como o programa de HIV/Aids e o Programa Nacional de Imunizações, foram desarticulados.

Como resultado, ocorreu um aumento nas taxas de detecção de novos casos de HIV/Aids nas regiões Norte e Nordeste, acompanhado pelos piores índices de cobertura vacinal observados em décadas¹⁸. Além disso, o ressurgimento do sarampo levou o Brasil a perder o certificado de país livre do sarampo, que havia sido concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde em 2016¹⁹.

As crises de natureza política, social, econômica e ambiental no Brasil foram agravadas pela propagação global da pandemia de covid-19, que se alastrou rapidamente, afetando amplamente todos os segmentos da sociedade. Isso deu origem a desafios socioeconômicos impactantes, os quais demandaram a implementação de estratégias sociais abrangentes. Além disso, houve a necessidade de reconfigurar e dar novo significado aos serviços e aos processos laborais no campo da saúde.

No contexto brasileiro, a pandemia evidenciou de maneira cruel as dificuldades enfrentadas por um país caracterizado por profundas disparidades. A ameaça iminente

¹⁸ WESTIN, Ricardo. Vacinação infantil despenca no país e epidemias graves ameaçam voltar. Agência Senado, publicado em 05 de maio de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/vacinacao-infantil-despenca-no-pais-e-epidemias-graves-ameacam-voltar>. Acesso em 03/08/2023.

¹⁹ Comissão Regional avalia status da eliminação do sarampo no Brasil. Site da OPAS, publicado em 02 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-9-2022-comissao-regional-avalia-status-da-eliminacao-do-sarampo-no-brasil>. Acesso em 03/08/2023.

de um colapso nos serviços de saúde pública foi exacerbada por uma crise política prejudicial. O governo sob a liderança de Bolsonaro, adotando uma postura negacionista, negligenciou suas obrigações e revelou sua incapacidade de coordenar esforços para combater a doença e seus impactos (Ortega & Orsini, 2020).

Além de desacreditar os avanços da Ciência e minar os princípios da Saúde Pública, em meio ao agravamento da pandemia de Covid-19, Bolsonaro implementou um plano para dismantelar os fundamentos doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso foi realizado por meio da redução de recursos destinados à saúde e pela introdução de um novo método complexo e prejudicial de financiamento para a Atenção Básica, caracterizado como burocrático e dificultoso (Mendes, 2020).

Nesse mesmo contexto, o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de Atenção Básica, foi encerrado. Esse programa visava garantir padrões comparáveis de qualidade e promover maior transparência e eficácia nas ações governamentais voltadas para esse nível de atendimento (Cavalcanti & Fernandez., 2023).

A análise das mais de 3 mil regulamentações jurídicas emitidas pelo governo federal em 2020 demonstrou que Bolsonaro minimizou a gravidade da doença, semeou desconfiança em relação às vacinas e prejudicou as respostas locais para conter a pandemia, como parte de uma estratégia institucional que acabou facilitando a propagação do vírus (Assano et al., 2020). Após quatro anos de disseminação de informações negacionistas, divulgação de notícias falsas e atrasos na aquisição e distribuição de vacinas, o número de mortes por covid-19 atingiu a marca de 694 mil.

Dentre essas mortes, estudos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva demonstraram que três em cada quatro poderiam ter sido evitadas caso o governo federal tivesse tomado medidas como implementar testagem em larga escala, incentivar o uso de máscaras, promover o distanciamento social, isolar casos confirmados, adotar tratamentos eficazes, fomentar a vacinação e garantir a compra tempestiva de doses de vacinas (ABSC, 2022).

Em conclusão, o Brasil testemunhou uma série de eventos que culminaram na ascensão e no governo conturbado de Jair Bolsonaro. A crise política pós-impeachment deu origem a uma atmosfera de desconfiança e desilusão, pavimentando o caminho para

a emergência de uma liderança de extrema-direita. O bolsonarismo, caracterizado por sua abordagem autoritária e neoliberal, desmantelou instituições democráticas, promoveu políticas de austeridade prejudiciais e exacerbou desigualdades sociais.

A pandemia de Covid-19 expôs ainda mais as fragilidades do governo, com uma resposta negacionista e ineficaz, resultando em perdas significativas de vidas e impactando negativamente a saúde pública e a economia. O Brasil, sob Bolsonaro, enfrenta uma crise multifacetada que abrange aspectos políticos, sociais, econômicos e de saúde pública.

O empobrecimento generalizado, a desigualdade crescente e as políticas controversas do governo Bolsonaro contribuíram para a erosão do tecido democrático e a consolidação de um modelo autocrático de neoliberalismo. A análise crítica desses eventos é essencial para o entendimento do atual cenário brasileiro e para a formulação de estratégias que busquem restaurar os princípios democráticos e promover o bem-estar da sociedade.

A seguir, a pesquisa avança mais um passo nas reflexões acerca dos impactos da reestruturação econômica e das políticas neoliberais sobre a vida dos trabalhadores, dessa vez com enfoque sobre a precarização das suas condições materiais e de trabalho e, especialmente, sobre a sua saúde mental. Feito isso, estará pavimentado o solo para uma compreensão mais completa da situação da classe trabalhadora global, mas fundamentalmente a brasileira, diante dos impactos da pandemia de Covid-19.

2. PRECARIZAÇÃO, CANSAÇO E NERVOSISMO: ASPECTOS GERAIS DO ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA



Imagem 2 – Quadrinho por Antonio Dias | Fonte: Site Abaixadaagua, 2021.

O trabalho é primordial na construção da identidade do indivíduo e na manutenção da sua saúde. No entanto, enquanto o trabalho pode ser salutar para o desenvolvimento individual e social, também pode ser prejudicial, causando sofrimento devido a exposição a riscos e condições precárias. As classes populares são as mais afetadas, enfrentando más condições laborais e sofrendo com a falta de recursos para mitigar os impactos.

A nova precarização do trabalho é vista como uma das consequências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, afetando a estabilidade, a segurança e o conteúdo social do trabalho. Por esta razão, esse capítulo avança sobre os impactos mais gerais das novas formas de emprego, especialmente na saúde física e psicológica dos trabalhadores, e a importância de iniciativas para mitigar os efeitos da precarização.

Em resumo, espera-se que a fundamentação do fenômeno da precarização do trabalho e da saúde mental dos trabalhadores no contexto mais recente do capitalismo conduza a uma visão mais robusta acerca das contradições enfrentadas pelos trabalhadores durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, temática que será melhor abordada no capítulo seguinte dessa pesquisa.

2.1.Precarizados

Na esteira dos debates até então levantados acerca do contexto contemporâneo, entende-se que a concepção e a experiência do trabalho vem sendo fortemente influenciados pelo pós-fordismo, também conhecido como toyotismo. Como visto, esse paradigma destaca-se pela descentralização da produção em pequenos lotes, flexibilização por meio da automação e adoção de diversos tipos de contratos de trabalho. Seu objetivo é atingir níveis mais elevados de qualidade e produtividade, em contraste com a produção em larga escala de bens padronizados.

Sob a orientação da acumulação flexível, da empresa enxuta, da implementação de programas de qualidade total e técnicas de gestão japonesas, juntamente com a introdução de programas de participação nos lucros e resultados, e alinhado aos princípios do capital financeiro e do neoliberalismo, ocorreu uma forte reestruturação produtiva. Isso resultou na ampliação da flexibilização, informalidade e precarização da classe trabalhadora mundial.

Desde então, segundo Ricardo Antunes (2018), temos enfrentado formas de precarização características da era da flexibilidade toyotizada, com elementos que mantêm tanto continuidade quanto descontinuidade em relação ao modelo de produção taylorista-fordista.

Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, kanban, just-in-time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, tornaram-se dominantes no universo empresarial. (Antunes, 2018, p. 230-231)

Os requisitos da flexibilidade se manifestam em uma variedade de arranjos, abrangendo flexibilidade nos contratos, na jornada de trabalho, no espaço e nos estatutos laborais (como trabalho a tempo parcial, trabalho domiciliar, trabalho independente, trabalho temporário, teletrabalho, entre outros), além da flexibilidade no processo produtivo, na estrutura de poder nas organizações e nas relações trabalhistas.

Juntamente com os imperativos de flexibilidade inerentes ao modelo toyotista de produção, as relações entre as empresas também passam por transformações. A disseminação das práticas pós-fordistas de gestão do trabalho resultou em um aumento da terceirização, levando a uma proliferação de micro e pequenas empresas que empregam contratos de trabalho precários. Essa prática, no entanto, não se limita apenas a empresas terceirizadas.

De acordo com Antunes e Druck (2013), a rede de fornecedores e terceirizados contribui para uma gestão de produção mais horizontal, mas cria um status de dependência e fidelidade para as empresas terceirizadas.

Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas 'terceirizadas', acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de subcontratação. (Antunes e Druck, 2013, p. 217)

Segundo os autores, essa tendência vem se intensificando ainda mais nos dias atuais, nos quais a empresa flexível defende e implementa a terceirização não só das atividades-meio²⁰, mas também das atividades-fim²¹.

As práticas de organização flexível do trabalho estão inevitavelmente reconfigurando os ambientes de trabalho, abrangendo trabalhadores qualificados (valorizados por seu conhecimento técnico) e trabalhadores não qualificados (subcontratados com salários reduzidos). A concentração na atividade central implica em poucos empregos bem remunerados, estáveis e com oportunidades de desenvolvimento profissional; teoricamente, a empresa seria um local de cidadania, sociabilidade, expressão e subjetividade para esse segmento de trabalhadores.

No entanto, como previa Kovács (2003), quem integra atualmente a força de trabalho central não está livre da possibilidade de migrar para a força de trabalho periférica ou contingente no futuro, caracterizada pela incerteza sobre onde e quando encontrarão seu próximo emprego. Essa instabilidade, denominada por ele de “estabilidade da insegurança”, tende a se tornar um estilo de vida.

²⁰ A atividade-meio é a função que não tem correlação com a sua produção final, mas ajudam como um todo nas empresas. Um exemplo é o setor de limpeza de uma empresa automotiva: é necessário ter os colaboradores para limpar, mas não tem qualquer relação com o a finalidade da empresa.

²¹ A atividade-fim significa o que a empresa produz e realiza, é a sua atividade principal que está em seu contrato social. Exemplo: uma empresa automotiva usada no tópico anterior tem como seu produto final a produção de veículos, portanto essa é a sua atividade-fim.

Deste modo, quem faz parte hoje do núcleo duro, amanhã poderá passar para a força de trabalho periférico ou contingente cuja principal característica é que não sabe onde e quando tem o seu próximo emprego. A inpermanência, ou seja, a estabilidade da insegurança tende a tornar-se modo de vida e não apenas para trabalhadores, mas também para gestores. (Kovács, 2003, p. 475)

Antunes (2018) argumenta que a precarização do trabalho é intrinsecamente estrutural, representando um aspecto da reestruturação produtiva e organizacional implementada por empresas com o objetivo de aumentar seus lucros. Essa estratégia busca elevar a produtividade da mão de obra ao mesmo tempo em que reduz os direitos trabalhistas e o número de empregos, resultando em uma maior disponibilidade de trabalhadores dispostos a aceitar condições precárias sem questionamentos. Essa é a faceta contemporânea de um processo intrínseco ao capital.

Uma vez que os capitais buscam com frequência aumentar o mais-valor (tanto o relativo quanto o absoluto), a incessante ampliação da troca desigual entre o valor que o proletariado produz e o que ele recebe é uma tendência presente na própria lógica do capitalismo. (Antunes, 2018, p. 82)

O conceito de precarização estrutural do trabalho sugere que o emprego precário é uma consequência das mudanças mais recentes introduzidas pelo modelo de acumulação flexível. Esse tipo de emprego surge da atribuição de status de empregos socialmente reconhecidos a trabalhos marginalizados, privados de benefícios adequados. Dessa perspectiva, o emprego precário é caracterizado principalmente por instabilidade, falta de proteção legal e flexibilização contratual.

Segundo essa perspectiva, compreende-se que os empregos com características precárias não são resultado da falta de crescimento econômico. Pelo contrário, são intrínsecos ao próprio modelo de desenvolvimento econômico, especialmente o modelo toyotista. Isso porque a necessidade de aumentar a produtividade motivou a adoção de novas práticas trabalhistas, impulsionadas pela competição internacional. Essa competição não apenas buscava isenções fiscais, mas também níveis mais baixos de remuneração da força de trabalho (Antunes, 2018, p. 103).

Sendo assim, a precarização se situa como um fenômeno que permeia o dinâmico processo de estruturação do trabalho e do emprego. Isso abrange tanto o crescimento do desemprego e o aumento do contingente de trabalhadores disponíveis quanto as particularidades dos empregos disponíveis no mercado de trabalho, destacadas pela precariedade e brevidade dos contratos. Dessa forma, o aumento de trabalhadores em situações de emprego precário ou em condições inadequadas contribui

para a expansão do grupo de trabalhadores privados de seus direitos, sujeitos a condições de trabalho instáveis e insatisfatórias.

A quebra do “pacto” entre capital e trabalho, característico do modelo de produção fordista, portanto, implica para o trabalhador a precarização do contrato e das condições de trabalho. Isso resulta em uma notável assimetria na relação entre empregador e empregado, especialmente durante os períodos neoliberais, onde essa disparidade se intensifica, criando uma dinâmica extremamente desfavorável para os trabalhadores precarizados/terceirizados.

Consequentemente, tornam-se mais longínquos para os trabalhadores terceirizados os direitos sociais ainda garantidos pela CLT, bem como a possibilidade de uma sólida representação social – dada sua enorme pulverização em termos das relações de trabalho, do estatuto e da filiação sindical – e a viabilidade de acordos coletivos favoráveis à proteção social, prevenção e segurança do trabalho. (Druck e Franco, 2007, p. 111)

Essa desigualdade se reflete na pressão constante sobre os trabalhadores para se submeterem às exigências arbitrárias do emprego, dedicando tempo e esforço para apreender as complexidades de uma função sem garantia de estabilidade, pois, na lógica da flexibilização, os trabalhadores são facilmente substituíveis. A responsabilidade pelo aprimoramento da qualificação, permanência no emprego e sucesso profissional recai sobre o trabalhador, em condições desafiadoras.

Apesar de o toyotismo compartilhar a lógica de racionalização do trabalho com o taylorismo/fordismo, o modelo flexível busca controlar mais intensamente o elemento subjetivo da produção, resultando em uma nova subsunção do trabalho ao capital. Enquanto o fordismo transferiu o saber operário para a gerência científica, o toyotismo busca retransferi-lo para a força de trabalho, visando apropriar-se cada vez mais da dimensão intelectual e das capacidades cognitivas, envolvendo mais intensamente a subjetividade operária.

Isso significa dizer que, ao contrário do taylorismo/fordismo, que cultuava um certo desprezo ao saber operário, a pragmática toyotista utiliza-se dele, do intelecto do trabalho, para agregar e/ou potencializar mais valor à produção, seja ela prevalentemente material ou imaterial. Os chamados círculos de controle de qualidade ou o incentivo que as empresas fazem para ouvir as sugestões dos trabalhadores e das trabalhadoras são exemplares. (Antunes, 2018, p. 154)

No entanto, essa iniciativa não é isenta de contradições, evidenciadas pelo paradoxo da multiplicação de empregos periféricos, mal remunerados e com baixo conteúdo de trabalho, ao mesmo tempo em que é necessário contar com recursos

humanos qualificados, motivados e integrados para lidar com processos complexos e promover a inovação. Diante disso, Kovács levanta a questão de “como conciliar os estatutos precários com a mobilização dos recursos humanos como factores prioritários de competitividade” (2003, p. 480). Esse dilema ainda não foi resolvido pela gestão de pessoas nas empresas modernas.

A flexibilidade passou a significar mudança contínua e permanente, evocando fluidez e a impossibilidade de compromissos e relações duradouras, tanto entre os trabalhadores e as empresas quanto entre os próprios colegas de trabalho. Com a desregulamentação contratual e o afrouxamento das relações sociais de trabalho, outras formas de flexibilização tornaram-se possíveis, como aquelas relacionadas às jornadas de trabalho com a criação do banco de horas²², ou às atribuições de funções, responsabilidades e salários variáveis.

A constante mudança de critérios, como nas avaliações de desempenho ou nas decisões de contratação e demissão, contribui para uma existência profissional marcada pela rápida transformação de regras e expectativas. A valorização da polivalência, considerada uma característica essencial para os trabalhadores, surgiu nesse contexto,

[...] derrubando o orgulho profissional de operários especializados e de técnicos que haviam anteriormente desenvolvido experiência e obtido reconhecimento em atividades específicas. Dessa maneira, era abalado um dos mais importantes suportes da identidade e da saúde mental: o reconhecimento — do trabalhador como pessoa e do trabalho por ele realizado. (Seligmann-Silva, 2012, p. 536)

Seligmann-Silva (2012) argumenta que o trabalho humano tornou-se predominantemente mental, mas a exaustão mental do trabalho intelectual intensificado é muitas vezes ignorada. A polivalência contribui para a sobrecarga de trabalho, gerando medo de não atender às expectativas, acumulação de fadiga e redução do desempenho. Recorrer a substâncias tranquilizantes ou estimulantes e depender de produtos "energéticos" tornam-se hábitos comuns.

A falta de tempo resultante da intensidade do trabalho afeta os relacionamentos interpessoais, a vida familiar, o lazer e a participação social. O autor dá o exemplo do consumo excessivo de álcool.

A bebida pode também ser utilizada como um meio de dirigir a agressividade para o exterior, deslocamento que frequentemente atinge a própria família.

²² O modelo de banco de horas refere-se a uma prática de gestão do tempo de trabalho em uma organização, permitindo que os funcionários acumulem horas extras ou, inversamente, compensem horas excedentes trabalhadas em um período específico.

Seria um modo, indiscriminado em seu direcionamento, de se vingar das injustiças do mundo, fruto de uma raiva que se faz cega em sua impotência para atingir — ou discernir — as verdadeiras causas ou os responsáveis pela derrota vivenciada. (Seligmann-Silva, 2012, p. 339)

Os elementos destacados até então representam uma dificuldade para a conscientização de classe, fragiliza vínculos e contribui para adoecimento psicológico e orgânico. Isso enfraquece as relações de amizade e companheirismo, isolando os trabalhadores e prejudicando sua capacidade coletiva de reivindicar melhores condições de trabalho. O isolamento de classe contribui para desgastes emocionais, facilitando o surgimento de problemas de saúde mental e física, como depressão, esgotamento profissional, síndromes paranóides e reações ao estresse, amplificadas pelas condições precárias de trabalho (Franco & Faria, 2013).

A precarização do trabalho, apoiada por políticas de flexibilização e desregulamentação, compromete não apenas a saúde do trabalhador, mas também sua cidadania e dignidade.

[...] ao passo em que é promovido o enfraquecimento de sindicatos para que a flexibilização dos direitos seja acatada sem que tais organizações ofereçam resistência, alienando os trabalhadores da luta por melhores condições de trabalho e de vida, impelindo-os a aceitarem as poucas opções propostas pelo sistema econômico e a se submeterem a condições de desamparo previdenciário e social para poderem prover meios de subsistência. (Franco e Faria, 2013, s/n)

Em conclusão, diante das transformações delineadas pelo paradigma pós-fordista, notamos uma reconfiguração profunda na concepção e vivência do trabalho contemporâneo, predominantemente influenciado pelo toyotismo. A flexibilização, automação e a variedade de contratos de trabalho caracterizam esse modelo, visando a qualidade e produtividade em contraposição à produção em larga escala. Contudo, essa reestruturação produtiva, alinhada ao neoliberalismo, resultou na ampliação da precarização global da classe trabalhadora.

As práticas de gestão flexível, terceirização e subcontratação, influenciam não apenas a relação trabalhador-empresa, mas também as dinâmicas entre as próprias empresas. A transição do emprego estável para formas precárias é uma tendência crescente, intensificando a insegurança e moldando um estilo de vida permeado pela instabilidade.

Nesse contexto, a precarização estrutural emerge como uma faceta intrínseca ao desenvolvimento econômico, comprometendo direitos, estabilidade e condições dignas

de trabalho. O desafio contemporâneo reside em conciliar a busca por produtividade com a preservação dos direitos e bem-estar dos trabalhadores, exigindo uma reflexão crítica sobre os modelos de organização do trabalho.

3.7. Cansados

Ricardo Antunes (2018) denomina a esse período do capitalismo como informacional-digital-financeiro. Para ele, trata-se justamente do aprofundamento das práticas que o capital vem exercendo ao longo de sua terceira fase (monopolista), agora embasadas nos avanços tecnológicos, informacionais e comunicativos sob o fenômeno da globalização. O aprofundamento dessas práticas conta com cada vez mais novas formas de controle, de expropriação e de exploração sobre as mais distintas modalidades de trabalho.

Impossibilitado de se valorizar sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, o capital procura aumentar sua produtividade do trabalho, ampliando os mecanismos de extração do mais-valor mediante a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico informacional e também pela intensificação e diversificação do trabalho vivo, recriando novas formas de exploração e mesmo de superexploração da força de trabalho (2018, p. 19)

Diferente de Standing e de outros pensadores sobre o tema, Antunes se afasta da concepção do precariado como uma nova classe. Ele defende que o precariado seria, na verdade, um setor diferenciado dentro da própria classe trabalhadora - que o autor gosta de denominar como classe-que-vive-do-trabalho. E afirma:

Entendemos que a classe-que-vive-do-trabalho, em sua nova morfologia, compreende vários e distintos segmentos – diferenciação que não é novidade na história da classe trabalhadora, sempre clivada por questões como gênero, geração, etnia, nacionalidade, migração, qualificação etc. Ao contrário, portanto, de se constituir como uma nova classe, o precariado é um setor diferenciado da classe trabalhadora, em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações. (Antunes, 2018, p. 28)

Desse modo, como entender o processo de superexploração de uma classe trabalhadora mais precarizada? Para isso, é importante entendermos, paralelamente, a relação entre tempo, capitalismo e trabalho. A expropriação do tempo no sistema capitalista é a peça fundamental para compreendermos as engrenagens que levam os trabalhadores e trabalhadoras ao adoecimento e à exaustão.

No capitalismo contemporâneo, a expropriação do tempo não se limita apenas à esfera do trabalho. Sendo ainda maior do que em seu período industrial, ela se estendeu atingindo todos os âmbitos da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, se destacarmos o papel das tecnologias de informação e comunicação, conseguimos analisar as características gerais dessa expropriação.

O culto à velocidade, o ritmo acelerado nas capitais e nos centros urbanos, o aumento do uso de automóveis e a dilatação dos trajetos das cidades são algumas das características que conseguimos observar nesse contexto. Além das características já citadas, uma das principais ferramentas de expropriação do tempo, no contexto atual, tem sido o celular. Sua onipresença escravizadora tem transformado o ócio, até mesmo em suas microesferas, em mercadoria.

A mercantilização do tempo ocioso ou do tempo livre do trabalhador não é recente. O capitalismo, em todas as suas outras configurações, como visto, já arquitetava formas de acessar esse tempo. A criação de resorts, para que os trabalhadores pudessem consumir em seu período de férias, os relógios de pulso e a chegada dos aparelhos de rádio e televisão, para que eles consumissem informações em massa em seu horário de lazer, fazem parte desse processo.

Entretanto, nada se compara à complexidade e a expansão dessa mercantilização, em micro e macro escala, com a chegada dos aparelhos celulares. Sobre a mercantilização do tempo livre, Renán V. Cantor sintetiza:

(...) com a universalização do capitalismo, o que vivemos hoje é a plena “subsunção da vida ao capital”, o que significa que todos os aspectos da vida foram mercantilizados e submetidos à tirania do tempo abstrato. Em concordância com esse pressuposto, o capital rompeu a distância que separava do tempo do trabalho o tempo livre, ou o tempo da vida. (CANTOR, 2019, p. 62)

A penetração do capitalismo em diversas esferas da vida humana gera uma sensação constante de “falta de tempo”. Mesmo que o trabalhador preencha todas as lacunas da sua vida seguindo um padrão de produtividade capitalista, ainda sim, ele carrega a sensação de correr atrás de um tempo que está sempre em atraso. No mesmo artigo, Cantor levanta um ditado popular africano citado por Chesneaux, que expressa bem essa falta de tempo nas sociedades ocidentais: “Todo branco tem relógio, mas nunca tem tempo” (Chesneaux, 1996 Apud Cantor, 2019, p. 60).

Até então, a categoria que melhor atendia aos interesses do capital, impulsionando o consumo em massa, era a dos trabalhadores assalariados. Sendo assim, não havia a mesma gama de produtos que fossem pensados para o modo de vida das pessoas periféricas não-assalariadas e, muitas das vezes, elas não tinham condições para consumir os produtos que eram destinados àqueles que podiam. Contudo, em um momento mais atual do capitalismo informacional-digital, um dos marcos significativos para essa transformação é a chegada dos celulares com internet - os smartphones.

As pessoas mais pobres, que não podiam e não podem transformar-se em trabalhadores assalariados, que não têm dinheiro para consumir a vasta gama de mercadorias nem condições de viajar de férias, agora suportam a expropriação de seu tempo por meio, principalmente, do telefone celular, que se transformou num verdadeiro objeto de consumo de massa, tão onipresente hoje como os relógios de pulso. (Cantor, 2019, p. 61)

Todas as classes sociais usam celulares, mesmo que com preços e qualidade diferenciados, mas com a mesma intenção de consumir seu tempo numa comunicação perpétua e, geralmente, sem necessidade. Um relatório produzido em 2021 pela empresa estadunidense de consultoria, Strategy Analytics, revelou que metade da população mundial já possui um smartphone com acesso à internet. Segundo a empresa, "a base global de usuários de smartphones aumentou de apenas 30 mil pessoas em 1994 para 1 bilhão em 2012 e um recorde de 3,95 bilhões em junho de 2021"²³. Um número que não pára de crescer.

Esse fenômeno também está intrinsecamente ligado à flexibilização e a fragmentação do trabalho no capitalismo atual. Os telefones celulares, além de funcionarem como um aparato para bombardearem os sujeitos de propagandas e informações que visam assegurar o escoamento contínuo de mercadorias, passam a funcionar como uma extensão do trabalho na esfera individual da vida humana.

Ao ampliar ainda mais uma jornada que já era naturalmente exaustiva, de modo a tomar o lugar da cadeia de montagem na organização do trabalho cognitivo, o info-trabalhador agora vive constantemente em condições precárias, e é ininterruptamente localizado e compelido voluntária ou involuntariamente ao trabalho. Além disso, é estimulado, diariamente, a cultivar o consumo como razão para sua existência.

²³ SÉRVIO, Gabriel. Metade da população mundial possui um smartphone, revela relatório. Para Olhar Digital, em 28 de junho de 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/06/28/reviews/metade-da-populacao-possui-smartphone-revela-relatorio/#:~:text=%E2%80%9CEstimamos%20que%20a%20base%20global,analista%20s%C3%AAnior%20da%20Strategy%20Analytics>. Acesso em: 01/03/2023.

Esse processo, não só fragmenta e molda a identidade humana a partir do que se consome, como também enfraquece qualquer tipo de associação com outros indivíduos, dificultando as lutas coletivas de atuarem de modo a reduzir os sintomas do capitalismo. A celularização do tempo de trabalho como um processo precarizante é destrinchada por Rénan Cantor da seguinte forma:

O tempo de trabalho dos trabalhadores cognitivos foi “celularizado” porque se divide em fragmentos, em células, que o capital faz circular pela rede de maneira despersonalizada, e pelo telefone celular mantém-se uma conectividade perpétua, que obriga os trabalhadores precarizados a estarem disponíveis, como escravos pós-modernos, sempre que o capital necessita deles. (Cantor, 2019, p. 62).

O fenômeno se possibilita pela atual irrelevância do sujeito-que-vive-do-trabalho, reconhecido pelo capital como resíduo, intercambiável e precário. Tem dificuldade e baixa legitimidade frente à Ideologia para reivindicar qualquer direito, ao mesmo tempo que não reconhece sua singularidade, se desumaniza frente ao aparelho celular que o escraviza.

Na ordem sócio estrutural, a celularização afeta não só a esfera do trabalho, mas também, em âmbito educacional, as instituições de ensino. Com o intuito de se aproximarem e corroborarem com as necessidades estabelecidas pelo capitalismo informacional-digital, as escolas e universidades têm se transformado para serem cada vez mais funcionais aos propósitos desse sistema - que tem como objetivo primordial, transformar pessoas em engrenagens de seu circuito produtivo. Sendo assim, as instituições de ensino permanecem cumprindo importante função como aparelhos ideológicos de hegemonia, como apontou Gramsci.

Por conseguinte, garante-se que as mudanças de ordem estrutural não afetem apenas a organização da sociedade, mas também atinjam as camadas psíquicas dos sujeitos. Manuel Castells em seu livro *Sociedade em rede* (2013), debate a revolução tecnológica dos últimos anos, e com ela as transformações estruturais nas práticas culturais e sociais das sociedades. Sobre isso, afirma:

Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-la pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturais. (Castells, 2013, p. 57-58)

Byung-Chul Han (2022), um filósofo sul-coreano radicado na Alemanha, e atualmente muito em voga, passou os últimos anos se dedicando a examinar a sociedade

contemporânea e a experiência do indivíduo nela. Assim, vem se tornando cada vez mais conhecido por suas análises críticas da sociedade do século XXI, com foco no impacto do neoliberalismo, da tecnologia e da cultura digital na vida cotidiana. Através dessas temáticas aborda outras como excesso de positividade, sociedade do desempenho, transparência, vigilância, violência simbólica e solidão.

Uma das principais ideias enfatizadas por Han é a transição da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho. Na sociedade disciplinar, o poder era exercido por instituições de controle externo, como família, escola e Estado. Porém, na sociedade do desempenho, o indivíduo se torna seu próprio opressor, colocando pressão sobre si mesmo para ser produtivo e bem-sucedido. Nesse contexto, o filósofo argumenta que o cansaço substitui a disciplina como mecanismo de controle social.

A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O poder, porém, não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar. (Han, 2022, p. 15)

Na era neoliberal, caracterizada pela busca da perfeição, os indivíduos são cobrados para produzir mais, visando a resultados quantitativos, enquanto são inundados com sentimentos de confiança e positividade extremos. No entanto, esse comportamento social tem resultado em contradições com as aspirações individuais de autenticidade, visibilidade e produção em uma sociedade exigente. Para Han, todos esses esforços têm levado a doenças psicológicas, distúrbios, ansiedade, disfunções e depressão. O cansaço resultante do esgotamento não é um cansaço decorrente de uma potência de positivação, mas que nos incapacita de realizar qualquer coisa.

Além disso, Han amplia sua análise sobre a cultura contemporânea, explorando o impacto das redes sociais e da tecnologia digital. Ele sustenta que essas plataformas promovem a ilusão de liberdade e conexão, porém, no âmago, resultam em solidão e autocobrança incessante. Ao enfatizar a necessidade constante de “curtir” e “compartilhar”, a sociedade atual gera uma pressão contínua para a autopromoção e a busca por validação externa, exacerbando os efeitos negativos na experiência humana.

Han também analisa o fenômeno do esgotamento ocasionado pelo que nomeia de “sociedade do excesso”. Ele explica que estamos imersos em uma era caracterizada pelo excesso de informações, consumo e estímulos, resultando em um estado de fadiga

constante. Em simultâneo, investiga a cultura do hiperconsumo e como isso contribui para uma sensação de vazio e insatisfação perpétua.

Hoje, comunicamo-nos de forma tão compulsiva e excessiva precisamente porque estamos sozinhos e sentimos um vazio. Mas esta hiper-comunicação não é satisfatória. (HAN, 2022, p. 32)

Além disso, o excesso de positividade também se manifesta como uma sobrecarga de estímulos, informações e impulsos. Essa dinâmica altera radicalmente a estrutura e a economia da atenção, fragmentando e minando nossa capacidade de concentração. Para piorar, a crescente carga de trabalho demanda uma técnica específica relacionada ao gerenciamento do tempo e da atenção, o que novamente afeta a estrutura da nossa capacidade de atenção.

No entanto, esse excesso constante gera uma sensação de insatisfação contínua e um desejo incessante por mais. Han denomina esse fenômeno de “narcisismo doentio” e argumenta que é uma das principais causas do cansaço crônico e da depressão na sociedade moderna. Ele afirma que, ao invés de aliviar o trabalho, a tecnologia tem intensificado a pressão sobre os indivíduos. Segundo ele, a tecnologia nos mantém constantemente conectados ao trabalho e às demandas da sociedade, tornando difícil escapar das exigências e pressões.

O autor destaca a importância do tempo livre para a saúde mental e física das pessoas, mas lamenta que na sociedade atual ele esteja se tornando cada vez mais escasso. Ele descreve essa situação como “tempo queimado” e afirma que é um dos principais fatores que contribuem para o cansaço crônico e a depressão na sociedade moderna. Junto com outras doenças, como a crise neuronal, a síndrome de burnout, o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade e transtornos de personalidade, tornam-se características do séc. XXI.

Essas novas enfermidades podem estar relacionadas ao excesso de positividade, em que o indivíduo constantemente é convocado a produzir, praticar e desempenhar, validando sua positividade em diversos aspectos de sua subjetividade e sociabilidade, multitarefas ao mesmo tempo.

Doenças neuronais como a depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou a Síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. Não são infecções, mas enfartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade. (Han, 2022, p. 7)

Assim sendo, ele defende que isso inevitavelmente resulta em frustração e sofrimento ao exigir tanto do eu, originando assim a sociedade do cansaço. Essa sociedade é formada pelas transformações da sociedade ativa e do desempenho, gerando um cansaço e esgotamento excessivos, sem separação, mas com uma continuidade de produção.

Para desenvolver esse raciocínio, Han traça um percurso para mostrar que cada era tem suas próprias enfermidades, expondo o fim de uma fase bacteriológica. Segundo o autor, o século passado foi caracterizado pela era imunológica, apresentando uma redução das enfermidades da época com o surgimento de técnicas imunológicas. Nessa fase, a defesa e o distanciamento eram marcados pela divisão entre amigo e inimigo, entre o interno e o externo.

No entanto, no tecido social, a imunologia começa a perder espaço à medida que as pessoas passam a enxergar o estrangeiro ou imigrante não como uma ameaça ou inimigo, mas sim como um peso ou fardo. Então, a violência neuronal já não é mais originada do que é estranho, mas inicia-se pelo o excesso de positividade. Uma violência que se apresenta sem infecções generalizadas, mas sublinham pequenos enfartos, doenças neuronais, como as citadas no parágrafo de abertura do tópico.

Dessa forma, a violência neuronal é identificada pela positividade excessiva do sujeito, manifestada em ações como superprodução, hiperatividade e superdesempenho, além da comunicação constante e intensa por meio de plataformas digitais. Ao contrário da violência viral, que era marcada pela negatividade, a violência neuronal demanda um esforço extremo por parte do indivíduo para se superar, levando-o a um estado de saturação e exaustão. Nessa busca incessante pelo sucesso, o fracasso não é tolerado, resultando em um caminho perigoso à beira da decadência e da ruína psíquica.

Márcia Frezza (2009) entra nesse diálogo apontando que, na contemporaneidade, as mudanças no mundo do trabalho têm sido cada vez mais frequentes, nesse sentido:

(...) são lançadas e implementadas novas formas de gestão, assim como são elaboradas novas estruturas para as empresas. Especificamente para as mudanças referentes a espaço e tempo, que ocorrem em decorrência dessas transformações e que afetam os sujeitos [...]. (Frezza, 2009, p. 491)

Essas novas formas de gestão, sejam elas fomentadas pela tentativa organizadora do capital financeiro por meio dos *CEO's* e/ou as mudanças tecnológicas inseridas nas fábricas mudam completamente os desafios para o mundo do trabalho. O espaço e o

tempo se redefinem nas relações da contemporaneidade, por exemplo, ampliando e intensificando o lugar do trabalho através do uso dos dispositivos tecnológicos, o *home office* e o teletrabalho. Estas são experiências contemporâneas que respondem a esse lugar transitivo do trabalho, pois não se trabalha mais em apenas em lugar definido, sendo possível trabalhar em todos os lugares.

Não obstante a isso, a relação com o tempo também é alterada, principalmente através das demandas sempre urgentes que reiteram a expressão estadunidense “*time is money*”. Os sujeitos inseridos nessa “roda para hamster” seguem a lógica objetiva do capital, estando diretamente ligada ao aumento da velocidade de todos os processos, sejam eles fabris e/ou financeiros, retirando, assim, quaisquer coisas que possam lhes impor barreiras, limites e entraves que impeçam a circulação direta de bens e capital.

Nesse modelo social, instituições como hospitais, prisões, asilos, quartéis e fábricas não ocupam mais o mesmo espaço na sociedade contemporânea, sendo substituídas por shoppings, academias, bancos, aeroportos e laboratórios de genética que permitem a seleção do descendente em busca da “perfeição”. Nesse contexto, os indivíduos não são mais vistos como sujeitos da obediência, mas sim como sujeitos do desempenho e da superprodução. São considerados empreendedores de si mesmos, moldados pela lógica de se autogerir, sendo produtos de uma sociedade que constitui sujeitos subjetivos de viés neoliberal.

Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. (Han, 2015, p. 15)

O sujeito do desempenho se comporta de maneira produtiva, rápida e eficiente em comparação ao sujeito da obediência. No entanto, todo esse aceleração e eficiência no trabalho têm gerado consequências que antes não eram aparentes, resultando no agravamento dos distúrbios psíquicos humanos. As patologias do fracasso do homem contemporâneo surgem de inúmeros sofrimentos psíquicos decorrentes do excesso de responsabilidade exigido pelo novo modelo da sociedade pós-moderna, que valoriza indivíduos bem-sucedidos e empreendedores de si mesmos.

Porém, esses indivíduos encontram-se esgotados, fracassados e depressivos, representando uma expressão patológica do fracasso do homem pós-moderno. Agora, os

inimigos já não são mais aqueles que são diferentes, mas sim fatores neurais. Em vez de controle, como visto, vivemos em uma sociedade do desempenho, na qual o próprio sujeito precisa se autogerir de forma ilimitada para ação. Essas práticas estão conduzindo a uma sociedade do doping, em que o “desempenho sem desempenho” se torna a norma.

O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autor-referencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (Han, 2015, p. 17).

Dessa forma, a sociedade do desempenho não anula a sociedade disciplinar, mas ambas operam simultaneamente, coexistindo como tecnologias de poder. Se a sociedade disciplinar é caracterizada pelos quartéis e fábricas, a sociedade do desempenho é marcada pelas fintechs, pelo trabalho remoto e pelos laboratórios de genética. Han reinterpreta o conceito foucaultiano de biopolítica como psicopolítica, que é uma forma de poder que atua diretamente na subjetividade das pessoas, buscando moldar seus comportamentos, desejos e emoções, ou seja, suas subjetividades (2015, p. 14).

O conceito de psicopolítica de Byung-Chul Han enfatiza o controle por meio da produção de subjetividades positivas e da exploração do trabalho. A Psicopolítica destaca a governança através da manipulação dos afetos, da criação de uma cultura de desempenho e da internalização dos mecanismos de vigilância. Nesse sentido, a Psicopolítica atua em um nível micropolítico, concentrando-se no indivíduo e nas subjetividades, explorando a capacidade de auto-exploração e resultando na produção de sujeitos autodisciplinados e produtivos (p. 35).

Tanto a biopolítica foucaultiana quanto a psicopolítica de Han abordam o exercício de poder e controle sobre os indivíduos e suas subjetividades. Ambas as abordagens focam na gestão e na regulamentação das vidas e dos corpos, embora em níveis diferentes. Tanto Foucault quanto Han reconhecem o papel central do conhecimento, das instituições e das práticas discursivas na produção e manutenção do poder. As duas teorias têm como objetivo compreender as estratégias contemporâneas de controle social, examinando as abordagens que visam moldar e governar os sujeitos.

Do ponto de vista discursivo, essa sociedade neoliberal pode ser analisada não apenas pelos aspectos dos dispositivos de controle psicopolítico, mas também pelos modelos político-econômicos, culturais e afetivos. Isso amplia as possibilidades de

análise de suas manifestações e representações, como, por exemplo, nos mecanismos de gestão da reputação e da imagem dos indivíduos, nos meios de produção de desejos em massa por meio de ações e estratégias de marketing e publicidade de determinados objetos, ou seja, dispositivos técnicos de controle em massa.

Portanto, essa psicopolítica tende a levar a uma situação em que os indivíduos internalizam o poder, tornando-se agentes voluntários de sua própria opressão e, por fim, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade doentia, na qual o sujeito se torna seu próprio algoz, impulsionado pelo desejo de maximizar o desempenho em todas as áreas da vida, resultando em um adoecimento biopsicossocial.

A lamúria do indivíduo depressivo de que nada é possível só se torna possível numa sociedade que crê que nada é impossível. Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão. O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma. (Han, 2022, p. 16)

Ao examinar as dinâmicas da biopolítica foucaultiana, são reveladas as estruturas de poder soberano e disciplinar, demonstrando o funcionamento de certas estruturas estatais e institucionais que moldam os corpos e as massas, regulando assim aspectos da vida e da morte. Nesse olhar atento, surgem as políticas de controle, a medicalização do corpo e a gestão da saúde, evidenciando as relações entre poder, conhecimento e normatividade.

É importante ressaltar que o diagnóstico do crescimento das patologias biopsicossociais ocorre em todos os indivíduos inseridos nesse modelo de sociedade contemporânea. Por um lado, é exigida produtividade em níveis cada vez mais inalcançáveis, mas sempre com a aparência de possibilidade. Por outro lado, é necessário obter ganhos materiais, seja no mercado financeiro especulativo, com ações e títulos do tesouro direto, por exemplo, ou em bens físicos, como casas e apartamentos, todos inseridos em uma dinâmica de busca por um melhor desempenho (2023, p. 18).

A psicopolítica de Han nos confronta com uma enorme parede de subjetividade e afetos, revelando os mecanismos psicológicos e emocionais mobilizados para a produção de sujeição e conformidade dos indivíduos. Isso mostra as armadilhas da sociedade do desempenho, representadas no culto à positividade, no esgotamento subjetivo, na biopsicopatologia, no questionamento da liberdade individual e, acima de tudo, na autonomia diante do momento do capitalismo digital.

Com o excesso de estímulos, informações e tarefas, o indivíduo perde sua capacidade de concentração e foco, ficando imerso em multitarefas e perdendo a sensibilidade para contemplação. Han faz uma analogia com o animal selvagem, que, devido às necessidades de sobrevivência, se envolve em múltiplas atividades e não consegue se concentrar ou aprofundar sua atenção, resultando em uma atenção superficial e deficiente. Essa falta de um processo criativo é comparada à vida selvagem, em que a interação nas plataformas sociais e digitais não gera algo novo, permanecendo superficial e vazio.

O autor destaca a ilusão de que quanto mais ativos somos, mais livres nos tornamos. No entanto, a mera atividade apenas prolonga o que já existe, sem criar algo significativo. Nesse sentido, menciona a positivação da sociedade, que enfraquece e vulnerabiliza sentimentos como angústia e luto, ao mesmo tempo em que amplifica a negatividade, que é essencial para a contemplação. Assim, na sociedade atual, a hiperatividade se manifesta de maneira vazia, uma ausência de ação significativa e uma positividade superficial e vaga.

Por exemplo, o enfraquecimento dos sentimentos de luto e perda se tornam também uma expressão da sociedade do desempenho contemporânea – o que é tratado por Pereira em suas leituras sobre Kovács:

uma perda é significativa quando ocorre o rompimento de um vínculo anteriormente existente e define-se o luto como o trabalho psíquico de elaboração desta perda através do qual o indivíduo reorganiza sua vida. Este processo é um percurso gradual de aceitação da perda e ressignificação de relações, atividades e papéis, na busca de um novo. (Kovács Apud Pereira, 2018, p. 201)

A perda e o luto são definidas como um processo psíquico de elaboração que reorganiza os aspectos da vida de determinado sujeito. Entretanto, a sociedade do desempenho é uma sociedade sem parada, sem interrupção, sem qualquer possibilidade de elaboração, os dados e informações estão prontos, não são bem quistos as paradas, os intervalos e as interrupções.

Ou seja, se é fundamental para o luto a elaboração que possibilite o sujeito de criar um relacionamento com aquilo que perdeu e a dinâmica da sociedade contemporânea atomiza o tempo a todo instante, ao ponto que inviabilize o sujeito de elaborar. A própria etimologia da palavra elaborar denota isso, vindo do latim e derivada da palavra *elaborare*, o *e* é resultado de *ex* que significa fora, e *laborare*,

significa trabalhar. Sendo assim, elaborar nesse caso, seria o pensar sobre o luto fora do mundo do trabalho (Pereira, 2018, p. 210).

Dada a dinâmica da contemporaneidade, a ausência de interrupções acarreta num luto mal elaborado, e a sociedade frequentemente estigmatiza a expressão de dor e tristeza, associando-a a uma suposta fraqueza social, que inclusive precisa ser medicada, ignorando completamente a presença da morte. Essas atitudes podem ter sérias repercussões biopsicopatológicas, uma vez que a dificuldade em elaborar o processo de luto pode estar relacionada a diversas doenças neuronais, como por exemplo: ansiedade, depressão e alguns transtornos pós-traumáticos.

Conseqüentemente, tanto a sociedade do desempenho quanto a sociedade ativa geram um excesso de cansaço e esgotamento devido à ausência de negatividade. Não mais atuando de forma imunológica, em relação ao outro, a sociedade se baseia na positividade, o que leva à solidão, ao isolamento e à exaustão da alma. O desempenho se torna solitário e individualizado. Portanto, o cansaço e o esgotamento não representam uma potência positiva, mas incapacitam o sujeito de realizar qualquer atividade.

Isso reflete na elucidação de que as perspectivas por quais pode ser analisada a questão proposta neste texto, um dos conceitos mais importantes e, em alguma medida, perpassa por todo o texto, é a questão da multiplicidade, sobretudo a proposta por pesquisadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari:

A multiplicidade não é simplesmente um número de elementos distintos e distintos entre si, mas uma relação entre esses elementos. A multiplicidade é uma relação que une elementos distintos, formando uma unidade. A multiplicidade é uma unidade relacional e não uma unidade substancial. A multiplicidade é um processo, não uma estrutura. Ela é composta de elementos em movimento, em transformação, em relação. A multiplicidade é dinâmica, aberta, inacabada. Ela é uma unidade relacional, mas não uma unidade fixa e estática. A multiplicidade é uma unidade em processo, uma unidade em evolução. (Deleuze & Guattari, 2009, p. 100)

Sendo assim, a multiplicidade, como defendida por Deleuze e Guattari, pode ser vista como uma forma de lidar com esse cansaço do agir, essa estafa, vista por Han, pois oferece a possibilidade de uma nova relação com o mundo, com novas perspectivas e possibilidades. Ao invés de se conformar com uma única verdade, a multiplicidade permite explorar diferentes perspectivas e formas de entender e agir no mundo, oferecendo a possibilidade de encontrar novos significados e sentidos.

Antevê-se, por exemplo, que tais questões não se relacionam simplesmente com a historiografia, mas também estão relacionadas à mais ampla análise sobre o sistema capitalista neoliberal. Isso pode estimular o questionamento acerca da normatização das desigualdades, por exemplo, assim como, também, a certas produções de subjetividades como um bem-querer “bilionarista”²⁴.

Enfim, não é menos importante, a possibilidade de uma construção filosófica política do tema, que se relaciona com as questões de promoção de justiça social, que pode ser vista como uma forma de investigar como o capitalismo neoliberal contribui para problemas como as desigualdades sociais, biopsicopatologização social por meio do controle dos corpos, da *psiqué*, da produção e do cansaço.

Sendo assim, Han faz uma análise da sociedade atual que se diferencia da sociedade disciplinar, que era regida por normas, ordens e proibições. Em vez disso, ele descreve uma sociedade aparentemente livre, em que o poder substitui o dever e a negação é substituída pela positividade e liberdade. No entanto, essa liberdade traz consigo uma coercitividade em relação à superprodução, em que tudo se torna possível por meio do esforço individual, solitário e vazio.

Na sociedade neoliberal, busca-se intensificar a exigência de máximo desempenho do indivíduo, levando-o a uma busca incessante pela produtividade perfeita, onde o excesso de trabalho e desempenho se transformam em auto-exploração. Por isso, Han aponta que a sociedade do cansaço surge devido à ausência de descanso e que a civilização está caminhando em direção a uma nova forma de barbárie, com o “imperativo do desempenho” como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho.

O movimento de expansão e compreensão do mundo pode ser interpretado a partir da globalização dos dispositivos eletrônicos e/ou do uso massivo da internet, embora esse não seja o foco central deste texto. É importante ressaltar que a ideologia embutida nesses dispositivos é claramente neoliberal.

Como resultado, devido à intensa competição, reforçada também por um discurso hipermeritocrático - um discurso que ignora o contexto em que os sujeitos

²⁴ Trata-se de uma compulsão extrema por acumulação de capital, que vai além de qualquer necessidade. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2023/02/06/o-bilionarismo/> Acesso em: 20/10/2023.

estão inseridos, como já discutido anteriormente neste texto -, surge uma demanda por desempenho que leva a um imperativo de uso indiscriminado de psicofármacos.

O mundo está passando por um período de expansão e inovações em todos os setores, buscando sempre os melhores para ocuparem as áreas propostas, sendo assim os cargos ficam mais concorridos e mais difíceis, fazendo com que os interessados deem o seu melhor, porém as vezes não é o suficiente para que se consiga e com isso é onde procuram novos meios. É onde entra o uso indevido de substâncias [...] (Souza & Guedes, 2021 p. 6).

Diante da análise realizada sobre a sociedade contemporânea por Byung-Chul Han e outros autores, torna-se evidente que a hiperatividade incessante e a busca constante por desempenho na era neoliberal resultam em consequências para a saúde mental e emocional dos indivíduos. A ausência de espaços para a contemplação, o luto mal elaborado e a imposição do imperativo do desempenho revelam uma sociedade que, embora se autodenomine livre, paradoxalmente aprisiona os sujeitos em um ciclo vicioso de atividade superficial e positividade artificial.

A reflexão sobre a multiplicidade, como proposta por Deleuze e Guattari, emerge como uma alternativa valiosa para escapar desse padrão exaustivo, oferecendo novas perspectivas e a possibilidade de compreender o mundo de maneira mais ampla. Ademais, a correlação entre a pressão por desempenho e o aumento do uso indiscriminado de psicofármacos destaca a urgência de repensar os fundamentos da sociedade contemporânea. A busca incessante por produtividade perfeita, aliada à competição exacerbada e ao discurso hipermeritocrático, perpetua um ciclo de exaustão que não só compromete a saúde mental, mas também contribui para a formação de uma cultura que desvaloriza a expressão da dor e tristeza.

Em um contexto mais amplo, essa dinâmica reflete não apenas uma questão individual, mas levanta ainda mais indagações sobre o sistema capitalista neoliberal, suas normatizações de desigualdades e suas implicações na saúde biopsicopatológica. Nesse sentido, a proposta de Han para repensar a sociedade do desempenho à luz da multiplicidade não apenas oferece uma abordagem filosófica, mas também aponta para a necessidade urgente de reconsiderar e remodelar os valores que orientam a vida contemporânea.

2.2. Nervosos

A análise da interação entre emprego e Saúde Mental tem sido, por várias décadas, objeto de investigação por estudiosos de áreas diversas, como psicologia, psiquiatria, antropologia, sociologia e administração, entre outras. O início dessas pesquisas remonta aos anos 50, quando Lê Guillan e Sivadon examinaram as afecções mentais possivelmente decorrentes do trabalho. Na década de 1980, Christophe Dejours, psiquiatra francês, introduziu uma nova teoria acerca da conexão entre trabalho e o sofrimento psíquico.

Seus estudos visavam identificar distúrbios mentais entre trabalhadores semiqualiificados, revelando não doenças mentais tradicionais, mas fragilidades propensas a originar doenças físicas. Adicionalmente, observaram-se comportamentos peculiares, paradoxais (estratégias defensivas) e consumo de bebidas alcoólicas. Esse recente modelo teórico passou a ser denominado "Psicodinâmica do Trabalho", pois tinha como propósito examinar as dinâmicas da relação do indivíduo com a estrutura laboral, as quais podem induzir fragilidades mentais.

Esse paradigma rejeita abordagens fundamentadas na previsão de causas de enfermidades vinculadas a ocupações específicas. Além das condições laborais, as investigações evidenciaram que as pressões originavam-se da estrutura organizacional do trabalho (como divisão de tarefas, repetição, ritmo, hierarquia, comando e controle). Segundo Dejours, as condições de trabalho impactam o corpo, enquanto a organização do trabalho afeta o funcionamento psíquico.

Estamos talvez autorizados, hoje, a revisar o ponto de vista segundo o qual a exploração teria por alvo, diretamente, o corpo. E a inverter a problemática, insistindo nas mediações em jogo no exercício das exigências corporais. Tudo se daria como se as condições de trabalho nocivas só atingissem o corpo após tê-lo submetido, domes-ticado e adestrado como a um cavalo de tração. Docilidade que, como vamos ver, depende de uma estratégia inicialmente concernente ao aparelho mental, para dele anular as resistências que ele opõe, espontaneamente, à exploração. (Dejours, 1992, p. 21)

Atualmente, as estratégias voltadas para a Saúde Mental no âmbito organizacional coexistem em um contexto marcado por uma crescente pressão por produtividade. Este ambiente altamente competitivo demanda que o indivíduo esteja constantemente preparado para se adaptar e responder às exigências do mercado. Diante desse cenário, surge a indagação sobre as conexões entre a Saúde Mental do trabalhador e as demandas organizacionais, sobretudo aquelas que requerem maior produtividade, agilidade, perfeição, criatividade e uma constante atualização.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, as transformações na sociedade e nas relações sociais de produção trouxeram consigo alterações nas manifestações de sofrimento e psicopatologia individuais. Segundo o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde do Ministério da Saúde (2001), no contexto brasileiro, coexistem variadas situações de trabalho que se caracterizam por distintos estágios de incorporação de tecnologia, diversas modalidades de organização e gestão, bem como relações e formas de contrato de trabalho que exercem impacto direto sobre a saúde do trabalhador.

Logo, a organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos, o que torna as organizações como parte responsável pela Saúde Mental de seus integrantes. O incremento constante no registro de doenças relacionadas ao trabalho a cada ano motiva os pesquisadores a aprofundarem suas investigações sobre a conexão entre o surgimento de doenças, sejam elas de natureza física, mental ou psicossomática, e a configuração do ambiente laboral, juntamente com as alterações nas relações sociais de produção. Essa exploração torna-se particularmente relevante a partir da década de 1970.

Como vem sendo nesta pesquisa observado, muitas mudanças ocorreram a partir desta data, entre elas: revolução tecnológica, interdependência global das sociedades econômicas e políticas, reestruturação produtiva (gestão flexível, formação de redes, fusões, incorporações etc.), o capital financeiro circulando com mais desenvoltura, geração de um novo sistema de comunicação digital, entre outras.

As transformações ocasionadas pelo globalismo e pela abertura econômica exerceram impacto significativo não apenas nas pessoas e na sociedade, mas também nas organizações, que se viram compelidas a reconfigurar suas estruturas, atividades e processos. Essa necessidade de adaptação era essencial para manter a competitividade diante da nova dinâmica do mercado mundial.

Quase 3 milhões de ocorrências de enfermidades relacionadas ao trabalho foram registradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período compreendido entre 2007 e 2022, de acordo com informações provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), sob a administração do Ministério da Saúde. Apenas

no ano de 2023, já foram notificados mais de 390 mil casos de enfermidades relacionadas ao ambiente laboral²⁵.

No ano de 2021, os distúrbios psicológicos representaram a terceira principal razão para o afastamento laboral no Brasil. Conforme o Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, uma plataforma que utiliza diversas fontes de dados públicos do país, mais de 13 mil cidadãos brasileiros receberam benefícios previdenciários por razões acidentárias relacionadas a problemas mentais, comportamentais e nervosos. Quando comparados aos transtornos osteomusculares, os distúrbios mentais podem ser categorizados como a segunda maior causa de afastamento no país²⁶.

De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 2022, aproximadamente 209.124 indivíduos se ausentaram de suas atividades profissionais devido a transtornos psicológicos, registrando um aumento de quase 9 mil em comparação ao ano anterior²⁷.

Segundo informações do Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde do Ministério da Saúde (2001), os transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho resultam da interação entre os contextos laborais e o corpo e psiquismo dos trabalhadores. Diversos contextos foram identificados como geradores de sofrimento, incluindo: a ausência de emprego ou a ameaça de desemprego; atividades desprovidas de significado, carentes de suporte social e não reconhecidas; situações de fracasso, acidentes de trabalho ou mudanças na posição hierárquica

Além disso, ambientes que dificultam a comunicação espontânea e a expressão de insatisfações e sugestões dos trabalhadores em relação à organização; fatores relacionados ao tempo, ritmo e turno de trabalho; jornadas extensas, ritmos intensos ou monótonos, submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas; pressão por

²⁵ AGÊNCIA BRASIL. *Nova lista de doenças do trabalho inclui covid-19, burnout e câncer*. Publicado em 29/11/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/nova-lista-de-doencas-do-trabalho-inclui-covid-19-burnout-e-cancer#:~:text=Entre%20as%20patologias%20est%C3%A3o%20a,tamb%C3%A9m%20foram%20acrescentados%20%C3%A0%20lista>.

²⁶ TRT13. *Transtornos mentais são a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil*. Publicado em 24/01/2023. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/transtornos-mentais-sao-a-terceira-maior-causa-de-afastamento-do-trabalho-no-brasil#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Observat%C3%B3rio,e%20comportamentais%2C%20bem%20como%20nervosas>. Acesso em 02/11/2023.

²⁷ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Empresas devem agir para prevenir transtornos mentais no ambiente de trabalho, dizem especialistas*. Publicado em 28/09/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1002286-empresas-devem-agir-para-prevenir-transtornos-mentais-no-ambiente-de-trabalho-dizem-especialistas/> Acesso em 02/11/2023.

produtividade; altos níveis de concentração somados à pressão exercida pela organização do trabalho; e a vivência de acidentes de trabalho traumáticos.

Contudo, as complexidades associadas ao termo Saúde Mental são atribuídas a duas razões, conforme destacado por Borges e Angolo (2003): (a) a multiplicidade de paradigmas interpretativos que dificulta a integração entre os modelos explicativos; e (b) a carga moral que permeia os conceitos de Saúde Mental, frequentemente fundamentados nos valores das classes dominantes de uma sociedade, especialmente na natureza exclusiva do modelo médico de avaliação da Saúde Mental.

Esses estudiosos identificam dois principais grupos de abordagens em relação à Saúde Mental: (a) aquelas que destacam a inexistência de doenças e (b) as que sublinham a presença de elementos positivos. Geralmente, a definição clínica da Saúde Mental é baseada na presença ou ausência de sintomas que indicam um comprometimento psíquico com alterações na personalidade, pensamento, percepção, memória, inteligência, entre outros.

Embora a presença de sintomas seja uma condição necessária para identificar uma doença mental, a sua ausência não implica automaticamente a confirmação da Saúde Mental. Portanto, é crucial ir além da manifestação aparente do fenômeno para poder "ouvir" o mal-estar, o sofrimento no qual ainda não se manifestou uma doença. Para Lancman, Uchida e Sznelwar, é preciso considerar que:

[...] os trabalhadores desenvolvem um conjunto de estratégias defensivas, individuais e coletivas, para se protegerem dos constrangimentos psíquicos impostos pelo trabalho. Essas estratégias surgem como forma de negação e/ou de proteção frente às situações de risco no trabalho. A normalidade surge então como resultado de uma dinâmica entre o sofrimento não patogênico, as defesas psíquicas, as possibilidades de realização de si e os processos de identificação com o trabalho. (Lancman, Uchida e Sznelwar, 2016, p. 78)

Por essa razão, é essencial ouvir o trabalhador e compreender a sua concepção de Saúde Mental, considerando a sua própria relação com o trabalho e a organização. Pois o ambiente laboral exerce influência significativa no bem-estar mental e pode tanto contribuir para o aumento do sofrimento quanto propiciar condições para possíveis adoecimentos psicossomáticos.

Diversos fatores podem desencadear esses impactos, incluindo o estresse, disseminação de fofocas, condições físicas de trabalho inadequadas, relacionamentos desafiadores com superiores, subordinados, colegas ou clientes, insatisfação

profissional, falta de reconhecimento, pressão excessiva, responsabilidades sobrecarregadas, sensação de vigilância constante e orientações contraditórias para a execução das tarefas. O conjunto desses elementos destaca a complexidade das interações entre o ambiente de trabalho e o equilíbrio psicossocial dos trabalhadores.

No cenário laboral mencionado, o indivíduo vivencia a repressão de seus sentimentos e a contensão de sua agressividade, resultando na chamada "repressão pulsional", conforme Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994). Esse fenômeno caracteriza-se pela inibição do funcionamento psíquico do sujeito, especialmente quando a tarefa desempenhada é estereotipada, privada de criatividade e fantasia, perdendo significado para o trabalhador. A compartimentação e rigidez na condução de tarefas, aliadas à falta de conexão com a concepção, levam o trabalhador a suprimir o sofrimento criativo, substituindo-o muitas vezes por uma aceleração do ritmo de trabalho.

Além disso, conforme aponta Enriquez (2006), narrativa que enfatiza a necessidade de os indivíduos possuírem competência interpessoal e habilidades para lidar com pessoas coloca a responsabilidade sempre sobre o indivíduo. Sob tal discurso, os sujeitos enfrentam constantes desafios, vivendo em estado de estresse, lidando com pressões internas, recorrendo a substâncias estimulantes ou tranquilizantes para demonstrar "excelência". Entretanto, quando esses indivíduos deixam de ser considerados úteis, acabam sendo descartados. Pois,

O homem tem, cada vez mais, a solidão como companheira. Ele pode se transformar em alguém "inútil ao mundo", para retomar uma velha expressão da Idade Média, um excluído definitivo, sem esperança de um dia voltar a ser "incluído". No século XIX, as pessoas que formavam o "exército de reserva do capital" eram excluídas temporariamente do processo produtivo, mas sabiam que um dia poderiam voltar a fazer parte do grupo de incluídos, o que não é o caso atualmente. (Enriquez, 2006, p. 6)

Mesmo diante desse contexto, e por causa dele, o indivíduo é constantemente compelido a exercer autodomínio (internalizando o controle) para evitar a expressão de seus sentimentos e subjetividade. A expectativa é que esteja sempre preparado para atender às demandas do cliente, da chefia e da organização. Apesar do discurso corporativo contemporâneo ressaltar investimentos na criatividade e inteligência emocional dos colaboradores, o que se almeja não é a liberdade criativa do sujeito, mas, em vez disso, a utilização de sua subjetividade como um instrumento de manipulação e controle no processo de trabalho.

Ao examinar mais detalhadamente as organizações que se fundamentam na excelência do atendimento ao cliente e na padronização dos comportamentos dos trabalhadores, observa-se que a estrutura do trabalho limita a utilização da comunicação espontânea, da criatividade e da autonomia na solução de problemas, estabelecendo um ambiente repressivo. Conforme vem sendo frisado, as repercussões desse ambiente se manifestam no corpo e na mente dos indivíduos, resultando em condições como gastrite, úlceras, dores de cabeça, depressão, sensação de esgotamento, insônia, estresse e fadiga crônica.

Nesse cenário, percebe-se que a insatisfação no trabalho e a falta de reconhecimento surgem como elementos de aflição e desencadeadores de doenças relacionadas ao trabalho. Conforme apontado por Dejours (1992), o sofrimento está presente em indivíduos desmotivados em seus empregos, incapazes de realizar atividades que verdadeiramente apreciam, onde o trabalho não permite uma descarga pulsional e não se configura como um substituto para experiências prazerosas anteriores.

Além disso, o discurso organizacional muitas vezes vincula a satisfação exclusivamente à suposta falta de capacidade do indivíduo, à sua baixa qualificação e à falta de iniciativa. Enriquez (2006) destaca que a ascensão da racionalidade instrumental, caracterizada pelo cálculo de meios e métodos eficazes, custos e benefícios, submete todos ao domínio do dinheiro, promovendo um pensamento individualista e perverso.

A racionalidade instrumental e as estratégias financeiras atingem, pois, o objetivo: utilizar o sujeito, que acredita ser em grande parte autônomo, para superexplorá-lo e aliená-lo. O processo de alienação é tão mais insidioso que muitas pessoas colaboram com a própria alienação. Tornam-se utensílios manuseados pelos dominantes no alto de sua potência. Estes últimos tornam-se cada vez ou mais perversos ou mais paranóicos porque têm o gosto pelo poder desmedido. (Enriquez, 2006, p. 5)

Essa abordagem tem como consequência a dissolução dos laços sociais, a competição, o enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas sindicais, ao mesmo tempo em que ganha destaque nas organizações sob o controle do capital. Os indivíduos são compelidos a se integrarem às organizações, adotando os valores corporativos em detrimento de suas próprias convicções, transformando-se em seres altamente disciplinados.

São conduzidos a acreditar em um caminho de autonomia, assumindo a responsabilidade por suas carreiras, habilidades e pelos fracassos organizacionais. Nesse processo, os sujeitos concentram sua atenção na identidade individual, cuidando de si mesmos e de suas vidas pessoais. Sentindo-se isolados e sobrecarregados de responsabilidades, tornam-se desamparados e suscetíveis à depressão, recorrendo cada vez mais a substâncias para manter sua produtividade.

Em síntese, a interligação entre emprego e saúde mental é complexa e multifacetada, atravessando décadas de estudos e transformações sociais. A abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, proposta por Christophe Dejours, evidencia a influência da estrutura laboral nas fragilidades mentais, desafiando noções prévias sobre as causas de distúrbios psíquicos. À medida que nos aprofundamos na compreensão dessas interações, percebemos que as organizações desempenham um papel crucial na saúde mental de seus membros, sendo necessário transcender o modelo médico tradicional e considerar a subjetividade do trabalhador.

No contexto contemporâneo, onde a competitividade e a pressão por produtividade são exacerbadas, a relação entre saúde mental e demandas organizacionais torna-se ainda mais relevante. O aumento alarmante de doenças relacionadas ao trabalho, especialmente distúrbios psicológicos, destaca a necessidade urgente de abordagens holísticas e personalizadas para promover ambientes de trabalho saudáveis. A atenção não apenas às condições laborais, mas também às complexidades individuais, é imperativa para mitigar os impactos adversos na saúde mental, promovendo um equilíbrio entre produtividade e bem-estar.

Diante da complexa interação entre emprego e saúde mental, é imprescindível estender a análise para os desafios contemporâneos, em particular os enfrentados pelos trabalhadores precarizados no contexto da pandemia de covid-19. A pandemia não apenas exacerbou as pressões por produtividade, mas também intensificou a insegurança laboral e as demandas psicossociais. Os trabalhadores precarizados, muitas vezes submetidos a condições laborais desfavoráveis, viram-se obrigados a lidar com a incerteza do emprego, a adaptação a novos formatos de trabalho remoto e a enfrentar desafios únicos relacionados à saúde física e mental.

A instabilidade financeira, a falta de benefícios sociais e a ausência de redes de apoio tornaram-se fatores agravantes. Nesse cenário, a abordagem tradicional centrada na competitividade e na maximização da produtividade precisa ser reavaliada à luz das

transformações sociais e econômicas trazidas pela pandemia. A compreensão das complexidades individuais e das nuances das relações de trabalho torna-se ainda mais crucial para mitigar os impactos negativos na saúde mental dos trabalhadores precarizados, exigindo estratégias organizacionais mais inclusivas e adaptativas diante do novo paradigma laboral pós-pandêmico.

3. ALÉM DA CORRIDA E DA ENTREGA: PANORAMA E REFLEXÕES SOBRE A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

"O vírus é letal, mas a gente já tava morrendo antes, estamos morrendo mais com o vírus, e depois dele vamos continuar morrendo"

(Galo de Luta, líder dos Entregadores Antifascistas)



Imagem 3 – Charge de Cláudio Furton | Fonte: Site do autor, 2022.

Este capítulo se dedica a explorar os processos que envolvem a uberização do trabalho. Com foco particular nos motoristas e entregadores de aplicativos, pretende-se

examinar como a pandemia global de COVID-19 tornou-se um catalisador para a intensificação das contradições inerentes à uberização, destacando os desafios e conflitos emergentes no contexto do conflito capital-trabalho no Brasil e no mundo.

Busca analisar como essa transformação impactou diretamente a vida cotidiana e as condições de trabalho dos profissionais engajados nesses setores, explorando as dinâmicas específicas que emergiram durante o cenário desafiador da pandemia de COVID-19. Através da análise das experiências dos motoristas e entregadores de aplicativos, este capítulo busca lançar luz sobre tensões e conflitos que surgiram durante a pandemia, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também as implicações sociais, de saúde e segurança no trabalho.

3.1. Uberização do trabalho: o trabalho na era digital

O conceito de uberização emerge como uma designação para um fenômeno que se consolidou no início do século XXI, com a ascensão de plataformas digitais criadas para conectar fornecedores de serviços a consumidores de maneira mais ágil e descentralizada. Embora o termo esteja intrinsecamente associado à Uber, uma das primeiras e mais emblemáticas empresas a adotar esse modelo, ele transcende a mera referência a uma marca específica e abrange um paradigma mais amplo de transformação nos modos de produção e consumo.

A origem do conceito remonta à Uber, uma empresa fundada em 2008 nos Estados Unidos por Travis Kalanick e Garrett Camp. A ideia inovadora da Uber consistia em usar a tecnologia móvel para conectar diretamente motoristas particulares a usuários que necessitavam de transporte, rompendo com os modelos tradicionais de táxis e carros de aluguel. Essa abordagem, baseada em plataformas digitais e na economia de compartilhamento, inaugurou uma nova era de negócios que se expandiu para diversas áreas além do transporte.

A concepção subjacente à Uber parece ser bastante direta: nas áreas urbanas, existem pessoas disponíveis para trabalhar como motoristas independentes (seja por falta de emprego ou para complementar sua renda principal), e há potenciais passageiros. Aqueles que necessitam de transporte pela cidade analisam as opções disponíveis e, ao optar pelo serviço da Uber, podem solicitar um motorista com poucos toques no smartphone, sendo conduzidos ao destino desejado.

O pagamento é automaticamente debitado no cartão débito ou crédito (hoje em dia a empresa também aceita a forma de pagamento pix) registrado pelo cliente, e o motorista recebe o montante, já descontado a taxa percentual da Uber. Com esse modelo de negócio aparentemente simples, a Uber atingiu, em 2017, uma avaliação de mercado de 70 bilhões de dólares (Slee, 2017).

O surgimento da uberização está intrinsecamente ligado à expansão da internet, ao aumento da conectividade e ao desenvolvimento de smartphones. Pelo lado do mercado, tal fenômeno consiste na transformação dos serviços em commodities digitais, acessíveis e solicitáveis por meio de aplicativos em dispositivos móveis. Plataformas como Uber, Airbnb²⁸ e TaskRabbit²⁹ são paradigmáticas desse movimento.

A “flexibilização do trabalho é outra característica marcante da uberização”. Novamente, o discurso do mercado é de que os “prestadores de serviços” nessas plataformas, muitas vezes designados como “parceiros” ou “colaboradores”, têm a capacidade de definir seus próprios horários e decidir quanto desejam trabalhar. Em 2015, Kalanick escrevia com exclusividade para o jornal *Época* e, acerca disso, afirmava:

É ótimo para os motoristas parceiros, que ganham por fazer mais viagens com mais passageiros, enquanto os usuários pagam menos. É mais barato do que ter um carro. [...] E junto com tudo isso ainda vem a criação de milhares de oportunidades de renda para motoristas parceiros de todo o mundo. [...] Todos esses homens e mulheres, independentemente de raça, cor, credo ou opção sexual, encontram no Uber um modo seguro e digno de ganhar dinheiro com muita flexibilidade.³⁰

No entanto, rapidamente a realidade mostrou-se diferente e os impactos da uberização sobre o mundo do trabalho se desvelaram. O fato é que a uberização representa uma evolução em relação às estratégias de exploração e controle sobre o trabalho, operando em novas dimensões e lógicas.

²⁸ A Airbnb é uma plataforma online que facilita o aluguel de acomodações entre pessoas ao redor do mundo. Os anfitriões podem listar seus espaços para locação, e os viajantes podem reservar esses espaços por curtos períodos. A plataforma oferece uma variedade de opções, desde quartos individuais até casas inteiras.

²⁹ O TaskRabbit é uma plataforma online que conecta pessoas que precisam de serviços específicos a prestadores de serviços locais. Os usuários podem contratar "Taskers" para realizar tarefas práticas, como montagem de móveis, limpeza ou entrega de compras. A plataforma proporciona uma maneira conveniente de encontrar ajuda para diversas necessidades do dia a dia.

³⁰ Kalanick, Travis. Uber: A velocidade da mudança. Revista *Época* (on-line), publicado em 12 de julho de 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/07/uber-velocidade-da-mudanca.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

Os trabalhadores uberizados são autogerentes de si mesmos, responsáveis por sua sobrevivência em um ambiente de trabalho incerto. Iniciam suas jornadas sem garantias sobre carga de trabalho, remuneração e tempo necessário para obtê-la. A suposta autonomia do trabalhador uberizado contrasta com a ausência de garantias e obriga muitos a exercer jornadas extensas, abolir dias de descanso e aderir a várias empresas-aplicativo para garantir sua remuneração.

As empresas detêm o controle sobre a oferta de trabalho, remuneração e regras do jogo, enquanto o trabalhador assume o papel de empreendedor encarregado de sua própria reprodução social. Assim observa a pesquisadora Ludmila Costhek Abílio:

Podemos olhar para essa suposta autonomia por uma perspectiva inversa: a ausência de qualquer garantia ou obrigação por parte das empresas quanto à remuneração e à carga de trabalho oferecida vem obrigando o trabalhador a exercer jornadas extensas, a abolir dias de descanso, além de ter de aderir a mais de uma empresa-aplicativo para poder garantir sua remuneração - ao passo que o poder de definir o valor da remuneração, a distribuição do trabalho, as regras e critérios de distribuição e remuneração é de total propriedade das empresas. (Abílio, 2020, p. 116)

Como visto anteriormente nessa pesquisa, a transformação do trabalhador em just-in-time implica ter a força de trabalho permanentemente disponível e remunerá-la estritamente pelo que é produzido, eliminando garantias e proteções ao trabalhador. A uberização também está relacionada ao poder de monopolização das empresas-aplicativo, que dominam setores e impõem condições aos trabalhadores (Slee, 2017).

Desde cedo, revelou-se inexistência de processos convencionais de contratação e demissão para os trabalhadores associados às empresas-aplicativo. A adesão ocorre de forma simples, através de cadastro e aceitação de termos, e os trabalhadores são utilizados conforme a demanda, sem garantias formais. A gestão algorítmica desempenha um papel central, permitindo à empresa estabelecer dinamicamente regras para a distribuição do trabalho, bonificações e metas, mantendo o trabalhador em constante incerteza e subordinação³¹.

O gerenciamento algorítmico utiliza dados em tempo real para controlar e moldar a atividade dos trabalhadores, transformando o trabalho em uma espécie de jogo com regras flexíveis e controladas pela empresa. O autogerenciamento do trabalhador

³¹ Kalil, Renan. O gerenciamento algorítmico nas plataformas digitais. Carta Capital (online), publicado em 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/gerenciamento-algoritmico-plataformas-digitais-uberizacao/>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

just-in-time é, na verdade, subordinado às decisões e determinações da empresa, que é quem realmente detém o poder de definir as regras do jogo.

Facilmente, percebe-se que o trabalhador vive disponível para o trabalho sem compreender totalmente as regras do seu próprio recrutamento. A empresa, por meio do gerenciamento algorítmico, extrai e processa uma ampla gama de dados em tempo real, pautando a atividade dos trabalhadores e influenciando suas decisões e estratégias individuais.

Em um contexto de diminuição de oportunidades de trabalho ou de atividades produtivas que não proporcionam uma remuneração adequada, a venda da força de trabalho por meio de aplicativos não deve ser vista apenas como uma escolha individual do trabalhador, mas também como um reflexo do contexto socioeconômico que influencia essas opções.

Considerando o panorama de reestruturação produtiva, Oliveira (2003) destaca que os salários, concebidos como capital variável, eram anteriormente percebidos como um “custo” para o capitalista. No entanto, quando a compensação do trabalhador passa a depender da efetiva realização do valor dos produtos-mercadorias, ela deixa de ser um custo antecipado para o capital, ficando sua existência condicionada à concretização efetiva desse valor.

O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. [...] Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, e que as regras do Welfare tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro, pois persistem em fazer dos salários - e dos salários indiretos - um adiantamento do capital e um “custo” do capital (Oliveira, 2003, p. 136).

Nesse novo contexto de subsunção virtual do trabalho ao capital, que é uma forma de subsunção real, os trabalhadores são monitorados e direcionados, tanto de maneira sutil quanto evidente, para aumentar a produtividade.

Embora a atividade dos motoristas – no caso da Uber – seja altamente individualizada, é crucial considerá-los como parte de um coletivo de trabalhadores essencial para as práticas de promoção, gerenciamento e distribuição do serviço de transporte urbano oferecido pela empresa (deslocamento). Trata-se de uma forma de cooperação que é coordenada pela empresa, visando distribuir os motoristas nas áreas de maior demanda.

Quando analisados em conjunto, os motoristas funcionam como peças fundamentais na produção do serviço de transporte urbano. No entanto, neste caso, o “maquinário” que coloca essas peças em movimento é, em grande parte, adquirido pelos próprios motoristas, enquanto o controle para acionar o “botão” digital que as faz girar permanece nas mãos da empresa (Ferraz e Franco, 2019, p. 851)

Scholz (2013) sugere que o termo “gamificação” faz sentido nesse contexto, pois o trabalho assume características de um jogo com regras pouco claras e altamente flexíveis. Fica evidente que o autogerenciamento do trabalhador just-in-time está subordinado às determinações da empresa, que possui os meios de controle sobre o trabalho e a capacidade de definir as próprias regras do jogo.

Em 2006, o termo *crowdsourcing*³² foi introduzido pelo jornalista Jeff Howe, representando uma evolução em relação ao *outsourcing*, agora utilizando a multidão como principal fonte de terceirização. Howe revelou a progressiva e acelerada transferência de responsabilidades das empresas para os usuários de plataformas digitais, transformando-os em uma multidão diversificada de trabalhadores. Atualmente, o crowdsourcing está presente em várias esferas do trabalho, abrangendo diferentes ocupações, níveis de qualificação e remuneração.

Sua aplicação vai além das tarefas de menor qualificação, incluindo até mesmo cientistas em projetos de empresas como a Innocentive, que conecta esses profissionais à NASA e grandes corporações. Os desafios são lançados pelas empresas, e os usuários desenvolvem estratégias para resolvê-los, assumindo os custos e os riscos. As soluções propostas pelos usuários são avaliadas pela empresa, podendo ser patenteadas, e o usuário selecionado recebe “prêmios” em dinheiro³³.

A essência do crowdsourcing reside na participação de uma multidão de trabalhadores disponíveis e engajados, que não passam por contratação ou pré-seleção. Eles se envolvem em atividades disponíveis, assumem os riscos e custos, dedicam seu tempo a tarefas que podem ou não ser remuneradas e participam de atividades que podem ou não ser reconhecidas como trabalho. Para entender como o controle no crowdsourcing funciona, é crucial considerar a participação de uma terceira parte, à qual

³² Expressão citada pela primeira vez no ano de 2006 quando os editores da Revista Wired: Jeff Howe e Mark Robinson fundiram as palavras crowd (multidão) e outsourcing (terceirização) para se referirem a um novo conceito de interação social, baseado na construção coletiva de soluções com benefícios comuns.

³³ Howe, Jeff. The rise of Crowdsourcing. Wired (online), publicado em 01 de junho de 2006. Disponível em: <https://www.wired.com/2006/06/crowds/>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

também é terceirizada uma parte do gerenciamento do trabalho. Essa terceira parte é a multidão de consumidores vigilantes.

A empresa estabelece as diretrizes para as avaliações sobre o trabalhador e sua aplicação no controle, produtividade e gerenciamento do trabalho. No entanto, a execução dessa supervisão não recai sobre a empresa; ela a terceiriza de forma gratuita para o consumidor-usuário. Um padrão de qualidade é informalmente estabelecido por meio da colaboração dessa multidão de usuários, que estão dispostos - e por vezes são compelidos (para continuar usando o serviço) - a definir o que constitui, afinal, um trabalho de qualidade.

Portanto, embora o trabalhador seja considerado autônomo, é a empresa que estabelece a meta e aplica punições caso ela não seja atingida. Isso contradiz o discurso comum que muitas vezes associa ao trabalhador uberizado o status de ser o “próprio chefe”.

A nota - ou avaliação - assume nítido cariz de controle quando se verifica que ela tem como destinatária a Uber, e não os clientes. Não há possibilidade de se escolher um motorista pela sua nota. O algoritmo da Uber seleciona e encaminha, sem possibilidade de escolha, o motorista que mais perto estiver do cliente. Aqui a Uber se afasta de outras plataformas como Mercado Livre, eBay e até Airbnb: nos aplicativos dessas empresas tanto o cliente quanto os vendedores escolhem-se mutuamente, servindo a classificação por nota de critério para suas escolhas. Na Uber, tanto cliente quanto motorista são automaticamente interligados. (Carelli, 2017, p. 143)

Em síntese, a uberização representa transformações significativas nos paradigmas de trabalho, impulsionadas pela ascensão de plataformas digitais e pela expansão da conectividade. A Uber, como pioneira desse modelo, revolucionou a prestação de serviços de transporte urbano, mas sua promessa inicial de autonomia para os trabalhadores uberizados revelou-se ilusória diante da falta de garantias, controle algorítmico e imposição de condições pela empresa.

Paralelamente, o crowdsourcing estende-se por diversas esferas do trabalho, envolvendo uma multidão de trabalhadores não contratados que realizam tarefas variadas. A participação ativa dos consumidores na supervisão do trabalho, especialmente na definição de padrões de qualidade, destaca a complexidade dessa dinâmica. Em ambos os contextos, a subsunção virtual do trabalho ao capital e a gamificação do ambiente laboral evidenciam a necessidade de compreender esses fenômenos sob uma perspectiva crítica, considerando os impactos socioeconômicos e as relações de poder inerentes a essas novas formas de organização do trabalho.

No Brasil, a uberização do setor de transporte foi precursora de uma onda de plataformização de serviços em várias indústrias. A ideia de conectar diretamente fornecedores de serviços a consumidores por meio de plataformas digitais se expandiu para áreas como hospedagem (com o Airbnb), entrega de alimentos (como Rappi, Uber Eats e Ifood) e serviços gerais (com plataformas de freelancer).

Entende-se que a uberização representa uma nova dinâmica produtiva que reconfigurou o mundo do trabalho, medindo-se pela mediação entre as TDIC's e as plataformas digitais. Por esta e outras razões abordadas, vem sendo definida como um novo estágio de exploração da força de trabalho, introduzindo mudanças qualitativas no estatuto do trabalhador, nas configurações das empresas e nas formas de controle e gerenciamento do trabalho.

A chegada da Uber ao Brasil em 2014 marcou um ponto de inflexão significativo no cenário de transporte e, mais amplamente, na economia de serviços do país³⁴. A partir de então, como nos demais países, a entrada da empresa norte-americana no mercado brasileiro catalisou transformações profundas nas dinâmicas tradicionais do setor e na maneira como o trabalho passou a ser concebido e realizado no país.

Os impactos sobre os concorrentes foram imediatos e pronunciados. As empresas de táxi, antes detentoras do monopólio desse serviço, enfrentaram uma concorrência acirrada que desafiou suas práticas estabelecidas. Enquanto os táxis convencionais muitas vezes lutavam para se adaptar a essas novas demandas, a Uber capitalizou a lacuna, oferecendo uma experiência de transporte mais eficiente e personalizada.

Em 2016, o Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade se propôs a calcular o impacto da chegada da Uber sobre o mercado de taxis no Brasil até aquele momento:

De acordo com o estudo, a presença da Uber no mercado provocou, em média, uma redução de 56,8% no número de corridas de aplicativos de táxi, considerando todos os municípios analisados. Além disso, verificou-se que, para cada 1% de aumento no número de corridas da Uber, as de aplicativos de táxi caíram cerca de 0,09%. Isso indica que a Uber conquistou novos

³⁴ App de caronas sensação nos EUA, Uber chega a São Paulo. G1, publicado em 27 de junho de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/tem-um-aplicativo/noticia/2014/06/app-de-caronas-sensacao-nos-eua-uber-chega-sao-paulo.html>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

usuários e também parte daqueles que já utilizavam serviços de aplicativos de táxi.³⁵

Ao examinar os efeitos competitivos da introdução da Uber nas 27 capitais do Brasil, a pesquisa também apontou para uma diminuição de 36,9% na quantidade de corridas solicitadas por meio de aplicativos de táxi.

A legislação trabalhista brasileira também enfrentou desafios para se adaptar à natureza inovadora e muitas vezes ambígua do trabalho proporcionado pela Uber e pela plataforma que a procedeu. Ao longo dos anos tensionamento jurídico gerou conflitos entre a empresa e as autoridades, levando a batalhas legais que questionavam a natureza da relação entre a Uber e seus motoristas.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Câmara de Vereadores chegou a votar e aprovar, por 32 votos a favor e nenhum contra, o projeto de lei 1362/2015, de autoria da vereadora Vera Lins (PP), que proibia o Uber e outros aplicativos de transporte na cidade, como a 99. A partir de então, as plataformas de transporte passaram a funcionar com liminar da Justiça³⁶.

A análise da uberização do trabalho revela uma transformação significativa nas dinâmicas laborais, impulsionada pela ascensão de plataformas digitais. A Uber, como pioneira nesse modelo, revolucionou a prestação de serviços, mas a promessa inicial de autonomia para os trabalhadores cedeu espaço à falta de garantias, controle algorítmico e imposição de condições pela empresa.

A subsunção virtual do trabalho ao capital e a gamificação do ambiente laboral evidenciam a complexidade dessas dinâmicas, destacando a necessidade de uma perspectiva crítica para compreender os impactos socioeconômicos e as relações de poder inerentes a essas novas formas de gerenciamento do trabalho.

A compreensão dessas complexidades torna-se crucial para desvelar como essas contradições se desdobraram durante a pandemia global de COVID-19. O contexto da crise de saúde intensificou as tensões entre os trabalhadores e as plataformas, revelando lacunas nas políticas de proteção social e exacerbando o conflito capital-trabalho.

³⁵ Athayde, Amanda. O Uber impactou o mercado de táxis no Brasil?. AA blog, s/n. Disponível em: <https://www.amandaathayde.com.br/single-post/2018/04/16/o-uber-impactou-o-mercado-de-t%C3%A1xis-no-brasil#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,cerca%20de%200%2C09%25>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

³⁶ Marinho, Nádia. Proibição da Uber no Rio de Janeiro é inconstitucional. Jusbrasil, publicado há 07 anos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/proibicao-do-uber-no-rio-de-janeiro-e-inconstitucional/405470104>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

Tendo isso em vista, será explorada a importância dos conhecimentos adquiridos sobre a uberização do trabalho para decifrar as respostas e adaptações ocorridas durante a pandemia, examinando de que maneira essas transformações moldaram a experiência dos trabalhadores de aplicativos em um período tão desafiador.

3.2. Pandemia de COVID-19: uma análise abrangente

Em 2019, a pandemia de COVID, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, emergiu como um desafio global sem precedentes, abalando as estruturas sociais, econômicas e de saúde em todo o mundo. Para entender plenamente a magnitude e os efeitos desse fenômeno, é crucial explorar suas origens, definir suas características distintivas e analisar os impactos multidimensionais que reverberam em diversas esferas da sociedade.

A origem do coronavírus SARS-CoV-2 remonta a um mercado de frutos do mar em Wuhan, China, onde os primeiros casos foram relatados no final de 2019. A teoria predominante sugere que o vírus teve origem em morcegos, com um possível hospedeiro intermediário, antes de infectar os seres humanos. O termo “zoonose” descreve a transmissão de vírus de animais para humanos, e este salto zoonótico é frequentemente o ponto de partida para pandemias. A globalização e a intensificação das interações entre humanos e animais selvagens aumentaram a probabilidade de tais eventos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 uma pandemia em março de 2020, destacando a disseminação generalizada do vírus em múltiplos países e continentes. A transmissão rápida do SARS-CoV-2 é facilitada por sua alta capacidade de propagação entre indivíduos, muitas vezes antes mesmo do aparecimento dos sintomas. As manifestações clínicas variam de leves a graves, com uma proporção significativa de casos graves resultando em hospitalizações e, em alguns casos, mortes.

As medidas de saúde pública, como distanciamento social, uso de máscaras, lockdowns e campanhas de vacinação em larga escala, tornaram-se ferramentas essenciais para conter a disseminação do vírus. No entanto, o negacionismo científico, caracterizado pela recusa em aceitar evidências científicas sólidas e desconfiança nas medidas preventivas, minou significativamente esses esforços, prejudicando a eficácia das estratégias de combate à pandemia.

O fechamento de fronteiras e as restrições de viagem impactaram setores como turismo, aviação e comércio, resultando em recessões econômicas e perdas de empregos em grande escala. Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 revelou e exacerbou desigualdades sociais e econômicas em todo o mundo. Populações vulneráveis, como trabalhadores, comunidades marginalizadas e países em desenvolvimento, enfrentaram desafios desproporcionais.

Bógus e Magalhães (2022) destacaram a deterioração da situação econômica no Brasil, com o aumento da pobreza e desigualdades sociais agravadas pela crise econômica global e os efeitos da pandemia de COVID-19. Segundo dados da PNADc do IBGE, em 2021, cerca de 30% da população, ou 62,9 milhões de brasileiros, viviam com renda domiciliar inferior a R\$ 500,00, atingindo níveis semelhantes aos dos anos 1990.

A pandemia exacerbou a fragmentação socioespacial nas cidades, impactando mais fortemente áreas pobres e precárias. Diante disso, sua análise sobre as áreas metropolitanas, revelou que a pandemia começou nas áreas ricas, atingindo posteriormente as áreas pobres com efeitos devastadores, especialmente em favelas e cortiços.

Isto porque a desigualdade no acesso aos recursos urbanos intensificou-se nas metrópoles, com impactos mais severos nas áreas periféricas, como a perda de empregos, diminuição da renda e aumento da informalidade no trabalho.

No caso das metrópoles brasileiras, a análise dos grupos sociais que têm acesso aos recursos e benefícios urbanos revela não apenas predominância de pessoas com nível de ensino superior, como de população ocupada com maior rendimento médio mensal e acesso aos recursos coletivos urbanos, dentre os quais os serviços de saúde e de assistência social. Como se sabe, os efeitos da pandemia foram sentidos mais fortemente nas RMs, devido à maior mobilidade espacial e às dificuldades de isolamento social especialmente nos domicílios pobres e congestionados. (Bógus e Magalhães, 2022, p. 3)

Os pesquisadores também abordaram a demora e restrição de auxílios do Governo Federal, o que agravou a vulnerabilidade das famílias brasileiras. Dificuldades na implementação de políticas públicas, como a falta de transparência, atrasos nas avaliações de cadastros e problemas de acessibilidade digital, contribuíram para a ineficácia dos programas de auxílio emergencial.

Além disso, a ausência de coordenação entre estados e municípios prejudicou a eficácia dessas políticas, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais

descentralizada e articulada. Por fim, entre outras coisas, concluem que a crise econômica e social precedeu a pandemia, iniciando-se em 2014 e caracterizada por recessão e estagnação econômica. A pandemia acentuou as vulnerabilidades existentes, situando-se em um contexto de crise prolongada (p. 14).

Durante o período, os sistemas de saúde foram sobrecarregados, evidenciando a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e preparação para emergências. A falta de recursos médicos, como ventiladores e equipamentos de proteção individual, expôs a fragilidade das cadeias de suprimentos globais e incentivou uma reavaliação das estratégias de resposta a pandemias. De acordo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Saúde, 64% dos profissionais informaram não possuir EPIs suficientes em seu local de trabalho e 11% afirmaram não possuir nenhum equipamento de proteção³⁷.

No pós-crise, ou seja, na fase de reconstrução social após o declínio da transmissão comunitária, as medidas de distanciamento social foram progressivamente reduzidas, e a pandemia passou a ficar sob controle. A retomada das atividades habituais, a reabertura gradual das instituições e do comércio, e uma menor exigência de proteção contra o contágio prevalecem.

Apesar da aparente normalização em curto prazo, a pandemia de COVID-19 deixou sequelas psicológicas significativas. Faro et al (2020) levantam pesquisas em que mais da metade dos participantes apresentaram sequelas moderadas ou severas, incluindo sintomas depressivos, ansiedade e estresse. Esses impactos foram mais pronunciados em mulheres, estudantes, pessoas com sintomas relacionados à COVID-19 e naqueles que avaliavam sua saúde como ruim.

Qiu et al (2020) revela outro estudo no pós-crise, realizado com cerca de 52 mil chineses, que detectou que mulheres, pessoas com mais de sessenta anos, com maior nível educacional e migrantes foram mais vulneráveis ao estresse, ansiedade, depressão, fobias específicas, evitação, comportamento compulsivo, sintomas físicos e prejuízos no funcionamento social.

A pandemia de COVID-19 sublinhou a necessidade de uma cooperação global mais robusta em várias frentes. Nesse sentido, a distribuição equitativa de vacinas, o

³⁷ Covid-19: falta de EPIs para trabalhadores e trabalhadoras essenciais preocupa CNS. Conselho Nacional de Saúde (online), publicado em 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1205-covid-19-falta-de-epis-para-trabalhadores-e-trabalhadoras-essenciais-preocupa-cns> . Acesso em 14 de dezembro de 2023.

compartilhamento de informações e a coordenação de esforços entre os países foram essenciais para enfrentar ameaças de saúde pública em escala global. Além disso, a experiência da pandemia destacou a importância de investir em pesquisa científica, infraestrutura de saúde e sistemas de alerta precoce para fortalecer a capacidade de resposta a futuras emergências.

Em resumo, A pandemia de COVID-19, desencadeada pelo coronavírus SARS-CoV-2, provocou um forte impacto nas esferas social, econômica e de saúde global. Originada em Wuhan, China, a disseminação acelerada do vírus resultou em medidas de saúde pública cruciais, como distanciamento social e campanhas de vacinação. Contudo, o negacionismo científico minou essas ações preventivas, dificultando a eficácia do combate à pandemia.

As desigualdades sociais e econômicas foram exacerbadas, evidenciando-se nas áreas metropolitanas brasileiras, onde a vulnerabilidade se intensificou, especialmente entre populações marginalizadas. A resposta governamental e as políticas de auxílio emergencial revelaram lacunas, exigindo uma abordagem mais descentralizada e coordenada para enfrentar crises futuras. A transição para os impactos sobre os trabalhadores, particularmente os da linha de frente, destaca a complexidade dos desafios enfrentados durante a pandemia.

No contexto de uma pandemia global, a humanidade testemunhou e analisou os princípios do capitalismo não visando a sobrevivência da humanidade, mas sim a preservação do capital. Isso porque esta fase atual da crise estrutural do capital em andamento, caracterizada pelo fenômeno do desemprego estrutural global e pela precarização das relações de trabalho, do próprio trabalho e do indivíduo que depende dele, as perspectivas de um retorno triunfante às ideias de bem-estar social são prejudicadas. Mézaros, acerca disso, defende que:

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosa do capital “liberal”. (Mézaros, 2002, p. 1006)

A crise do capital durante a pandemia afetou significativamente o aspecto ambiental como um todo. No decorrer da pandemia, o meio ambiente experimentou os

impactos da sua exploração, sendo a floresta Amazônica, no caso brasileiro, ainda mais prejudicada pela extração de madeira e pela criação de rebanhos de gado, com a colaboração de um governo cujo empoderamento refletiu uma inclinação para um novo autoritarismo e uma cegueira inabalável por parte de seus apoiadores.

Estas questões foram previamente alertadas pelos cientistas, mas, por outro lado, foram ignoradas. O governo bolsonarista falhou em suas ações, focando em perspectivas negacionistas e dando prioridade à preservação do sistema, como mencionado por Sousa Santos,

[...] falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informações, desvalorizaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia e utilizaram a crise humanitária para manobras políticas. Sob a justificativa de salvar a economia, assumiram riscos irresponsáveis. (...) Sugeriram que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento (Sousa e Santos, 2020, p. 26).

Da mesma forma que o sistema capitalista, é reforçado que a pandemia do COVID-19 não afetou todos de maneira igual; romantizar essa questão seria simplificar demais. Quando se dispõe das condições mínimas necessárias para lutar pela existência, considerando a obtenção de alimentos (para uma vida digna e uma imunidade adequada), produtos de higiene, máscaras, álcool em gel, etc., a situação é outra.

Estar privado do distanciamento social, da falta de alimentos, de atendimento médico e de qualquer suporte em tempos de pandemia significa estar destinado à morte, em níveis assustadoramente mais complexos do que aqueles que têm acesso aos meios para a manutenção e cuidados básicos. É um Darwinismo social amplificado pelo sistema capitalista.

A crise desencadeada pela pandemia, agravada pelas características do sistema capitalista, estabelece uma interação mútua. Primeiramente, isso se reflete na incapacidade do sistema de “proteção social” em lidar com as reais consequências da crise, resultante do dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Em segundo lugar, há uma disputa concorrencial interestatal global pelos recursos necessários para o tratamento da doença, e, por fim, ocorre o agravamento das condições de crise econômica e social na periferia do sistema capitalista (Firmiano, 2020, p. 289).

Essas condições levam-nos a entender como o sistema capitalista enfrentou a crise pandêmica e a utilizou como oportunidade para ampliar seus efeitos. Ao atravessar a crise da pandemia, que certamente contribuirá para a aprofundar a crise estrutural do sistema capitalista, apresentam-se as condições de funcionamento da ordem vigente, resultando em um processo multidimensional de barbarização das condições de existência da classe trabalhadora em escala global.

Ainda segundo Firmiano, isso ocorreu seja pela regressão dos direitos sociais e do trabalho, seja pela ampliação dos mecanismos de exploração do trabalho, ou por uma combinação de ambos. Em outras palavras, diante da pandemia da crise, qualquer ação efetiva de enfrentamento de suas manifestações só poderia ocorrer “para além do capital”.

Quando o sistema do capital atravessar a crise da pandemia, – que certamente deixará sua contribuição para o aprofundamento da pandemia da crise estrutural do sistema do capital – ainda teremos de nos confrontar com as condições de funcionamento da ordem vigente que produzem um multidimensional processo de barbarização das condições de existência da classe trabalhadora em escala planetária, seja sob a forma da regressão dos direitos sociais e do trabalho, seja pela ampliação dos mecanismos de exploração do trabalho, ou da combinação de ambos. Em outros termos, perante a pandemia da crise, qualquer ação efetiva de enfrentamento de suas manifestações só pode inscrever-se “para além do capital”, ou poderá funcionar como água em seu “moinho satânico”. (Firmiano, 2020, p. 299)

A uberização, uma expressão recente desse processo de reorganização capitalista que utiliza plataformas digitais e aplicativos para trabalho autônomo e remunerado por tarefa, sem garantia de jornada de trabalho, representa uma nova forma de fragmentação da mão de obra. Com também defendem Antunes e Filgueiras (2020), embora o trabalho com o uso de recursos tecnológicos pareça ser valorizado, logo se percebe o quanto esses trabalhadores são expropriados pela ferramenta, driblando todas as formas de regulamentação trabalhista.

Floresce, então, nas plataformas digitais e nos aplicativos, um mosaico de modalidades de trabalho, como se pode presenciar na Amazon (e Amazon Mechanical Turk) e nos aplicativos de transportes privados e delivery da Uber (e UberEats), Cabify, 99, iFood, Rappi, Glovo etc., criando um novo proletariado de serviços que padece das vicissitudes da chamada escravidão digital. (Antunes e Filgueiras, 2020, p. 32)

Essa transformação tecnológica no mundo do trabalho culmina na acelerada exploração intensificada da classe trabalhadora. A crise sanitária revelou no Brasil um cenário sombrio, onde um Estado que expropria direitos, uma legislação trabalhista debilitada e programas sociais não universais criam segmentos desprotegidos. Esses

segmentos indicam que a expansão do trabalho digital está demolindo a separação anteriormente visível entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele.

O trabalho virtual, inicialmente apresentado como tendo uma relação direta com o lazer, mostrou-se como um dos meios mais profundos de exploração e expropriação da classe trabalhadora. À medida que a pandemia de 2020 chegou, o capital precisava proteger sua estrutura dilacerante, reinventando-se para utilizar mão de obra exposta aos riscos, retendo vacinas e conivente com o caos.

Essa dinâmica característica de um sistema avassalador, para sobreviver à pandemia global, ampliou ainda mais as desigualdades e contradições existentes. As desigualdades sociais destacadas por esse momento histórico evidenciaram a reorganização do capital para sua manutenção. Assim, a classe que depende de sua força de trabalho foi ainda mais condenada ao caos para que a acumulação mercadológica pudesse continuar a existir.

3.3. Trabalhadores Essenciais na Pandemia: reconhecimento, desafios e impactos psicossociais

É crucial ressaltar que a sociedade brasileira estava (e ainda segue) enfrentando os efeitos das reformas neoliberais no mercado de trabalho, caracterizados pela precarização, aumento do desemprego, expansão do setor de serviços e ampliação dos processos de terceirização. Nesse contexto, as perdas de direitos sociais e trabalhistas têm se agravado, especialmente após a implementação da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017).

Como visto, a estrutura neoliberal da sociedade capitalista contribui para a criação de condições precárias no trabalho, abrangendo a desregulamentação do emprego, a intensificação e deterioração das condições laborais, extensão da jornada, redução salarial, aumento da desproteção social, disseminação de impactos físicos e/ou mentais relacionados ao trabalho, e o surgimento do desemprego estrutural⁵. Como apontam Bitercourt e Andrade (2020), essas influências e novos métodos de gestão também se fazem presentes na área de saúde, inclusive no âmbito público.

A pandemia de COVID-19 redefiniu o conceito de trabalhadores essenciais, destacando a importância de diversas profissões no enfrentamento da crise global de saúde. Enquanto muitas pessoas foram orientadas a permanecer em casa durante

lockdowns e medidas de distanciamento social, algumas categorias de trabalhadores foram identificadas como fundamentais para manter serviços essenciais e sustentar a sociedade em meio à adversidade.

Os profissionais de saúde estiveram na linha de frente do combate à COVID-19. Médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, farmacêuticos e pessoal de apoio foram classificados como essenciais para fornecer assistência médica, diagnosticar, tratar e cuidar dos pacientes infectados. Eles trabalharam incansavelmente em hospitais, clínicas e centros de saúde, muitas vezes enfrentando condições desafiadoras e riscos pessoais para garantir que a população recebesse cuidados adequados.

Bombeiros, policiais, paramédicos e outros profissionais de serviços de emergência também desempenharam um papel crucial de linha-de-frente durante a pandemia. Além de responder a chamadas de emergência regulares, esses trabalhadores foram essenciais para lidar com situações relacionadas à COVID-19, como transporte de pacientes e aplicação de medidas de segurança.

Agricultores, trabalhadores de processamento de alimentos, motoristas de caminhão e funcionários de supermercados foram considerados essenciais para garantir o abastecimento contínuo de alimentos. Mesmo durante períodos de lockdown, esses profissionais continuaram a trabalhar para evitar interrupções no fornecimento de alimentos básicos, garantindo que a população tivesse acesso a itens essenciais.

Em um esforço para conter a propagação do vírus, a higienização e a limpeza tornaram-se prioridades. Profissionais de limpeza, trabalhadores de saneamento e equipes de desinfecção desempenharam um papel crucial na manutenção de ambientes seguros, seja em instalações médicas, transporte público, escritórios ou espaços públicos.

Professores, educadores e cuidadores de creches também foram essenciais para apoiar crianças e famílias durante a pandemia. Muitos desses profissionais adaptaram-se rapidamente ao ensino remoto e prestaram assistência fundamental às crianças cujos pais eram trabalhadores essenciais, permitindo que eles continuassem a desempenhar suas funções.

Com um aumento significativo no trabalho remoto e na dependência de tecnologia para manter a conectividade, os profissionais de tecnologia e telecomunicações tornaram-se indispensáveis. Eles garantiram o funcionamento

contínuo de redes, serviços online e plataformas de comunicação, possibilitando que muitas pessoas continuassem a trabalhar e se conectar virtualmente.

Os trabalhadores do setor financeiro, incluindo bancários e profissionais de serviços financeiros, foram cruciais para manter a estabilidade econômica durante a pandemia. Eles gerenciaram transações, forneceram suporte financeiro a indivíduos e empresas afetadas e contribuíram para a continuidade das operações financeiras.

Por fim, os motoristas e entregadores de aplicativos foram outra categoria de trabalhadores essenciais durante a pandemia de COVID-19. Eles desempenharam um papel crucial na cadeia de abastecimento, garantindo que as pessoas tivessem acesso a alimentos, medicamentos e outros bens essenciais sem sair de casa.

A identificação dessas categorias como trabalhadores essenciais destacou a interdependência das várias partes da sociedade e a necessidade de cooperação para superar desafios extraordinários. A pandemia reforçou a valorização desses profissionais e, ao mesmo tempo, ressaltou a urgência de melhorar as condições de trabalho, salários e benefícios para aqueles que são essenciais em tempos de crise.

Importa, inclusive, destacar como esses profissionais foram mentalmente afetados pela intensificação do trabalho, pelas condições precárias de trabalho e pelos riscos diante da exposição ao vírus. É o que a PEBMED, healthtech de conteúdo para médicos da Afya Educacional, grupo de faculdades de medicina do Brasil, fez ao realizar um estudos com os profissionais linha-de-frente da área da saúde³⁸.

A pesquisa “Pandemia na Linha de Frente” revelou que 89% dos profissionais de saúde que estavam na vanguarda do combate à Covid-19 estavam experimentando fadiga psicológica. Realizado entre os dias 29 de março e 05 de abril de 2021, o estudo ouviu 4.398 profissionais de saúde em todo o Brasil, dos quais 2.239 confirmaram sua atuação na linha de frente. Dentre esses, 1.013 eram médicos, 668 enfermeiros e 558 técnicos de enfermagem.

Além disso, a pesquisa destacou as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de linha de frente em relação à disponibilidade de equipamentos, insumos e mão de obra. Segundo os dados coletados, 70,8% dos participantes relataram alguma escassez de leitos de UTI, 56,6% indicaram que houve falta, em algum grau, de respiradores

³⁸ 89% dos profissionais da linha de frente à Covid estão psicologicamente cansados. Medicina S/A (online), publicado em 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://medicinasasa.com.br/esgotamento-profissionais-saude/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

mecânicos, e 67,5% mencionaram a insuficiência de profissionais para atender à demanda.

A pesquisa "Pandemia na Linha de Frente" abordou também o temor dos profissionais da linha de frente em relação à infecção e transmissão do novo coronavírus. Dos profissionais que já haviam recebido diagnóstico positivo para a Covid-19 (41,7%), 87,9% expressaram receio de uma possível reinfeção. Entre aqueles que ainda não haviam sido diagnosticados (58,3%), 86,1% manifestaram medo de contrair o vírus. Além disso, o receio de levar o vírus para casa se mostrou marcante, com 97,2% dos participantes admitindo o temor de infectar seus familiares com a doença.

Meses antes, em julho de 2020, a PEBMED conduziu a pesquisa "Burnout durante a pandemia", explorando a ocorrência desse problema entre os profissionais de saúde e identificando fatores que influenciavam ou atenuavam a situação. Mesmo após nove meses desde essa pesquisa inicial, os profissionais continuaram a experimentar exaustão psicológica. Um dos dados relevantes da pesquisa "Pandemia na Linha de Frente" é que 53,7% dos profissionais discordavam que se sentiam apoiados psicologicamente em seus ambientes de trabalho, evidenciando uma persistente falta de suporte em comparação ao ano anterior.

Através de uma revisão integrativa nas bases de dados PubMed, Cinahl, Scopus, Embase e BVS, os estudos de Soares et al (2022) revelaram como demandas extremas de trabalho foram impostas aos profissionais de saúde devido à pandemia de Covid-19; e esse fato contribuiu para a deterioração da saúde mental destes. Diante disso, seus estudos relataram um conjunto de descobertas acerca dos fatores associados à síndrome de burnout em profissionais de saúde no contexto da pandemia de Covid-19.

Assim, a pesquisa demonstrou que o desenvolvimento da síndrome de burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 está associado a diversos fatores, incluindo características pessoais, ambiente de trabalho e interações sociais. E identifica seis classes de influências. A primeira destaca que profissionais de enfermagem, principalmente do sexo feminino, apresentaram mais sintomas de ansiedade, depressão e níveis mais elevados de burnout. A segunda ressalta que trabalhadores de saúde enfrentaram níveis mais altos de estresse, especialmente os menos experientes.

A terceira evidencia que a sobrecarga de trabalho, a incerteza sobre o futuro e as dificuldades familiares contribuíram para o aumento do burnout. A quarta sugere que profissionais mais jovens enfrentaram maior ansiedade e angústia. A quinta aponta que o medo de infecção e transmissão, especialmente para familiares de grupos de risco, impactou a saúde mental. A sexta destaca que profissionais da linha de frente, apesar dos desafios, mostraram que a resiliência e o apoio psicossocial são fatores cruciais na mitigação do burnout.

Segundo Bitencourt e Andrade (2020), tornou-se evidente a importância central do trabalho de cuidado, que desempenha um papel fundamental na produção e manutenção da vida social, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva. No entanto, esse trabalho apresenta contradições significativas, desde a mercantilização em um país marcado por desigualdades como o Brasil, até a realidade concreta da atividade, destacado por elas como predominantemente realizada por mulheres pertencentes às classes populares.

3.4. Entre o crescimento econômico e a precarização: a realidade dos entregadores

A crise sanitária ocasionou uma notável redução na atividade econômica. No entanto, paradoxalmente, observou-se um aumento considerável nos serviços de entrega, principalmente os ofertados por plataformas digitais, os aplicativos. Segundo a OIT, a mediação entre a oferta e a procura por meio dessas plataformas alcançou níveis sem precedentes, impulsionada pelas medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação da COVID-19 (2021, p. 76).

Abílio et. al (2020) apresentam uma pesquisa com foco nas empresas iFood, Uber Eats, Rappi e Loggi, que abordou as condições de trabalho dos entregadores nas principais plataformas, destacou que houve uma ampliação significativa do número de cadastros de trabalhadores durante a pandemia. Entre fevereiro e março de 2020, houve um aumento de 24% no número de downloads de aplicativos de entregas, com um pico de 126% no dia em que foi anunciada a transmissão comunitária do coronavírus no país (p. 4).

Panorama complementar é fornecido em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em 2020, apontou que o

setor de e-commerce registrou um recorde de faturamento de R\$ 224,7 bilhões, representando um aumento de 37% em relação a 2019³⁹. Esse crescimento pode ser atribuído, em parte, à utilidade dos serviços de entrega para facilitar a circulação de alimentos, medicamentos e outros produtos, especialmente durante as medidas de distanciamento físico necessárias para conter a propagação do vírus.

Reforça-se que os trabalhadores do setor, ao se exporem frequentemente ao risco de contágio, desempenham uma função verdadeiramente essencial para a sociedade. No entanto, essa essencialidade não encontrou reflexo adequado em termos de direitos trabalhistas e sociais, pois persiste – especialmente para os entregadores – um cenário generalizado de precarização e falta de proteção, o que motivou protestos por condições de trabalho melhores.

No âmbito das legislações emergenciais (exemplificadas pelas Medidas Provisórias nº 905, 927 e 936), optou-se politicamente pela diminuição dos direitos trabalhistas. Isso inclui medidas como suspensão contratual, redução salarial, negociação individual e antecipação de férias. Para os trabalhadores ligados a plataformas digitais, formalmente designados como parceiros e autônomos, a falta de proteção foi ainda mais acentuada, uma vez que, inicialmente, as normas de resguardo trabalhista durante a pandemia não foram aplicadas.

Para além dos desafios relacionados à saúde, a fragilidade financeira emergiu como uma preocupação crítica para a subsistência de vários setores da mão de obra, notadamente autônomos, informais, eventuais, microempreendedores individuais, trabalhadores precarizados e desempregados. Por isso, muitos países implementaram medidas assistenciais para mitigar os impactos adversos econômicos e sociais da pandemia, incluindo políticas de renda mínima.

No Brasil, mesmo que a contragosto do governo federal, a Lei n. 13.982/20 criou o “auxílio emergencial” de R\$ 600,00 como principal programa assistencial durante a pandemia. No entanto, o Presidente Bolsonaro vetou a inclusão de entregadores motoristas de aplicativos no rol de beneficiados, argumentando suposta ofensa à

³⁹ Alvarenga, Darlan. Com pandemia, comércio eletrônico tem salto em 2020 e dobra participação no varejo brasileiro. G1, publicado em 26 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/com-pandemia-comercio-eletronico-tem-salto-em-2020-e-dobra-participacao-no-varejo-brasileiro.ghtml> . Acesso em 14 de dezembro de 2023.

isonomia e reprovabilidade na criação de novas obrigações financeiras sem indicação de fonte de custeio⁴⁰.

[...] a decisão do Poder Executivo, contrariando proposta aprovada no Legislativo, foi, na prática, a de erodir o direito ao auxílio emergencial, a despeito da essencialidade desta atividade. Isto é, a condição em si de entregador(a) não permitiria, pela legislação sancionada, percepção da renda mínima dirigida às demais categorias. (Vasconcelos et. al, 2020, p. 2050)

Logo, percebe-se que a condição dos trabalhadores em plataformas digitais durante a pandemia no Brasil revelou-se como uma situação complexa e desafiadora. Diante da ausência de acesso ao benefício emergencial e da precariedade agravada nas condições sanitárias do trabalho de entregas, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e sindicatos buscaram a intervenção do Poder Judiciário para a implementação de medidas de proteção.

As Varas do Trabalho em instâncias inferiores desempenharam um papel que resultou em decisões, em sua maioria, favoráveis à implementação de medidas de proteção sanitária e à concessão de auxílio financeiro ou salário. No entanto, as cortes superiores, especialmente o Tribunal Superior do Trabalho (TST), suspenderam algumas dessas decisões com base em questões processuais e nas dificuldades relacionadas à obtenção de equipamentos de proteção individual.

a Ação Civil Pública (ACP) movida contra a plataforma iFood representa um caso emblemático, evidenciando a complexidade do cenário em questão. O Ministério Público do Trabalho (MPT) sustentou a importância do serviço de entregas, buscando a implementação de medidas de proteção sanitária com respaldo em normas nacionais e internacionais. Por sua vez, a iFood argumentou sua natureza como uma empresa de tecnologia, alegando não ter a obrigação legal de fornecer assistência financeira aos usuários de seus serviços.

A decisão liminar inicial reconheceu a urgência da questão ao considerar a iFood responsável pela centralização e organização do trabalho de entregas. Entretanto, essa decisão foi posteriormente cassada pela 2ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-2), com base em argumentos processuais e na alegação de que não existiria uma relação de emprego entre a iFood e os entregadores.

⁴⁰ Holanda, Marianna. Bolsonaro sanciona auxílio a entregadores de apps e veta inclusão em programa de alimentação. Folha de São Paulo (online), publicado em 05 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/bolsonaro-sanciona-auxilio-a-entregadores-de-apps-e-veta-inclusao-em-programa-de-alimentacao.shtml> . Acesso em 15 de dezembro de 2023.

O caso evidencia um debate complexo sobre a natureza do vínculo entre as plataformas digitais e os trabalhadores(as), bem como sobre a responsabilidade dessas plataformas na proteção sanitária e financeira dos profissionais que utilizam seus serviços. A dificuldade em estabelecer jurisprudência sobre essas questões contribuiu para a persistência da precariedade enfrentada pelos entregadores durante a pandemia.

Em retorno ao notável crescimento em termos financeiros e de usuários ativos das empresas de entrega por aplicativo, os dados da pesquisa de âmbito nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR)⁴¹ revelam uma disparidade significativa entre os ganhos das empresas e a remuneração dos entregadores. O estudo revelou que quase metade dos entregadores pesquisados tinha um rendimento mensal de até R\$ 520,00, e durante a pandemia, a maioria viu uma redução em sua remuneração.

Além disso, foi revelado que a jornada de trabalho dos entregadores, apesar de esforços regulatórios para limitar o tempo de trabalho, continuou sendo extensa, com a maioria trabalhando mais de nove horas por dia, chegando a mais de quinze horas diárias para alguns. Também foi apontado que, durante a pandemia, a rotina de trabalho dos entregadores não mudou substancialmente. Tais dados, segundo o relatório da REMIR:

[...] não deixam margem de dúvidas sobre um movimento de queda da remuneração destes trabalhadores que hoje arriscam sua saúde e de suas famílias, desempenhando um serviço essencial para a população brasileira e para a implementação e manutenção do isolamento social neste momento. A perda de remuneração, associada ao aumento do risco de contágio, intensifica, portanto, as condições laborais precárias e incertas desses trabalhadores. (REMIR, 2020, p. 3)

Em suma, destacam-se as disparidades entre o crescimento econômico das empresas de aplicativos e as adversidades enfrentadas pelos entregadores, especialmente durante a pandemia. Isso suscitou constantes preocupações acerca das práticas laborais e da exploração da força de trabalho, mesmo em um cenário de crise e recessão.

Para além da intensificação da pobreza e do desemprego, os trabalhadores que contam com atividades nas ruas para sustento viram-se ainda mais vulneráveis aos riscos à saúde e à letalidade durante a pandemia, exacerbando as desigualdades. Trabalhadores precários, informais e autônomos, incluindo aqueles que desempenham

⁴¹ Souza, Felipe & Machado, Leandro. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. BBC News Brasil, publicado em 07 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

funções em plataformas digitais, enfrentavam um dilema entre a necessidade de assegurar a renda diária e a responsabilidade de preservar suas vidas.

A discrepância entre a capacidade de isolamento social por parte das camadas mais privilegiadas e a obrigação de trabalhar fora de casa para os menos favorecidos tornou-se evidente nas cidades brasileiras, com os trabalhadores mais pobres enfrentando uma exposição maior ao risco de infecção. A economia informal, que tem a capacidade de absorver trabalhadores desempregados, tende a expandir-se durante crises que resultam em altas taxas de desemprego, como a provocada pela pandemia, e isso foi precisamente o que ocorreu.

Os dados do IBGE, provenientes da PNAD/COVID-19, revelam que os índices de afastamento do trabalho para isolamento social foram mais elevados entre os empregados com carteira assinada em comparação com os entregadores informais. Essa disparidade tende a se acentuar ao longo da pandemia, indicando que os trabalhadores informais enfrentaram condições mais adversas para se protegerem da infecção pelo COVID-19.

Os dados também evidenciaram que, entre os trabalhadores afastados do trabalho devido ao isolamento social, os empregados com carteira assinada apresentaram taxas mais altas de remuneração em comparação aos entregadores informais. Isso sugere que muitos entregadores, ao optarem pelo isolamento social, ficaram sem recebimento salarial, corroborando a hipótese de que enfrentaram o dilema de escolher entre a manutenção da subsistência e a adesão às medidas de isolamento.

A pesquisa também apontou uma queda nos rendimentos, atribuída ao aumento da oferta de trabalhadores durante a pandemia, o que resultou na redução das demandas por entregas. A diminuição dos períodos com tarifas dinâmicas e a redução de prêmios e bonificações também contribuíram para a precarização da situação, afetando tanto os entregadores que estenderam suas jornadas quanto aqueles que mantiveram seu horário regular. No entanto, para uma compreensão completa da precarização desse trabalho, é crucial considerar a interseção com questões raciais e estruturais.

É preciso destacar que a discussão sobre a regulação do trabalho de entregadores se entrelaça com uma agenda mais ampla que envolve questões raciais e de genocídio no Brasil. Isso porque, segundo dados a Aliança Bike (2019), a categoria de

entregadores é composta majoritariamente por trabalhadores negros, especialmente na categoria de entregadores ciclistas, onde 71% são negros e 75% são jovens.

É preciso refletir como os algoritmos utilizados na gestão desses trabalhadores reproduzem práticas discriminatórias e de racismo estrutural presentes na sociedade brasileira. A atribuição de notas pelos clientes, por exemplo, reflete disparidades raciais e de gênero, onde homens brancos tendem a receber as maiores notas, enquanto mulheres negras recebem as menores.

Essas notas têm implicações diretas nas condições de trabalho, podendo resultar em punições, piores entregas, menores pagamentos e até mesmo exclusão da plataforma. Sem dúvida, esse sistema de avaliação contribui para uma “docilidade” forçada do trabalhador, agravada pelos preconceitos sociais existentes (Abílio, 2017).

Além disso, a discussão sobre racismo e genocídio é trazida para o contexto do trabalho de entregadores(as) como parte de uma dinâmica que impõe sacrifícios significativos a esses trabalhadores, considerados essenciais durante a pandemia. A regulação social desse trabalho influencia diretamente nos índices de contaminação, uma vez que a pandemia afeta de maneira desproporcional a população negra.

O conceito de genocídio, conforme discutido por Ana Flauzina (2006), vai além da noção tradicional de assassinato em massa com intenção expressa. Aqui, é proposta uma compreensão mais ampliada que inclui o “assassinato indireto”, relacionado a exposições à morte, multiplicação do risco de morte e morte política. A agenda genocida no Brasil é vista como estrutural e está ligada a um projeto de Estado desde a abolição da escravatura.

Aqui, o genocídio está nas bases de um projeto de Estado assumido desde a abolição da escravatura, com o qual nunca se rompera efetivamente. A agenda genocida é recepcionada pelos sucessivos governos que assumiram a condução do país desde então, sem que se alterassem os termos desse pacto. Daí a grande dificuldade em se ter acesso ao projeto: ele não é episódico, mas estrutural (Flauzina, 2006, p. 120).

A precarização do trabalho, intensificada após a contrarreforma trabalhista de 2014, fragilizou as posições econômicas e jurídicas dos trabalhadores, especialmente os negros, em relação aos poderes dos empresários nas cadeias globais de valor. Esse cenário é chancelado por decisões judiciais que utilizam a autonomia contratual como justificativa, contribuindo para uma “razão sacrificial”, onde o contratante mais fraco é responsabilizado por erros de escolha (Brown, 2018).

A relação entre a situação dos entregadores(as) em plataformas, a atuação estatal e a agenda estrutural do genocídio destaca a desproteção social, especialmente quando considerada a dificuldade de acesso a direitos essenciais. A falta de tutela normativa por parte do Estado, aliada à erosão do direito ao auxílio emergencial, contribui para a exposição contínua dos trabalhadores a condições precárias.

Portanto, a análise abrangente dessas questões envolve a compreensão das complexas interações entre legados coloniais, globalização, economia neoliberal e sua conexão com a precarização do trabalho, em especial dos trabalhadores negros, nas plataformas digitais. A discussão vai além da esfera jurídica e trabalhista, envolvendo aspectos sociais, raciais e estruturais do genocídio no contexto brasileiro.

3.5. Protestos Fora da Rota: Os Desafios e Reivindicações dos Entregadores

O panorama das manifestações dos trabalhadores de aplicativos no Brasil não apenas revela as adversidades enfrentadas por essa categoria, mas também destaca a significativa importância de suas reivindicações. Desde 2018, esses profissionais têm buscado melhores condições trabalhistas, com acentuado aumento de visibilidade durante a pandemia.

Seja por meio de greves, protestos ou paralisações, eles têm demandado não apenas melhores remunerações, mas também condições de trabalho mais seguras e proteção social. Essa mobilização, muitas vezes ocorrendo fora das estruturas sindicais tradicionais, evidencia a emergência de uma auto-organização que desafia as normas estabelecidas. Nesse tópico se busca analisar esses episódios, destacando não apenas as particularidades das lutas desses trabalhadores, mas também a persistência do conflito entre capital e trabalho no cenário contemporâneo.

As manifestações dos trabalhadores de aplicativos não são um fenômeno recente no país, tendo ocorrido em 2018 e 2019. Em 2019, por exemplo, os motoristas da Uber e da 99 aderiram à uma greve mundial convocada pelo aplicativo de mensagens Whatsapp, exigindo demandas fundamentais como o aumento na remuneração, tarifas

mais altas para os passageiros, redução das taxas das empresas e a criação de estacionamentos regulamentados⁴².

Desde o início da pandemia, também os entregadores se manifestaram em várias ocasiões, como o “buzinaço” em 20 de abril de 2019, em São Paulo, protestando contra a baixa remuneração e a falta de equipamentos de proteção, além de denunciar cancelamentos indevidos. Depois, a visibilidade dos entregadores aumentou significativamente quando participaram da manifestação pró-democracia em 7 de junho, em São Paulo, identificados como Entregadores Antifascistas. Em entrevista, Galo de Luta, líder do grupo, defendeu:

Elas falam: isso é um movimento político! E nós [sic] é motoboy. Mas pergunto, só porque nós [sic] é motoboy não pode fazer política? Nós faz [sic] política com a bag (mochila) nas costas. Política do punho cerrado, política do povo na rua. Não tem que ter terno e gravata pra fazer política.⁴³

Na mesma ocasião, quando perguntado acerca das críticas que sofriam por encampar manifestações durante a pandemia, respondeu:

Ninguém nesse país que tem mais direito de estar na rua protestando que os entregadores, porque a gente já está na rua e aglomerado. Quando sai um pedido no restaurante, junta 20, 30, 40 entregadores para pegar os pedidos. Então, as pessoas que falam que não era pra estar na rua vão ter que lidar primeiro com a hipocrisia.

⁴² Fontana, Guilherme. Motoristas de aplicativos Uber e 99 fazem greve por lucros maiores. G1, 08 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/08/motoristas-de-aplicativos-uber-e-99-fazem-greve-por-lucros-maiores.ghtml> . Acesso em 14/12/2023.

⁴³ Correia, Mariama. Entregadores antifascistas: “Não quero gado. Quero formar entregadores pensadores”. A pública (site), publicado em 07 de junho de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-querem-gado-querem-formar-entregadores-pensadores/> . Acesso em 14/12/2023.



Imagem 5 – Breque dos Apps na capital paulista (1) | Fonte: G1, 2020.

O “Breque dos Apps”, ocorrido em 1º de julho de 2020 em várias cidades do país, manteve as reivindicações e enfatizou a mensagem – “não somos empreendedores”. No Rio de Janeiro, o Breque enfrentou um grande contingente policial, evidenciando que a resistência dos trabalhadores precários é desafiadora para a hegemonia capitalista e pode impactar a ordem política estabelecida⁴⁴.

Sendo assim, uma análise abrangente da mobilização desses trabalhadores não deve ficar excessivamente ligada às estruturas institucionais existentes, como os Sindicatos Globais, pois iniciativas fora dessas estruturas são prováveis em categorias excluídas da representação sindical tradicional.

Como parte desse caminho, destaca-se a paralisação internacional de 1º de julho de 2020 (da qual fez parte o Breque dos Apps), uma demonstração emblemática do potencial de mobilização dos motofretistas-entregadores de forma descentralizada. É notável que uma categoria relativamente nova tenha se auto-organizado em diferentes países para reivindicar direitos e demandar mudanças nas empresas.

A partir da crescente unidade na base da categoria, estabeleceram-se contatos entre entregadores do Brasil e da Argentina, estendendo-se para outros países latino-americanos, com o objetivo de promover uma paralisação internacional. Essa

⁴⁴ Correia, Ben Hur. Motoboys e entregadores de aplicativo fazem protesto no Rio. G1, publicado em 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/01/motoboys-e-entregadores-de-aplicativo-fazem-protesto-no-rio.ghtml> . Acesso em 15/12/2023.

articulação latino-americana desencadeou a greve de julho, utilizando amplamente redes sociais como Instagram e WhatsApp, em um processo de auto-organização que, em alguns casos, influenciou sindicatos desses países.

O caso da La Red argentina é uma das experiências bem-sucedidas, organizando trabalhadores em diversos estados do país, com destaque para Buenos Aires, Mar Del Plata, La Plata, Córdoba, Rosario, Neuquén, Tucumán e Mendoza. Além de participar da paralisação internacional de 1º de julho, organizaram um encontro em agosto de 2020, reunindo mais de 100 entregadores de todo o país⁴⁵.

O foco foi denunciar as condições de trabalho durante a pandemia da Covid-19, além de apresentar demandas econômicas e sociais que questionaram a uberização do trabalho.



Imagem 7 – Manifestação de entregadores em Buenos Aires | Fonte: G1, 2020.

Esses casos representam manifestações de auto-organização dos trabalhadores. Apesar de nem sempre serem reconhecidas como legítimas pelo Estado ou pelos empregadores, essas lutas, construídas muitas vezes fora das burocracias sindicais

⁴⁵ Paixão, Fernanda. Como se organizam e protestam os entregadores de aplicativos na Argentina. Brasil de Fato (on-line), publicado em 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/14/como-se-organizam-e-protestam-os-entregadores-de-aplicativos-na-argentina> . Acesso em 15/12/2023.

tradicionais, mantêm sua relevância. A coexistência entre sindicatos tradicionais e formas emergentes de organização nem sempre é tranquila, mas pautas sindicais típicas continuam a surgir.

Mesmo sem a presença formal de sindicatos, as demandas levantadas pelo Breque dos Apps, por exemplo, emergiram das particularidades do trabalho diário dos entregadores, como o aumento da remuneração, controle sobre o trabalho e saúde e segurança no trabalho, incluindo a compra de EPI's. Isso destaca que, com ou sem sindicatos, essas pautas são essencialmente sindicais.

Em resumo, o conflito entre o capital e o trabalho persiste nas experiências dos entregadores, e a ação sindical continua como um potencial implícito, indicando a importância contínua da proteção social ao trabalho como horizonte para a organização coletiva. Se as estruturas tradicionais de representação forem inacessíveis a esses movimentos, é razoável esperar a criação de novas organizações.

3.6. A PL do Trabalho: marco regulatório para motoristas e entregadores de aplicativos

No primeiro semestre de 2023, o Governo Federal criou um GT com os representantes das empresas e dos trabalhadores para resolver a questão da regulamentação das atividades de prestação de serviços, transportes de bens e de pessoas por meio de aplicativos digitais. Em Dezembro, a PL do Trabalho, como vem sendo chamada, foi apresentada e aceita pelas empresas.

A proposta define diretrizes claras para o setor, englobando contribuições compulsórias à Previdência e a instituição de um salário mínimo por hora de serviço. O intuito é assegurar uma base de direitos e proteção social aos trabalhadores, mantendo a autonomia dessa categoria.

Conforme o texto proposto, motoristas e entregadores de aplicativos terão a obrigação de contribuir para a Previdência Social, juntamente com as plataformas para as quais prestam serviço. Essas contribuições serão descontadas diretamente na fonte e recolhidas pelas empresas, visando garantir benefícios previdenciários, como aposentadoria, férias remuneradas, auxílio-doença e auxílio-invalidez aos trabalhadores.

Destaca-se na proposta a determinação de um salário mínimo por hora de serviço para esses profissionais. Segundo o documento, motoristas terão um piso de R\$ 30 por hora, enquanto entregadores receberão no mínimo R\$ 17 por hora. É relevante notar que esse cálculo se baseia na remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas, não nas horas de conexão aos aplicativos, como pleiteado pelos motoristas e entregadores.

Quanto à contribuição previdenciária, a proposta estabelece que os motoristas contribuirão com 7,5% de seus ganhos, calculados sobre 25% do valor da hora trabalhada (equivalente a R\$ 7,50). Os entregadores, por sua vez, contribuirão com 50% do valor da hora trabalhada, correspondente a R\$ 8,50. As empresas assumirão a responsabilidade de contribuir com 20% sobre a base de cálculo dos profissionais⁴⁶.

Em dezembro, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), representante de empresas como Uber, 99, Lalamove e Buser, anunciou que o Governo Federal e os aplicativos de transporte de passageiros chegaram a um acordo sobre a remuneração mínima e a contribuição previdenciária dos motoristas. O próximo passo é a definição do texto para a regulamentação da categoria, que será enviado ao Congresso Nacional.

Segundo o diretor executivo da Amobitec, André Porto, a próxima discussão gira em torno da redação da proposta regulatória. Em relação aos entregadores, entretanto, as negociações encontram-se estagnadas. As últimas reuniões entre empresas e trabalhadores ocorreram em setembro, quando o grupo de trabalho governamental encarregado de regulamentar a atividade dos profissionais encerrou suas atividades.

A proposta da associação que representa as empresas era um pagamento de R\$ 12 por hora trabalhada, abaixo do salário mínimo. No entanto, através do Ministério do Trabalho, o governo expressou insatisfação com o valor, buscando um consenso similar ao acordo dos motoristas com as empresas de delivery⁴⁷.

⁴⁶ Sommadossi, Rafael. Motoristas de app podem receber R\$ 30 por hora e férias remuneradas. Quatro Rodas (online), publicado em 09 de outubro de 2023. Disponível em: <https://quatorodas.abril.com.br/noticias/governo-apresenta-proposta-para-regulamentar-motoristas-de-aplicativos>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

⁴⁷ Lopes, Letícia. Governo e aplicativos de transporte chegam a acordo sobre remuneração e contribuição ao INSS dos motoristas. Publicado em 12 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/noticia/2023/12/governo-e-aplicativos-de-transporte-chegam-a-acordo-sobre-remuneracao-e-contribuicao-ao-inss-dos-motoristas.ghtml> . Acesso em 13 de dezembro de 2023.

A chegada da Uber ao Brasil, portanto, não foi apenas a inserção de uma nova opção de transporte, mas uma mudança fundamental na paisagem econômica e trabalhista. A concorrência, os debates legais, os desafios enfrentados pelos trabalhadores e a expansão da plataformização dos serviços moldaram uma nova narrativa sobre o trabalho no país, desafiando modelos convencionais e catalisando discussões sobre políticas públicas e regulamentações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta pesquisa, é possível refletir sobre as complexas interconexões entre o trabalho contemporâneo, as transformações do modo de produção capitalista e os impactos da pandemia de Covid-19. Conectando os fios dessas análises, emerge a compreensão de um cenário global complexo, onde as transformações estruturais do trabalho são aceleradas por inovações e crises, como a pandemia de Covid-19.

Os trabalhadores, em suas diversas ocupações, enfrentam não apenas desafios econômicos, mas também a erosão de condições laborais e seus reflexos na saúde e na identidade. A uberização do trabalho, enquanto expressão máxima da flexibilidade, revela-se como um terreno onde as contradições do capitalismo contemporâneo se manifestam de maneira aguda.

Nesse contexto, as considerações finais desta pesquisa buscam não apenas recapitular os achados, mas apontar para direções futuras. Diante das evidências apresentadas, é imperativo repensar políticas e práticas trabalhistas. A compreensão das contradições enfrentadas pelos trabalhadores, especialmente durante a pandemia, demanda não apenas uma análise crítica, mas ação efetiva.

É fundamental que as políticas públicas e as práticas organizacionais estejam alinhadas a uma visão mais humana e equitativa do trabalho. A busca incessante pela eficiência econômica não pode sacrificar a dignidade e a saúde dos trabalhadores. Iniciativas que promovam a estabilidade, a segurança e a saúde no trabalho devem ser priorizadas, especialmente em setores propensos à precarização e uberização.

Além disso, a pesquisa destaca a importância de considerar as dimensões sociais e psicológicas no desenho de políticas e práticas de trabalho. Isto porque a saúde mental dos trabalhadores deve ser uma preocupação central, sendo necessário não apenas

reconhecer e mitigar, mas combater os fatores de estresse associados à instabilidade e às más condições trabalhistas.

Diante do exposto, este estudo não se encerra como uma conclusão definitiva, mas como um convite à reflexão contínua e à ação transformadora. As contradições do trabalho contemporâneo não são apenas desafios a serem compreendidos, mas apelos à construção de um mundo mais justo e saudável. Que as lições extraídas desta pesquisa orientem esforços para remodelar as estruturas do trabalho em prol do bem-estar coletivo, superando as contradições e desafios que permeiam os mundos do trabalho na era da uberização e da precarização.

Refletir sobre as relações de trabalho após a pandemia global de COVID-19 é compreender que, apesar do aprofundamento da crise econômica e social durante o período pandêmico, não foi a pandemia a grande causadora da tragédia social no mundo do trabalho, mas esta ajudou a potencializar as desigualdades sociais já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização – a era do trabalhador just in time?* Revista Estudos Avançados, 34 (98), 2020.

_____; AMORIM, Henrique; & GROHMANN, Rafael. *Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.* Sociologias 23 (57) • May-Aug 2021 • <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>

BRASIL. Ministério da Saude. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 580p.

ALIANÇA BIKE. Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo. São Paulo: Aliança Bike, 2019.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: *A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.* Tese (Doutorado em História Social) Niterói, UFF, 2010.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana & ALMEIDA, Silvio de. *Neoliberalismo autoritário no Brasil.* Cad. CRH, Dossiê (2) 34, 2021.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, In.: SADER, Emir & GENTILLI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

ANDERSON, Perry. 1995 (Paz e Terra, Rio de Janeiro) - Balanço do neoliberalismo (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)

ANGOLO, J. C. T. & BORGES, L. O. (2003). Estratégias organizacionais na promoção da saúde mental do indivíduo podem ser eficazes? In M. G. Jacques & W. Codo (Orgs.), *Saúde mental e trabalho: leituras* (2ª ed., pp. 271-295). Petrópolis, RJ: Vozes.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal.* São Paulo: AA Editora, 2005.

ANTUNES, Ricardo & DRUK, Maria da Graça. *A terceirização como regra?* Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

ANTUNES, Ricardo & PRAUN, Luci. *A sociedade dos adoecimentos no trabalho.* Rev. Serv. Soc. Soc. (123) • Jul-Sep 2015.

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: O novo proletário de serviços na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor, In.: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV - Trabalho digital, autogestão e apropriação da vida: o mosaico da exploração.* São Paulo: Boitempo, 2019. p. 19-30

ANTUNES, Ricardo e FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Revista Contracampo. Edição v. 39, número 1, 2020.

ARANHA, W. L. A. *Professores eventuais nas escolas estaduais paulistas: ajudantes de serviço geral da educação?* 102f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

- ASSANO, C. L. et al. (Ed.). *Boletim Direitos na Pandemia, n. 10: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. São Paulo: Cepedisa: Conectas, 2021.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BITENCOURT, Silvana Maria & ANDRADE, Cristiane Batista. *Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(3):1013-1022, 2021.
- BÓGUS, L. M. M., & Magalhães, L. F. A.. *Desigualdades sociais e espacialidades da Covid-19 em regiões metropolitanas*. *Caderno CRH*, 35, 2022.
- BOITO JR., Armando. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Artigo publicado para a Revista de Crítica Marxista, São Paulo: Editora Brasiliense, nº 3, p. 80-105, 1996.
- BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial – Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Pequena Biblioteca de Ensaio. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- CANTOR, Rénan. A expropriação do tempo no capitalismo atual, In.: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV - Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 57-80
- CARELLI, R. L. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o Século XIX. In: LEME, A. C. R. P.; RODRIGUES, B. A.; CHAVES JUNIOR, J. E. R. *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano*. São Paulo: LTr, 2017. p. 130-146.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra, 2013.
- CATTANI, Antônio David. Capital humano, In.: CATTANI, Antônio David (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Porto Alegre: Vozes, 1997.
- CAVALCANTI, Pauline & FERNANDEZ, Michelle. *Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: uma análise das principais mudanças normativas*. TEMA LIVRE • Physis 30 (03) • 2020 • <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300323>
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- _____. *O que é Ideologia*. São Paulo: Sabotagem, 2004.
- CHIORO, Arthur & SCAFF, Alfredo. *A implantação do Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
- COSTA, Henrique Bosso da. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- COSTA JÚNIOR, Ernane Salles da. & OLIVEIRA, Marcelo A. Cattoni de. *Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social*. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p. 197-236.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e a sociedade civil*. Sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 20/02/2023.

- DEJOURS, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez-Oboré.
- DEJOURS, C. (2000). *Entrevista com Dejours*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 3(4),158-163. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2330/233018185015.pdf>>.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- DIAS, H. S.; LIMA, L. D.; LOBO, M. S. C. *Do 'Mais Médicos' à pandemia de Covid-19: duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira*. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. spe2, p. 92-106, 2021. DOI: 10.1590/0103-11042021E207
- DRUCK, Maria da Graça (1999). *Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo.
- DRUCK, Maria da Graça e FRANCO, Tânia. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ENRIQUEZ, E. (2006). *O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável*. Revista de Administração de Empresas. RAEeletrônica, 5 (1). Acesso em 14 de dezembro, 2008, em [http:// www.rae.com.br/eletronica](http://www.rae.com.br/eletronica)
- FARO, A., Bahiano, M. de A., Nakano, T. de C., Reis, C., Silva, B. F. P. da ., & Vitti, L. S.. (2020). *COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado*. Estudos De Psicologia (campinas), 37, e200074.
- FERRAZ, D. e FRANCO, D. *Uberização do trabalho e acumulação capitalista*. Cad. EBAPE.BR, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.
- FIRMIANO, Frederico Daia. *A pandemia da crise do capital e a classe trabalhadora*. Pegada – vol. 21, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7748> .
- FLAUZINA, Ana. *As Fronteiras Raciais do Genocídio*. Revista Direito.UnB, v. 01, n.01, p. 119-146, jan-jun. 2014.
- FRANCO, T. M. A. & FARIA, M. G. D. (2013). *A terceirização/subcontratação do trabalho no Brasil e sua interconexão com a saúde mental no trabalho*. In J. J. Ferreira & L. O. Penido (Org.), *Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do estado de Goiás* (pp. 469-486).
- FREITAS, L. C. *Charterização e Uberização: destruindo profissões*. Blog do Freitas, 2016. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/12/18/charterizacao-e-uberizacao-destruindo-profissoes/>>. Acesso em: 05/06/2023.
- FREZZA, Marcia. *Tempo e Espaço na Contemporaneidade: uma Análise a partir de uma Revista Popular de Negócios*. RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 8, p. 487-503, Jul./Ago. 2009.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. *O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo*. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ Editorial, 2010.

GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling; SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues. *Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura*. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 803-814, dez. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (Vol. 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere (Vol. 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. *Cadernos do cárcere (Vol. 5)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAN, Byung-chul. *Sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: 4º trimestre de 2022. Rio de Janeiro, 2023.

KOVACS, Ilona. *Reestruturação empresarial e emprego*. Rev. Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 467-494, jul./dez. 2003

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji; & SZNELWAR, Laerte Idal. Contribuições da psicodinâmica do trabalho para compreender o trabalhar e suas relações com a saúde mental. In.: RAZZOUK, D.; LIMA, M. G. A.; CORDEIRO, Q. (orgs.). *Saúde Mental e Trabalho*. São Paulo: CREMESP, 2016.

LEE, F. Esfera de influência: *como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana*. The Intercept Brasil, [s. l.], 11 ago. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 25/07/2023.

LENIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

MACIEL, David. *O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil*. Revista UFG, Goiânia, ano XIII, nº 11 (p. 98-108), dezembro de 2011.

MANACORDA, M. A. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.

MANSUR JÚNIOR, Maurício. *Assédio moral: a violência psíquica contra o trabalhador no contexto neoliberal*. Revista de direito do trabalho, São Paulo, v. 36, n. 137, p. 240-288, jan./mar. 2010.

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Cadernos de Paris & manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política (Livro I)*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Alessandro de. *A redução ontológica do homem em máquina em Marx: subsídios ao debate contemporâneo*. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.25, n°. 02, p.153-174, go. 2009.

MENDES, Aquilas; CARNUT, Leonardo. *Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento*, SER Social, v. 22, n. 46, Brasília, jan/jun, 2020.

MENICCUCCI, Telma Maria Gonçalves. *A Política de Saúde no Governo Lula*. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, p.522-532, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NASCIMENTO, S. *Uma visão da imprensa sobre o desmonte do Mais Médicos*. Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 46, n. 1, p. 216-221, 2022. DOI: 10.22278/2318-2660.2022.v46.n1.a3575 » <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2022.v46.n1.a3575>

NETTO, J. P. & BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Gabriela Varella de. *Entregadores via plataformas digitais no Brasil e a pandemia do COVID-19: desafios do direito do trabalho*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2021.

OIT, Ilo. Monitor 1st Edition. *COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses*. mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/publications/language/index.htm>>. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

ORTEGA, F.; ORSINI, M. *Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership*. Global Public Health, New York, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020. DOI: 10.1080/17441692.2020.1795223. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1795223>

PMDB. PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 12/08/2023.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

QIU, J., Shen, B., Zhao, M., Wang, Z., Xie, B., & Xu, Y. (2020). *A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations*. General Psychiatric, 33(2), e100213.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.;

- MACHADO, Sidnei. *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19*. São Paulo: REMIR, 2020. 11 p.
- RESENDE, Sônia & MENDES, Ana Magnólia. *A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário*. Rev. SPOT, vol. 4, nº 1, jan-jun, p. 151-176, 2004.
- SALIM, Celso Amorim. *Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero*. Rev. São Paulo em Perspectiva, 17 (1): 11-24, 2003.
- SCHOLZ, T. (Org.) *Digital labor: The internet as playground and factory*. London: Routledge, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- SILVA, Amanda Moreira da. *Uberização do trabalho docente do Brasil: uma tendência de precarização no século XXI*. Trabalho Necessário, v.17, nº 34, set-dez, 2019.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.
- SOARES, J. P., OLIVEIRA, N. H. S. de ., MENDES, T. de M. C., RIBEIRO, S. da S., & CASTRO, J. L. de .. (2022). *Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa*. Saúde Em Debate, 46(spe1), 385–398.
- SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998. (4a ed. Ed. Fonte, 2010).
- TAYLOR, Frederick Winslow (1987). *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas.
- TEIXEIRA, P. T. F. *A Individualidade na Obra de Juventude de Karl Marx*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (Vol. 1)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- VASCONCELLOS, Jonas E. M.; MELLO, Lawrence E.; & OLIVEIRA, Murilo C. S. *Os Trabalhadores das Plataformas de Entregas: essencialidade em tempos de Covid-19 e desproteção legislativa e judicial*. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021, p. 2044-2074.
- WILLIAMS, Raymond. *Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory, in Problems in Materialism and Culture*. Londres: Verso, 1997.